

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 58 — Série VII — N.º 752
26 de Maio de 1988
Preço: 50\$00

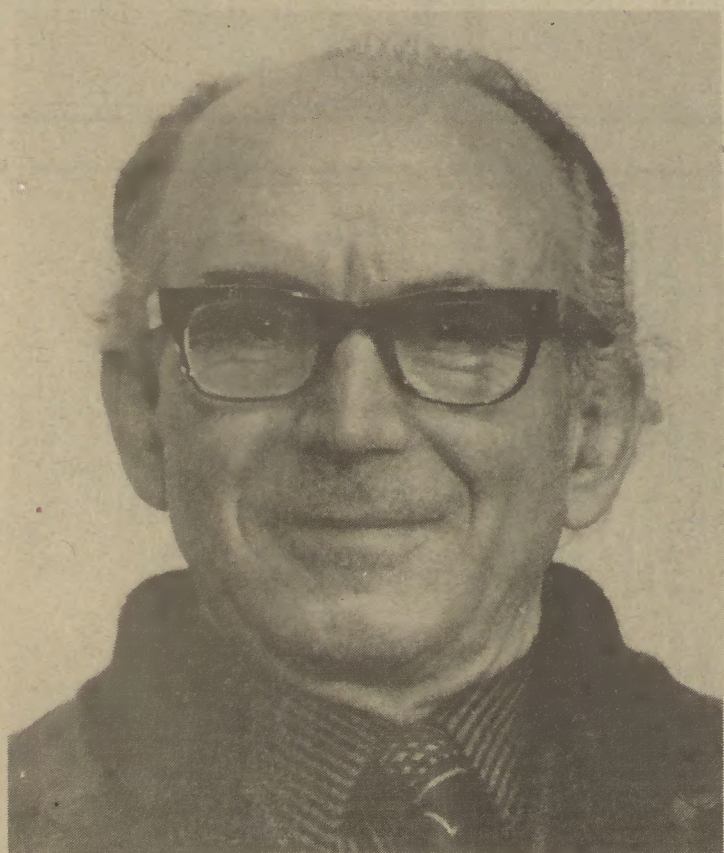
Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 92 22 / 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa



Homenagem a Catarina Eufémia

«O povo conhece, reconhece e não esquece aqueles que o defendem com coragem e dedicação, aquelas que intervêm na luta social e na luta política não para servirem ambições pessoais ou interesses mesquinhos mas para servirem o povo e o País»

Págs. 8 e 9/Semana



MORREU FRANCISCO MIGUEL

Pág. 5/Semana



CONVOCADA PARA HOJE PELA CGTP

JORNADA NACIONAL DE LUTA

- **Médicos:** sindicatos mantinham anteontem a greve de 6 a 9
- **Electricistas:** o Gaz é da EDP
- **Comércio:** aumentam as falências no retalho
- **Função Pública:** acções previstas, lutas a efectuar
- **Setenave:** greves sectoriais por turnos defendem salários e postos de trabalho
- **Movimentação noutros sectores**

Págs. 1, 2, 3 e 4/Semana

PCP ao trabalho

- 5.ª Assembleia da organização concelhia de Setúbal, no sábado, com a participação de Álvaro Cunhal
- Encontro Nacional sobre Educação e Ensino
- Encontro Nacional sobre Segurança Social
- Assembleias das Organizações do Porto e Guimarães
- 1.ª Assembleia dos comunistas dos Hospitais Cívicos de Lisboa

Págs. 6, 7 e 10/Semana

... mas a RTP não dá por nada!

Em carta dirigida ao director de informação da RTP, o PCP manifestou «estraneza e discordância» pelo facto de, em três fins-de-semana consecutivos, os serviços noticiosos da RTP terem ignorado e silenciado importantes iniciativas promovidas pelo PCP.

Entre essas iniciativas são citadas o Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura realizado em 8 de Maio em Santarém; o Encontro Nacional do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado realizado em 14 de Maio no Barreiro; o comício de homenagem a Catarina Eufémia realizado no passado domingo em Baleizão, com a participação de Álvaro Cunhal.

Na referida carta, o PCP chama a atenção da Direcção de Informação da

RTP para que «no período considerado» os serviços noticiosos da RTP «procederam à cobertura noticiosa de iniciativas de outros partidos e do Governo de equivalente — e, em muitos casos, menor — relevância no plano informativo» do que as iniciativas do PCP que foram ignoradas.

Protestando contra esta «orientação discriminatória que assim está lesando o PCP e impedindo a opinião pública de ter acesso a uma informação diversificada e pluralista sobre a actividade político-partidária nacional», o PCP reclamou da Direcção de Informação da RTP a «urgente rectificação» de tais práticas discriminatórias que «infringem claramente os princípios constitucionais e legais a cujo respeito a RTP está vinculada».

Tempos de luta — tempos de resposta

Na situação portuguesa actual está em desenvolvimento, com incidências em todas as esferas da vida nacional, uma profunda contradição social e política em dois campos antagónicos que coloca na actualidade com força crescente a necessidade de uma alternativa democrática de Poder.

É uma situação que se tem operado ao longo da última década de forma irregular, com altos e baixos, mas que nos últimos meses com a aceleração do plano contra-revolucionário de restauração dos monopólios, sob a férula do Governo PSD/Cavaco Silva, se acentuou de maneira considerável.

A intensificação da ofensiva restauracionista das forças hostis ao 25 de Abril fez adensar os perigos e as ameaças que pesam sobre o regime democrático mas simultaneamente tem posto a nu o verdadeiro carácter da política cavaquista e provocado novos deslocamentos de forças claramente desfavoráveis ao projecto restauracionista da direita que estão na base de uma sensível redução da base de apoio ao Governo do PSD.

Desde as eleições de Julho de 1987 o Governo PSD/Cavaco Silva, tal como previa o PCP, tem revelado o seu carácter de classe antipopular e o cariz profundamente reaccionário e desestabilizador da sua política.

As suas primeiras medidas, no plano executivo, sobreveio de imediato a contra-revolução legislativa e o Governo projecta acelerar na parte final da presente sessão da Assembleia da República a revisão subversiva da Constituição com o objectivo de sancionar no plano jurídico as destruições até lá produzidas na realidade económica e social e nas conquistas democráticas fundamentais operadas no processo da Revolução de Abril, e prosseguir a ofensiva com o objectivo da sua total destruição.

O agravamento das condições de vida dos trabalhadores foi a tónica essencial das primeiras medidas do Governo cavaquista logo à raiz da sua vitória eleitoral.

Tectos salariais injustos não correspondentes à taxa real de inflação; acentuação do desequilíbrio entre os salários e os preços; um Orçamento de Estado desfavorável às classes trabalhadoras e às camadas intermédias da população com o agravamento da carga fiscal sobre os mais desfavorecidos e do desequilíbrio na distribuição dos rendimentos do trabalho a favor dos grandes detentores do capital; maiores dificuldades e maiores encargos para o povo na prestação de serviços essenciais como os da saúde, do ensino, da previdência social; redução dos meios financeiros ao poder local — eis algumas das primeiras medidas socialmente mais gravosas do Governo PSD/Cavaco Silva definidoras do seu carácter antipopular de classe.

As segundas, visando instituir desde já por métodos ditatoriais na Assembleia da República com a sua maioria parlamentar domesticada e intolerante aquilo a que chama de «reformas es-

truturais», expressam-se nos celerados «pacotes» que configurariam na prática uma verdadeira inversão do nosso ordenamento constitucional.

O pacote das privatizações, o pacote laboral, o pacote agrícola, o pacote eleitoral assim como os da saúde, do ensino, da habitação, da segurança social e alguns outros, a serem aprovados e promulgados, alterariam radicalmente a base económica e social das transformações democráticas e revolucionárias saídas do 25 de Abril.

Falseando a verdadeira motivação e o sentido do voto dos cidadãos que lhe deram a maioria nas eleições de 19 de Julho, o Governo cavaquista reclama-se ilegitimamente do mandato popular para levar avante a sua política restauracionista.

O surgimento e o agravamento de um conflito, insanável, assinalado pelo CC do PCP, entre a política do Governo e os interesses da grande maioria dos cidadãos que lhe deram a maioria nas eleições de 19 de Julho, é inteiramente verificável na prática nos dias actuais.

As medidas tomadas nestes últimos dias pelo Governo PSD/Cavaco Silva confirmam as características desestabilizadoras e o teor antipopular, antidemocrático e antinacional das decisões governativas dos últimos meses.

Novos agravamentos da carga fiscal sobre as classes, camadas e sectores sociais mais dependentes e carenciados com a instituição do chamado «imposto único»;

Novas regulamentação nas participações da Previdência Social na aquisição de medicamentos que atinge as camadas populares de menores recursos;

Novos atropelos à legalidade democrática nas nomeações das direcções hospitalares;

Revisão por métodos autoritários na Assembleia da República da Lei de Licenciamento das Rádios Locais;

Novas aberturas à penetração do capital estrangeiro contrárias à independência e aos interesses nacionais dos portugueses;

Novas medidas financeiras envolvendo operações relativas às reservas de ouro do Banco de Portugal de carácter equívoco e infundamentadas;

Novas extinções de ramais ferroviários, susceptíveis de agravar o isolamento das povoações do interior do País.

A instituição do chamado «imposto único» não extingue, em primeiro lugar, algumas das categorias fiscais que afectam directamente os trabalhadores e, em segundo lugar, agrava de facto a carga fiscal, em alguns casos a rondar os 60 por cento.

Refira-se de passagem a denúncia de atropelos à dignidade profissional e pessoal feita anteriormente pelos trabalhadores dos impostos.

Na abertura à penetração das multinacionais da finança em Portugal deve referir-se a criação de cinco novas sociedades para operar no nosso mercado de capitais nas quais estão fortemente interessados alguns grandes grupos financeiros internacionais como o Rotschild Bank, o International Research and Developpement, a Caisse Nationale de Crédit Agricole e poderosos capitais estrangeiros ligados aos grupos Espírito Santo e Lusomundo.

Estas novas sociedades financeiras vão operar nas Bolsas de Lisboa e Porto e em operações especulativas em Bolsas estrangeiras no momento em que em Portugal novas medidas de incentivo à especulação bolsista foram promulgadas pelo ministro Cadilhe.

Trata-se evidentemente de uma nova tendência nas inversões de capital estrangeiro nos países aderentes da CEE, designadamente nos mais recentes — Portugal e Espanha — onde os maiores investimentos estrangeiros se têm efectuado nos mercados bolsistas. A visita do «barão» da Olivetti a Portugal e os seus interesses em investir assentam na particularidade do baixo custo da mão-de-obra portuguesa e no que ela possibilita de obtenção de altos lucros para o sr. Benedetti.

A revalorização das nossas reservas de ouro de 200 para 323 dólares na onça-troy acompanha a responsabilização pelo Estado de 170 milhões de contos dos passivos da Qulmigal, da Setenave e da Siderurgia Nacional com vistas à sua reprivatização a curto prazo.

Cavaco Silva que já em Maio de 1980, quando ministro das Finanças da «AD», tinha revalorizado as nossas reservas de ouro de 42 para 200 dólares a onça para financiar em 15 milhões de contos o Orçamento do Estado (quando uma boa gestão deveria contabilizar os 20 milhões de contos assim obtidos como reserva do Banco de Portugal) é quem agora significativamente dirige a nova operação anunciada.

A cara de servidor dos monopólios é cada vez mais notória na índole e na acção do governo cavaquista.

É compreensível que a resposta popular de massas e a resposta institucional se intensifiquem. A realidade mostra que só a luta firme e unida dos trabalhadores e dos restantes sectores profissionais afectados pela sua política anti-social do Governo em conjugação com a unidade e a convergência das forças democráticas na frente política e a convergência das forças democráticas na frente política e institucional pode obrigar o Governo PSD/Cavaco Silva a recuar nas suas medidas antipopulares e antidemocráticas e aproximar no tempo uma necessária alternativa democrática.

Depois das importantes lutas e acções de que a Greve Geral de 28 de Março foi a expressão mais fulgurante e das grandiosas manifestações populares e nacionais do 25 de Abril e do 1.º de Maio, a Jornada Nacional de Luta que hoje vai

Resumo

18

Quarta-feira

O Presidente da República chega à Suíça para uma visita oficial que se prolonga até sábado ■ Anatoly Adamishin e Chester Crocker reúnem-se em Lisboa para discutir, entre outras questões, a situação na África Austral ■ Democratas paraguaios manifestam-se contra a ditadura de Stroessner, durante a visita de João Paulo II ao país ■ Chega à cidade de Termez (Uzbequistão) a primeira coluna militar soviética vinda do Afeganistão ■ Professores espanhóis do ensino secundário público concluem uma greve nacional de 48 horas, com 77 por cento de adesão, por aumentos salariais.

19

Quinta-feira

Os médicos iniciam uma greve nacional de 48 horas ■ O PSD impõe na AR que só as freguesias com mais de 20 mil eleitores possam ter eleitos trabalhando a tempo inteiro ■ O Governo aprova uma proposta de lei (a apresentar à AR) fixando as taxas do imposto único e decide revalorizar as reservas de ouro do Banco de Portugal de 255 para 323 dólares a onça ■ A revisão das leis do trabalho «nunca» deve pôr em risco os direitos dos trabalhadores — afirma o bispo de Setúbal, comentando críticas de Cavaco Silva a declarações do prelado durante uma visita à RFA ■ A Comissão de Coordenação Regional do Alentejo decide por unanimidade propor ao Governo, à AR e ao PR que não aprovem a proposta de Lei de Bases da Reforma Agrária ■ Artistas do D. Maria II vão à AR entregar um *dossier* sobre a situação naquele teatro ■ O MAD (serviço de informações militares da RFA) espiou dirigentes do SPD antes das eleições de 1987 — revela a «Stern» ■ Num comentário sobre a situação no Afeganistão, o «Pravda» sublinha a importância de



todas as partes cumprirem rigorosamente os acordos de Genebra ■ Uma reunião do Interaction Council, com três dezenas de antigos chefes de Estado e de governo, apela em Moscovo a uma solução «radical» para a dívida externa do Terceiro Mundo ■ O presidente angolano José Eduardo dos Santos dá em Luanda uma conferência de imprensa sobre o Programa de Saneamento Económico e Financeiro.

20

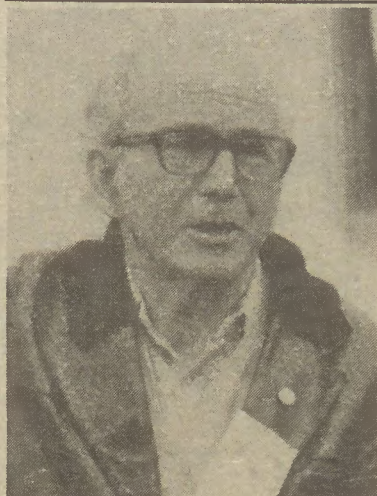
Sexta-feira

Os trabalhadores da Setenave iniciam uma série de paralisações sectoriais de 2 horas diárias até segunda-feira ■ Dois mil médicos aprovam, numa reunião nacional convocada pela Ordem, uma proposta dos sindicatos para a convocação de uma nova greve, de 6 a 9 de Junho ■ 170 câmaras participam na 1.ª Feira de

Municípios, organizada em Braga pela Associação Nacional de Municípios ■ Uma lista independente ganha as eleições para a direcção da AE da Faculdade de Direito de Lisboa, depois de muitos anos de predomínio da JSD e da JC ■ O Parlamento Europeu aprova o projecto de regulamento do PEDIP (Plano Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa) ■ A CEE e o CAME vão em breve estabelecer relações oficiais, anuncia um porta-voz da Comissão Europeia depois de dois dias de conversações informais entre responsáveis das duas organizações ■ Abrem as feiras do livro de Lisboa e do Porto, que funcionarão até 13 de Junho.

21

Sábado

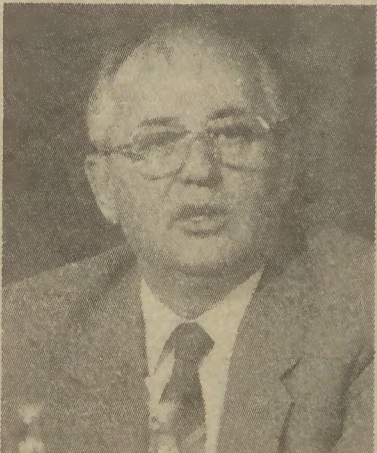


Morre Francisco Miguel, dirigente do PCP e veterano da resistência antifascista ■ Termina a Assembleia Constituinte da Confederação Portuguesa de Quadros Científicos e Técnicos ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses promove um encontro sobre bairros degradados ■ Realiza-se em Santarém o 2.º Encontro Nacional de Municípios declarados Zonas Livres de Armas Nucleares ■ Karoly Grosz, primeiro-ministro da Hungria, é eleito secretário-geral do Partido Operário Socialista Húngaro; o CC do POSH elegeu Janos Kadar presidente do Partido.

22

Domingo

Álvaro Cunhal participa em Baleizão num comício que assinala o 34.º aniversário do assassinato de Catarina Eufémia ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países das Caraíbas apelam ao termo da intromissão estrangeira nos assuntos do Panamá ■ Em entrevista à «Newsweek» e ao «Washington Post» o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachov, admite



a possibilidade de assinar com Ronald Reagan um acordo para redução das armas nucleares estratégicas e anuncia uma proposta de voo conjunto URSS-EUA a Marte ■ Cerca de 2 mil pessoas manifestam-se em Madrid contra a eventual adesão da Espanha à UEO (União Europeia Ocidental).

23

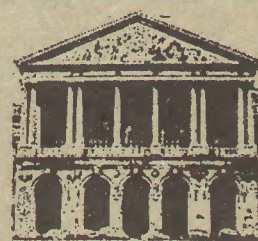
Segunda-feira



A Comissão Executiva da CGTP-IN reúne para analisar a situação político-laboral e a preparação do Dia Nacional de Luta, 26 de Maio ■ Um despacho governamental prorroga por mais um ano o prazo de liquidação da Companhia de Transportes Marítimos e da Companhia Nacional de Navegação ■ O PCP não se limitará a levantar questões e fazer perguntas, irá apresentar também «propostas sérias e exequíveis» — afirmam deputados comunistas a propósito da interpelação parlamentar sobre política de saúde marcada para amanhã ■ Os deputados do PSD votam sozinhos, na especialidade, a «lei da rádio» ■ O «DR» publica diplomas criando 17 novas freguesias ■ O CC do PCUS aprova as teses para a Conferência Nacional que se inicia a 29 de Junho ■ É anunciado em Manágua que mais de 3500 índios *miskitos* vão regressar à Nicarágua até ao fim de Junho ■ São dados a conhecer os premiados do 41.º Festival de Cinema de Cannes.

24

Terça-feira



Deputados do PCP apresentam propostas concretas para resolução das principais carências que se fazem sentir no domínio da saúde. Beleza discursa na Assembleia, a propósito da interpelação do grupo parlamentar comunista ■ Realiza-se funeral de Francisco Miguel. Álvaro Cunhal presta homenagem à exemplaridade da sua vida de militante ■ Dirigentes da CGTP-IN anunciam os quatro grandes objectivos do dia nacional de luta de 26: contra o pacote laboral, por melhores salários, contra a precariedade laboral e social, em defesa do sector nacionalizado e da Reforma Agrária ■ Egor Ligatchov apresenta à reunião do Soviete Supremo da União Soviética propostas de alteração na composição do Presidium, de que resulta a substituição de alguns dos seus membros ■ Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da OUA ultimam declaração sobre a África Austral para aprovação na cimeira que se realiza na Etiópia. Declaração volta a recomendar sanções económicas globais contra Pretória ■ Governo da Nicarágua decide prorrogar unilateral, por um mês de cossang-fogo com os «contra».

realizar-se sob a iniciativa da CGTP-IN constitui a necessária continuação de um processo que é imperioso intensificar.

Hoje, paralisações, concentrações e desfiles mobilizarão os trabalhadores em diferentes regiões do País contra a imposição governativa, actualmente em análise no Tribunal Constitucional, do pacote laboral.

A greve dos médicos que recolheu uma adesão generalizada e de que Cavaco Silva «não vê» as razões como «não viu» a Greve Geral e que pretende exorcizar perante a opinião pública, é uma luta de enorme importância para o melhoramento dos cuidados de saúde às populações e a dignificação profissional dos médicos.

Também por toda a parte se generaliza o repúdio contra as leis de destruição da Reforma Agrária.

No Alentejo e no Ribatejo em centenas de debates públicos, o projecto de lei do Governo cavquista é repudiado sendo significativa a sua rejeição por unanimidade pela Comissão Coordenadora Regional do Alentejo. Organizações e personalidades de várias tendências políticas tomam posição em defesa da Reforma Agrária.

A interpelação ao Governo sobre a política de saúde por iniciativa do PCP e actualmente em debate na Assembleia da República, depois do abandono de toda a oposição na votação da nova lei da rádio na Comissão Parlamentar onde foi discutida, estão na linha de continuidade da resposta institucional à política do Governo.

Nesta intensificação da luta popular de massas e da luta institucional, no reforço do movimento unitário e no desenvolvimento da convergência democrática, no despertar da consciência colectiva contra as injustiças, os comunistas estão na primeira linha, multiplicam as suas iniciativas, intervêm nela de maneira destacada.

Encontros, assembleias, grandes plenários de organização não somente debatem e se inserem na problemática social, política e cultural do momento presente como recolhem de tudo isso a preciosa e viva contribuição para a preparação do seu XII Congresso.

A elaboração dos projectos do novo Programa do Partido e da revisão dos Estatutos estão recolhendo o contributo de um número crescente de militantes. Os projectos de documentos básicos para o Congresso mobilizam já dezenas de camaradas.

É também uma resposta — a resposta serena mas determinada dos comunistas às exigências da hora actual, aos que os atacam e caluniam, aos que negam e se negam à democracia interna do Partido, aos que deturpam o carácter, os princípios e a política do Partido.

Tempos de luta, tempos de resposta.

O XII Congresso inscreve-se como exigência dos tempos que vivemos.

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Diz a USL/CGTP sobre a luta de hoje

«Jogamos» para vencer

• No centro do ataque, o pacote laboral

Passe o *slogan* desportivo, porque a luta neste caso é muito mais dura e prolongada, decorre hoje, 26, por todo o País a jornada nacional promovida pela CGTP. Dezenas de sindicatos marcaram períodos de greve. De entre as acções de protesto contra o pacote laboral, centro da luta dos trabalhadores de múltiplos sectores de actividade, destaquem-se as convocadas pelas organizações sindicais de quadros, técnicos, engenheiros, pilotos, professores, enfermeiros, incluindo naturalmente e em geral a Função Pública.

As principais concentrações efectuem-se nas sedes dos distritos. Mas a jornada movimentará também as empresas e sectores de actividade, com relevo para a Saúde. Empresas ameaçadas como a Siderurgia Nacional, a Setenave, a própria EDP, onde se agravam os conflitos relacionados de perto com o pacote laboral e as privatizações, vão fornecer um largo contingente para avolumar o protesto de massas contra uma política que não serve.

Contra a política de precarização do emprego, sem contrapartidas aceitáveis, até por uma parte considerável do patronato, os sindicatos não deixam de colocar em primeiro plano a controversa evolução da sociedade e da economia, com relevo para a

política salarial relativamente à inflação e às várias implicações facilmente verificáveis no que respeita à prevista reforma fiscal.

A par de outros não menos dignos de extrema atenção, como o pacote laboral, a questão da fiscalidade e de quem principalmente a paga — os trabalhadores — merece atenção destacada da parte do movimento sindical.

Garantir estabilidade no emprego

Como sublinhou recentemente Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, «um dos grandes desafios que se coloca hoje à sociedade portuguesa é encontrar caminhos para assegurar estabilidade no emprego e a

estabilidade social e económica das famílias».

Disse ainda aquele dirigente sindical, ao intervir num «forum» internacional em Lisboa, que «apesar do crescimento económico, registado nos últimos dois anos, verifica-se que o crescimento do emprego é feito à custa do emprego precário, como prova o aumento dos contratos a prazo».

À data da entrada do Governo PSD havia 358 mil trabalhadores contratados a prazo. Hoje há 541 mil — destacou o mesmo dirigente da CGTP.

Entre os mais atingidos pela precaridade do emprego estão como se sabe os jovens. Sobre isso, Carvalho da Silva lembrou que a explicação para o crescimento estatístico do emprego é o da «ocupação temporária de jovens (OTJ) que, em 1987, abrangeu 31 mil jovens e que, por esse facto, foram abatidos no volume do desemprego».

Ao focar outro aspecto da questão, Carvalho da Silva afirmou que, «só no distrito de Setúbal, num curto período em que se registou o desaparecimento de cerca de 10 mil postos de trabalho es-

táveis, surgiram a inscrever-se como trabalhadores por conta própria 8 mil pessoas, sabendo-se que, de facto,

boral, aquele membro da Comissão Executiva e coordenador da CGTP frisou que essa legislação do Governo

«posições patronais, criando por isso obstáculos ao diálogo e debate de posições entre parceiros sociais».

Seminário organizado pela CGTP

Hoje e amanhã, efectua-se em Lisboa um seminário destinado a dirigentes e técnicos sindicais, que abordará as actividades da Organização Internacional do Trabalho. A OIT apoia, de resto, a realização do seminário, nele participando dois técnicos desta organização mundial.

O gabinete de imprensa da CGTP adianta que o objectivo do seminário é o de informar «sobre as actividades da OIT» e acerca do seu funcionamento. A informação relativa à OIT abrange também «o papel que as organizações de trabalhadores podem desempenhar no âmbito da mesma organização internacional».

O seminário será uma forma de «melhorar o nível de intervenção da CGTP-IN e das associações nela filiadas», no quadro das actividades da OIT.

Trata-se de utilizar «mais e melhor as normas internacionais na acção sindical».

Concentrações

Concentrações e outras formas de luta e protesto decorrem por todo o País. Destacamos algumas: **Lisboa — Praça de Londres:** 17 horas — trabalhadores da margem Sul, 18 horas — trabalhadores de Lisboa; **Porto — Praça da Liberdade:** A partir das 17 horas; **Coimbra — Praça 8 de Maio:** A partir das 18 horas.

Como as concentrações em frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social são convocadas conjuntamente pela USL e USS, os trabalhadores de Setúbal concentram-se em Lisboa.

No Porto, a concentração na Praça da Liberdade culmina uma intensa movimentação contra o pacote laboral, em inúmeras empresas e junto da delegação local do Ministério do Emprego, onde foram entregues documentos antipacote, aprovados em plenários de trabalhadores.

Em Coimbra, estão previstos quatro locais de concentração que devem convergir para a Praça 8 de Maio. Esses locais são: Avenida Fernão de Magalhães, Praça da República, Largo da Portagem e delegação do Ministério do Emprego. Esta última concentração está marcada para as 16 e 30 e destina-se aos trabalhadores das empresas que neste momento estão em luta.

são trabalhadores assalariados, só que trabalhando em regime clandestino de subcontratação».

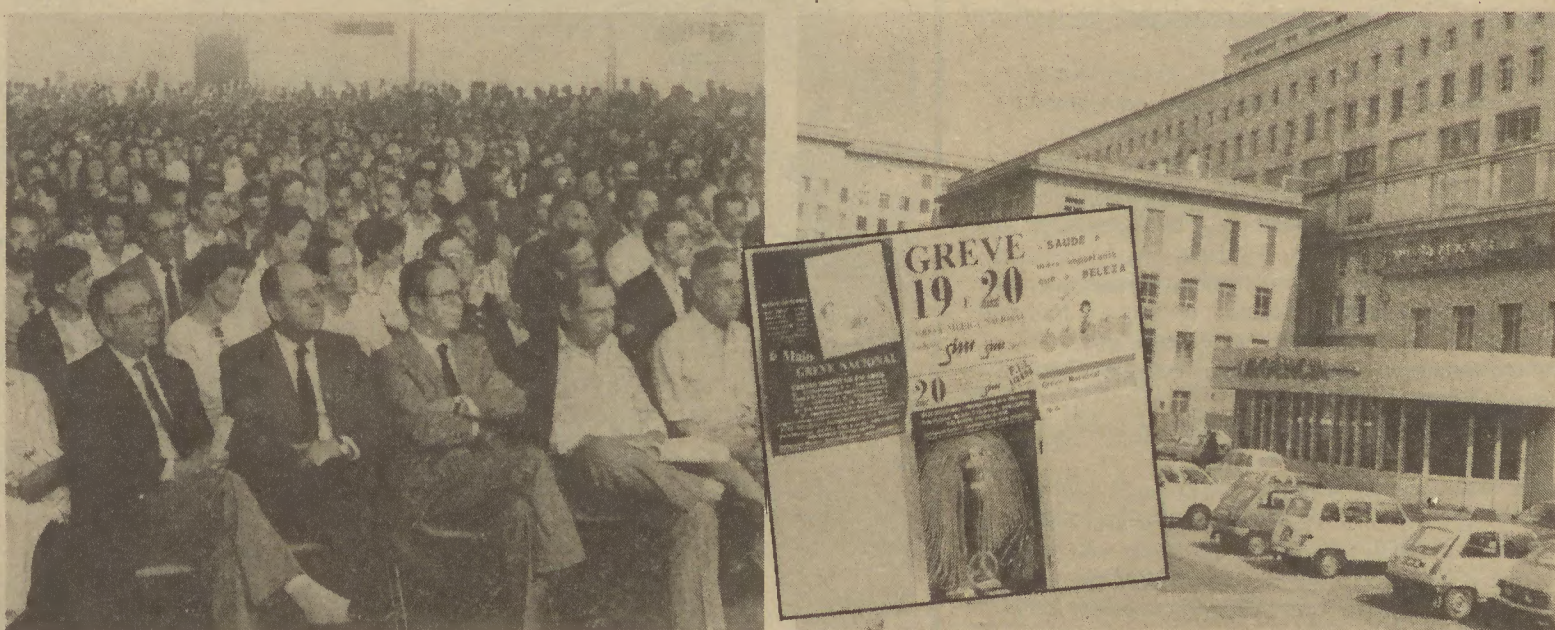
Ao referir-se ao pacote la-

está marcada por «conceitos de imperatividade», que condicionam a negociação, numa perspectiva clara de pôr o Estado a defender as

Sindicatos e Ordem confirmam

Mantida a greve de Junho em todo o País

Depois da muito concorrida Assembleia na FIL, que não demoveu o Ministério da obstinação de mau augúrio na recusa de dialogar, a Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos e a Ordem mantiveram, unanimemente, a decisão de greve nacional, marcada para o período de 6 a 9 de Junho. A Assembleia Médica Nacional, efectuada na última sexta-feira em pleno dia de greve, sem afectar as urgências, alertou pelo lado sindical para «as consequências do inevitável endurecimento das formas de luta». Recorde-se que o período de greve nacional inclui o feriado do dia 10 e o fim-de-semana imediatamente a seguir. Deturpando o sentido da luta, declarações do chefe do Governo suscitaram rumores de que estaria iminente uma requisição civil.



Imagens da Assembleia Médica Nacional da passada sexta-feira e da preparação da greve no Hospital de Santa Maria. No entender dos sindicalistas médicos, o que está em causa não é uma anti-ministra, mas sim a política adoptada para o sector e os seus reflexos muito graves, que obrigaram os médicos a recorrer à greve com uma adesão surpreendente numa classe profissional relativamente pouco afeita a defender os seus direitos recorrendo às paralisações

**Capitalismo e socialismo:
uma vista de olhos sobre o amanhã**

no número 163

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

Preço 70\$00

A VENDA

Trabalhadores

Carreiras, tabelas salariais, horários, legislação

Função pública decide intensificar a luta

O secretário de Estado do Orçamento persiste em não receber as organizações sindicais da função pública, que exigem a negociação de matérias extremamente importantes para os trabalhadores, como é o caso da revalorização de carreiras e estatutos profissionais, das tabelas salariais, da não aplicação da redução do horário de trabalho e de diversos projectos legislativos. O plenário de sindicatos da frente comum da função pública, reunido na passada quinta-feira, decidiu intensificar a luta e marcou para **8 de Junho** um encontro nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais e um desfile até à Secretaria de Estado do Orçamento.

No quadro das acções decididas pelo plenário de dia 19, realizam-se **hoje** assembleias de delegados sindicais e concentrações regionais; **até 31 de Maio** vão-se intensificar os plenários nos locais de trabalho e a denúncia da situação social e laboral no sector junto da opinião pública, realizando-se a **1 de Junho** uma acção pública de esclarecimento.

Entre as razões da luta dos trabalhadores da função pública a Federação Nacional do sector (FNSFP) destaca a exigência de reuniões com o secretário de Estado do Orçamento para discutir as **tabelas salariais** (face à falência das previsões do Governo quanto à inflação em 1988 e ao baixo aumento de 6,5% imposto aos TFP's), a **redução dos horários de trabalho** para 35 e 40 horas (anunciada para vigorar a partir de Janeiro, mas que ainda não é aplicada), e **projectos legislativos** sobre horários e duração do trabalho, reestruturação da carreira técnica e técnica superior, informática, cargos de chefe de secção e repartição, vínculos, férias, faltas, licenças, recrutamento e selecção, aposentação.

Um lugar especial é ocupado pelas propostas sindicais de revalorização das **carreiras profissionais**.

Num seminário promovido na semana passada pela frente comum da função pública foi constatada, a partir de um estudo feito por técnicos dos sindicatos, a «profunda situação de desequilíbrio» ao nível das carreiras e do estatuto remuneratório, o que «tem gerado injustiças entre os trabalhadores, quer em termos remuneratórios, quer de dignificação profissional, tem conduzido a elevados gastos orçamentais sem contrapartidas visíveis na melhoria dos serviços públicos e é impeditiva da existência de uma administração pública moralizadora e empenhada».

No seminário foram sobretudo referidos, como factores que exigem a alteração do sistema remuneratório da função pública, a «completa subversão do conceito de remuneração acessória» e a «desadequação do esquema de letras».

A frente comum de sindicatos da função pública entende, assim, que «a alteração do actual sistema remuneratório é um princípio básico

sem o qual a construção impenhosa de um novo esquema de carreiras na administração pública que permita a valorização dos seus trabalhadores é destituída de sentido»; os sindicatos exigem participar na discussão deste tema com o Governo e, nomeadamente, o conhecimento das conclusões do *relatório Sousa Franco*.

A questão das carreiras e da revalorização tem estado na base de uma importante movimentação entre os **administrativos** da função pública, onde há 10, 15 e 20 anos a situação profissional dos trabalhadores está estagnada — como têm denunciado a FNSFP e os sindicatos, reclamando carreiras profissionais justas, abertas de concursos e diálogo.

Um plenário sindical realizado na terça-feira da semana passada convocou uma série de acções para o sector, que culmina no dia **17 de Junho**, com uma «marcha nacional automóvel» para Lisboa e um desfile dos trabalhadores administrativos da região de Lisboa do Rossio para a Secretaria de Estado do Orçamento (Praça do Comércio).

Dia **16 de Junho** realizar-se-ão concentrações regionais frente aos governos civis. De **6 a 9 de Junho** vai decorrer uma jornada intensiva de informação e mobilização dos trabalhadores e da opinião pública.

IROMA e matadouros: 4500 postos em risco

Para **amanhã** à tarde está convocado um plenário nacio-

nal de representantes dos trabalhadores dos matadouros e das delegações e serviços centrais do IROMA (Instituto Regulamentador e Orientador dos Mercados Agrícolas); às 17 horas os participantes na reunião deslocam-se à Secretaria de Estado da Alimentação (Praça do Comércio).

Estas acções, promovidas pela FNSFP, prendem-se com o facto de o Governo — segundo a Federação — estar a preparar-se para aprovar muito brevemente um decreto fundindo o Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA) com a parte de mercados do IROMA ligada à CEE.

O projecto de criação do novo organismo (de que poderá vir a ser presidente Ribeiro Nunes, actual vice-presidente do IROMA) — afirma a FNSFP num comunicado da sua comissão executiva — prevê um quadro de pessoal de apenas 160 trabalhadores e terá já as assinaturas dos ministros da Agricultura e das Finanças, aguardando apenas a aprovação em Conselho de Ministros. «**A concretizar-se este processo serão colocados na situação de excedentes cerca de 2 mil trabalhadores dos serviços centrais e delegações do IROMA**» — denuncia a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Além disso — afirma a FNSFP —, o Governo prepara-se também para entregar os 94 matadouros oficiais a associações de produtores e comerciantes, «**não se sabendo o que acontecerá aos cerca de 2500 trabalhadores dos matadouros**».



A profunda situação de desequilíbrio ao nível das carreiras e do estatuto remuneratório tem gerado injustiças entre os trabalhadores, quer em termos remuneratórios, quer em dignificação profissional, tem conduzido a elevados gastos orçamentais sem contrapartidas visíveis na melhoria dos serviços públicos e impede a existência de uma administração pública moralizadora e empenhada — afirmam os sindicatos e a federação da função pública (na foto o Centro Nacional de Pensões, em Lisboa)

Há coisa que vêm nos livros e só se aprendem com aturado estudo; outras, por tão comuns tornaram-se património colectivo, parte do b-a-ba da vida a que cedo se toma o gosto, por mais amargo que seja. Como por exemplo, o ganha pão

Não é por acaso que existe o dito popular «nunca ninguém enricou a trabalhar»

Dado o devido desconto, assim se pretende dizer que a remuneração do trabalho, o salário que é devido pelo que se produz, pelo que se faz, assenta desde tempos imemoriais numa complexa equação. Quem produz riqueza, dela colhe apenas uma ínfima parte quando não detém os meios de produção. O que significa que alguém arrecada os lucros, mesmo que para eles pouco contribua.

Nada disto é novidade para ninguém. Ainda que alguns o saibam melhor do que outros, a maioria sente-o na pele mal entra no mercado de trabalho.

Também não é novidade que este estadió de coisas nunca foi pacífico, que sempre houve quem lutasse por um salário justo, por uma mais equitativa distribuição das riquezas.

Como por exemplo, os comunistas.

Estiveram nas praça de jornas, na luta contra o trabalho de sol a sol, na batalha por um salário mínimo, nas negociações e greves por aumentos de salários, na defesa da igualdade das mulheres e jovens, por trabalho igual salário igual, etc., etc., etc.

Estiveram e estão.

Por isso, ontem como hoje, são os primeiros a sofrer retaliações. Em particular, a ser despedidos. A perder o seu ganha pão.

Nunca são os únicos, mas são indiscutivelmente os primeiros.

O que significa que para esta actividade política se exige elevada consciência de classe, consciência política, espírito de sacrifício, dedicação a uma causa comum, onde valores como a justiça, a igualdade de direitos, o fim da exploração do homem pelo homem, não são expressões vazias de conteúdo.

Foi com homens e mulheres embuídos deste espírito que se formou, cresceu e consolidou o PCP.

Com humanos erros, humanas falhas, humanas insuficiências, evidentemente, pois humanos são os membros que o compõem. Mas sempre, no passado como no presente, com um profundo amor pelo povo a que pertencem e cujos interesses defendem.

Assim se explicam os anos de prisão, as torturas sofridas, a dádiva da própria vida, o sacrifício do interesse pessoal em prol do interesse comum.

Pode não se gostar dos comunistas, pode discordar-se das suas ideias, mas não se pode, honestamente e em consciência, duvidar-se da sua capacidade de sacrifício e da sua dedicação ao bem comum.

Quando jornais que se reputam de idóneos têm o descaramento de, citando fontes muito devidamente não identificadas, afirmar que muitos comunistas não se atrevem a manifestar discordância da direcção do Partido por dele dependerem economicamente, estão não só a ofender todos os comunistas como também, conscientemente, a mentir.

Qualquer comunista, do mais modesto trabalhador não qualificado ao mais especializado, encontraria fora dos quadros dos funcionários do Partido condições económicas muito mais vantajosas. Negá-lo é tão absurdo quanto ridículo.

Porque o fazem então esses jornais, veiculando e subscrevendo tão torpe afirmação?

Não se aperceberão alguns jornalistas que a tal se prestam que desse modo dão de si próprios uma imagem degradante? A imagem de quem, eles sim, dizem e escrevem o que lhes mandam porque economicamente dependentes e sem coragem para defender a ética e a deontologia profissional, não lhes vá faltar o pão com manteiga?

Podemos entender que não partilhem as nossas opções e até mesmo que as não compreendam.

Mas não podemos entender, nem aceitar, que nos acusem da sua própria subserviência.

Trabalhadores

O gás é da EDP

O gás de cidade, distribuído pelo CDG (Centro Distribuidor), pertence à empresa pública Electricidade de Portugal, EDP. As organizações sindicais das indústrias eléctricas, em especial o SIESI e a federação, FSTIEP, defendem esse estado de coisas com determinação inabalável. O mesmo acontece com a comissão de trabalhadores, CT, da EDP.

O Siesi, Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, encara formas de luta, no que é acompanhado pela comissão de trabalhadores, CT, da EDP.

Em causa está a ameaça de entrega do Centro Distribuidor de Gás (CD Gás ou CDG) à também empresa pública PGP — Petroquímica e Gás de Portugal.

Os trabalhadores daquele Centro, que pertence à EDP, EP, deliberaram não autorizar esta «transferência compulsiva» que «o Governo pretende concretizar».

As ORT's, organizações representativas da EDP (CT, sindicatos e federação) efectuaram já vários plenários para tratar do assunto e, segundo anunciava o Siesi no passado dia 17, os trabalhadores estariam na disposição de concretizar «formas de luta contra a projectada transferência» daquele serviço (CD Gás) para a Petroquímica.

Ainda de acordo com o Siesi essas formas de luta seriam decididas em plenário marcado para a passada quinta-feira em Lisboa.

Ainda sem elementos sobre a concretização de formas de luta na EDP quando redigimos esta notícia, adiante-se, no entanto, que os plenários na EDP prosseguem — anuncia o Siesi — até amanhã.

O mesmo Sindicato do Sul e Ilhas acrescenta que os plenários são convocados pela comissão de trabalhadores da EDP e são abertos à «partici-

pação de todos os sindicatos representativos do CD Gás».

As formas de luta anunciadas pelo Siesi «podem envolver outros trabalhadores da EDP», além dos directamente atingidos pelos propósitos do Governo.

Ao referir-se à «luta em perspectiva», aquele sindicato salienta que a passagem do gás para a PGP «acarretaria a perda de direitos» para os trabalhadores.

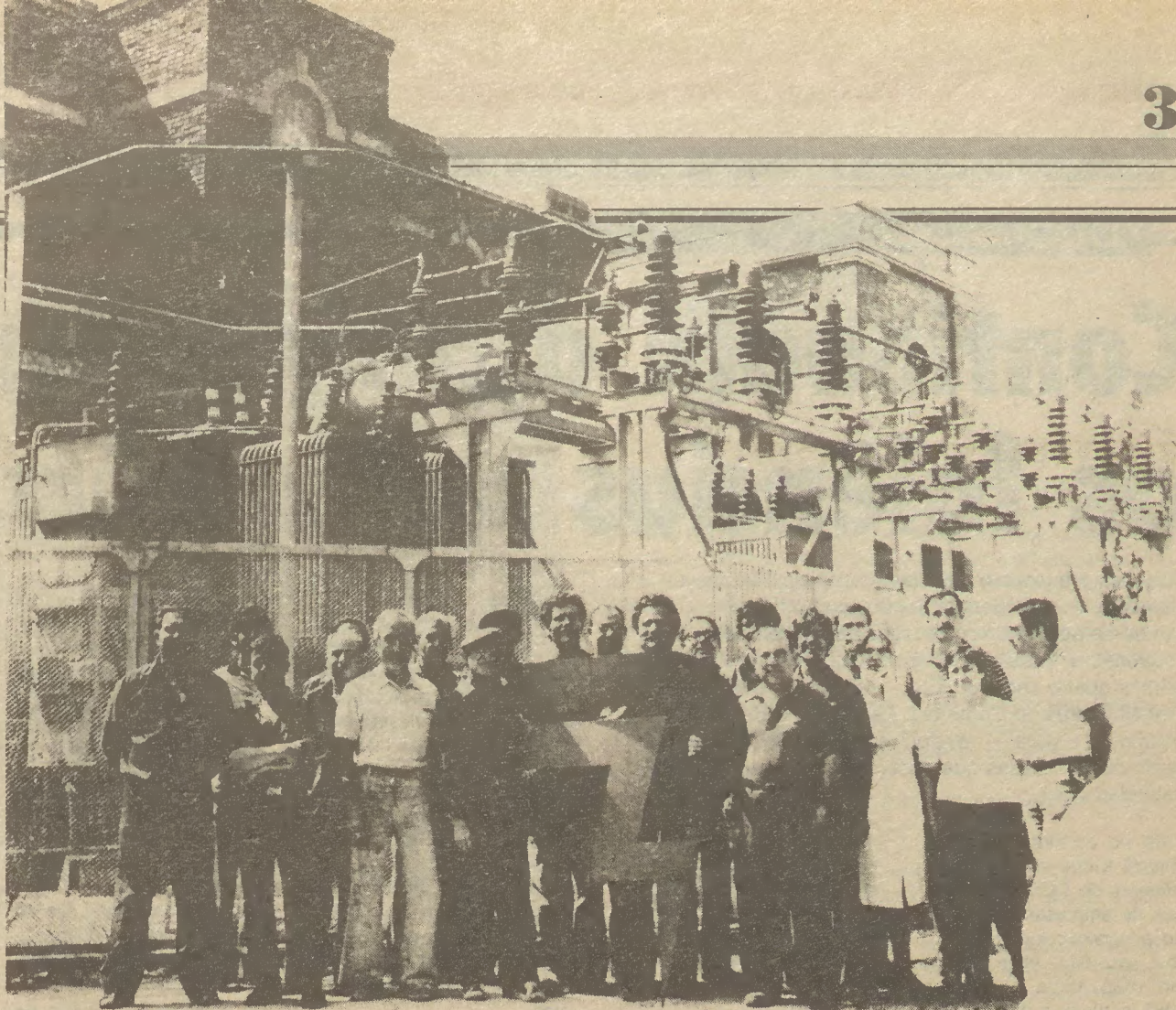
Também os reformados poderiam ser atingidos. O Siesi defende que eles «continuem como reformados da EDP».

Moção de recusa aprovada por unanimidade

A Lei 46/79 obriga a ouvir as comissões de trabalhadores em processos deste género. Não foi o que aconteceu. Citando o Siesi, a Lei não foi cumprida, correndo «todo o processo à revelia das estruturas representativas dos trabalhadores». Assim, a moção de recusa foi aprovada unanimemente.

A luta é de todos os trabalhadores da EDP. Esta é uma questão de fundo para os sindicatos e as outras organizações representativas dentro da empresa.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP) defende fortemente essa posição junto dos



É inútil esperar que os trabalhadores da EDP abdicuem dos seus direitos

trabalhadores da EDP em todo o País.

Abrir caminho ao desmembramento da empresa. É esta outra das questões fundamentais para os sindicatos do sector. O serviço de distribuição do gás de cidade é muito apetecido pelo capital privado.

O sector mais rentável da EDP. Assim é caracterizado pela FSTIEP o serviço de distribuição do gás de cidade. «Nesta primeira fase, diz a Federação e sublinha-o principalmente junto dos trabalhadores, pretende-se retirar à EDP este sector rentável e integrá-lo na Petroquímica e Gás de Portugal (PGP) para, em seguida, entregar esta empresa ao capital privado».

O sector que necessita de menores investimentos: outra das linhas de força da actuação do Governo. Na linha das desnacionalizações, a EDP não teria sequer «a justa compensação pela transferência de instalações e equipamentos» para a Petroquímica.

Os trabalhadores não podem aceitar esta manobra. As organizações representativas (ORT's), comissões e sindicatos, sabem perfeitamente que a segunda fase da manobra, pela qual são responsá-

veis o Governo e as gestões da sua confiança, é a de «preparar a penetração futura dos sectores económicos privados no sector energético».

As informações que recolhemos junto dos sindicatos a este respeito são claras ainda quanto à tentativa de entregar à Petroquímica não apenas o património dos serviços de distribuição do gás de cidade. Além da transferência de bens e equipamentos, a EDP seria privada também da «facturação que deixaria de ter, proveniente da venda do gás de cidade».

Os trabalhadores perderiam todos os direitos. Um dos argumentos sindicais mais fortes é o de que, se fossem transferidos para a Petroquímica, além das penalizações próprias de uma transferência deste género, os trabalhadores «perderiam todos os direitos consagrados no acordo de empresa» da EDP que, salienta a FSTIEP, «são de longe muito mais favoráveis que os praticados na Petroquímica».

Perderiam também os trabalhadores da EDP, afectados mais directamente pela ameaça de transferência, «o estatuto unificado do pessoal» da empresa, que não existe na PGP.

Esclarecimento

Alguma pressa, justificável neste caso, provocou um lapso na notícia do «Avante!» da semana passada sobre «Alterações no comércio incluem o gás».

O erro tem a ver com os serviços que presta o CD Gás da EDP, pertencente a esta empresa pública, e não a qualquer outra entidade do ramo do comércio e serviços.

Não haveria pois que confundir, como erradamente se verifica naquela notícia, o gás chamado **de cidade** com produtos do mesmo tipo comercializados em geral por entidades privadas.

Depressa o lapso foi detectado, e bem, pelas organizações sindicais que representam os trabalhadores da EDP-EP, que não aceitam a pretendida transferência do CD Gás para a Petroquímica, como aliás nesta página repetidamente se refere.

Por outro lado, as organizações representativas da EDP-EP não reuniram com organizações idênticas da PGP-EP (Petroquímica), como, também por lapsus, vem noticiado no nosso número da semana passada.

O plenário de 17 deste mês, bem como o de 19, são da única responsabilidade da Comissão de Trabalhadores (CT) da EDP e não incluíram trabalhadores da Petroquímica.

De outros plenários, que porventura se efectuem sobre este caso, naturalmente daremos notícia.

Aproveitamos para assinalar, à margem, que a solidariedade entre trabalhadores de empresas diversas, mas com muitos interesses em comum, não é certamente afastada pelos sindicatos e outras organizações representativas quer da EDP, quer da PGP, ambas empresas públicas, como se sabe.

Mas o esclarecimento impõe-se neste caso. Pelo lapso pedimos desculpa aos ORT's e sindicatos representativos dos trabalhadores da EDP.

■ A. L.

A moção de 19

Já depois de redigidos os outros elementos sobre o caso do gás, tivemos acesso à moção de 19, quinta-feira passada, onde os sindicatos (FSTIEP e Siesi) anunciam formas de luta concretizáveis a curto prazo, incluindo um dia de greve para o próximo dia 1. Transcrevemos na íntegra o texto da moção que, segundo aquelas organizações sindicais, transmite a «posição dos trabalhadores da EDP sobre a pretensão do Governo de retirar o Centro de Distribuição de Gás da EDP, integrando-o na PGP».

Teor integral da moção:

«Os trabalhadores do Centro de Distribuição de Gás, reunidos em plenário no dia 19.5.88 no refeitório da Boa-vista, na sequência de plenários já realizados e depois de analisarem a situação, perante os dados conhecidos e apresentados pela Comissão de Trabalhadores:

— «Considerando que a intenção do Governo de transferir o gás da cidade da EDP-EP para a PGP-EP é lesiva dos interesses sociais e eco-

nómicos dos consumidores, da empresa e dos trabalhadores;

— «Considerando que não está definida uma política energética para o País (PEN — Plano Energético Nacional) e consequentemente a problemática do gás, não se vislumbra nem oportunidade nem razoabilidade da decisão;

— «Considerando que há uma clara intenção do Governo de criar empresas privadas para o gás e, sendo este o pri-

meiro passo para, de uma forma indirecta, entregar um sector rentável da EDP ao capital privado, a que se seguiria a desnacionalização da PGP-EP;

— «Considerando que não estão acautelados os interesses e os direitos dos trabalhadores do gás — no activo e reformados — nem nada nos garante que o venham a ser;

— «Considerando que o Governo não clarificou nem pretende clarificar toda a situação, quer no que respeita aos interesses da EDP, quer dos trabalhadores;

— «Considerando que o Governo não respeitou a Lei 46/79, que determina o direito à participação e audição da Comissão de Trabalhadores.

«Decidem:

«1 — Não aceitar a transferência do gás da cidade da EDP para a PGP;

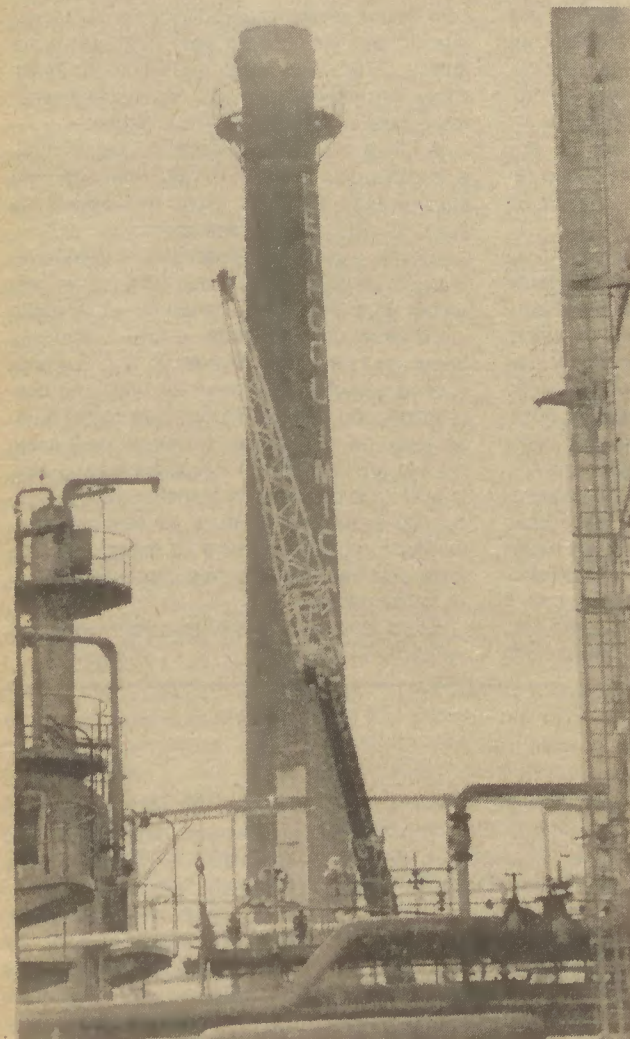
«2 — Marcar para o próximo dia 1 de Junho de 1988 um

dia de greve, caso o Governo até lá não altere a sua posição de intransigência e não se disponha a discutir toda esta problemática com as estruturas representativas dos trabalhadores, tendo em vista a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e da EDP;

«3 — Que fique decidido marcar uma concentração junto à Secretaria de Estado, na Rua da Horta Seca, com vista a pressionar o secretário de Estado a receber as ERT para que a situação seja clarificada, logo que a CT e os sindicatos se reúnam, devendo fazê-lo de imediato;

«4 — Que desde já as ERT sensibilizem todos os trabalhadores da EDP para que, em unidade, defendam os interesses da empresa;

«5 — Dar conhecimento ao Governo, CG/EDP e órgãos da comunicação social, deste documento.»



A manobra do Governo passa pela Petroquímica e Gás de Portugal

Trabalhadores

Continuam a aumentar as falências no comércio

Punições e desprezo declarado pelas normas mais elementares de higiene e segurança no trabalho juntam-se ao aumento preocupante das falências de pequenas empresas. Citando dados referentes aos últimos quatro anos, o CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa — revelou recentemente que «45 por cento das empresas que encerraram empregavam até 5 trabalhadores».

Só no distrito de Lisboa (âmbito a que se referem os números do CESL) as falências de empresas do comércio e serviços foram vinte e uma em 1984, trinta e duas em 1985, trinta e sete em 1986 e trinta e oito no ano passado.

Os processos de falência ocorreram sobretudo em empresas abrangidas pelo contrato colectivo de trabalho (CCT) do comércio retalhista.

Mas também significativos para o CESL, segundo dados informáticos que apurou no princípio deste mês, são os encerramentos verifica-

dos, naquele período, nos «sectores automóvel, editores e livreiros, grossistas têxteis, grossistas de material eléctrico e electrónico e grossistas de mercearia».

Quase 5 mil perderam o emprego

Ao citar apenas dados referentes a empresas que tinham trabalhadores associados no CESL e que, «por isso mesmo — pondera o Sindicato — são um indicador seguro da realidade que atinge todas as empresas»,

o departamento de informação daquela organização sindical representativa sublinha que «o total de encerramentos registados nos últimos quatro anos (132) corresponde ao despedimento de 4969 trabalhadores, 40 por cento dos quais pertencentes, até então, ao sector do comércio retalhista».

Nos últimos quatro anos, até ao final de 1987, do total de empresas comerciais e de serviços que encerraram no distrito de Lisboa só duas tinham mais de 500 trabalhadores.

Dez por cento desse total pertence a empresas que empregavam mais de 100 trabalhadores. O grosso dos encerramentos (45 por cento) corresponde a empresas com o máximo de cinco trabalhadores.

De acordo com os dados informáticos do CESL, esse mesmo facto explica — em-

bora as falências não tenham deixado de aumentar — que «o total dos trabalhadores atingidos tenha diminuído de 1540 em 1984 para 846 em 1987».

«Tabela de multas para funcionários»

O CESL requeria, entretanto, a intervenção da Inspeção do Trabalho para pôr cobro a multas numa loja de Lisboa. O estabelecimento possuía mesmo uma «tabela de multas para funcionários».

O caso, com o nome da empresa, vem descrito no «CESL Mulher», boletim do Sindicato referente a Maio. Como exemplo de punições inadmissíveis, cita-se o caso de uma trabalhadora poder ser multada em 500 escudos por não se apresentar um dia ao trabalho com roupas fornecidas pela loja onde trabalha.

A Inspeção do Trabalho já concluiu pelo menos, «não existirem quaisquer razões para autuação» — autuação da entidade empregadora, evidentemente.

Evidente também é o facto de o CESL «voltar à carga», dirigindo-se agora expressamente ao director-geral do Trabalho.

Despedimentos por não observância de segurança e higiene

Por norma, cabe aos patrões pôr em prática as normas de higiene e segurança no trabalho. Mas onde elas não estão garantidas como é que os trabalhadores e trabalhadoras as podem cumprir? A solução para o Governo do pacote é, aqui também, o despedimento.

Justamente indignado, o

CES-Sul — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços com sede em Setúbal — divulgou recentemente uma lista de 132 locais de trabalho, com mais de 25 trabalhadores por empresa, onde não existem refeitórios, vestiários, instalações sanitárias com limpeza diária, com toalhas para as mãos, com autoclismo, com algum asseio; onde existem sanitários comuns para homens e mulheres, sem equipamentos de primeiros socorros, sem instruções para casos de urgência, com equipamento, mas sem verificação regular, sem instruções de manuseamento, etc. Pergunta o Sindicato, com razão, se um trabalhador vai poder ser despedido por não ter no seu local de trabalho um sítio adequado à satisfação das necessidades mais primárias da espécie humana.

E se aí vem o pacote?

Setenave em luta

Paralisações sectoriais por turnos tem sido a forma de luta adoptada pelos trabalhadores da Setenave para se oporem à entrega da empresa a um consórcio luso-alemão com a perda de milhares de empregos.

A federação sindical mais representativa do sector (FSMMMP) acusa o Governo de se furta ao diálogo com os dirigentes sindicais dos metalúrgicos, que querem apresentar ao Primeiro-Ministro as suas propostas de solução para «garantir e aumentar o emprego».

Mas há quase um ano — acrescenta a FSMMMP — que os sucessivos pedidos de audiência caem em saco roto, quando a comissão executiva que representa os metalúrgicos se põem à disposição dos respectivos titulares das pastas ministeriais e tutelas para «serem analisados os problemas dos sectores metalúrgico, metalomecânico e mineiro».

Recorde-se que, além de muitas outras empresas desses sectores, está particularmente em causa a Setenave e a Siderurgia Nacional.



Há trinta meses sem os salários revistos, trabalhadores da Setenave paralisam por turnos. Imagem obtida no passado dia 20



Corticeiros: não à miséria

Numa nota à Imprensa, o Sindicato dos Corticeiros do Norte anuncia uma paralisação de 24 horas para hoje. Não querem, afirmam os dirigentes sindicais, «salários de fome, de miséria, sem regalias sociais».

As associações patronais da indústria corticeira recusam-se, afirma o Sindicato, «a realizar a fase directa das negociações do CCTV (contrato de trabalho colectivo vertical) para o sector».

A direcção do SCN, que anunciou para o passado dia 20 uma concentração e vigília de protesto em Lourosa, manifestava-se também contra a posição dos «divisionistas do Sindicato», que se preparam para «trair a classe trabalhadora corticeira», no que respeita ao CCTV.



Estão em causa a higiene, a segurança no trabalho (foto de arquivo, no Arsenal)

Alarme no Arsenal

Os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, que pelas suas funções representativas se encontram mais perto dos problemas — e são numerosos — que há muito afligem esta empresa de construção e reparação de navios, foram acusados de «alarmistas» antes do acidente — «de trabalho», sublinham — que recentemente levou ao Hospital da Almada 35 trabalhadores.

O caso era realmente motivo de alarme. O que se passou não foi apenas um incidente ocasional, diz-nos a comissão de trabalhadores (CTAA) do Arsenal do Alfeite. A intoxicação alimentar tem antecedentes. Já outras mais ligeiras tinham acontecido. «O refeitório — refere a CTAA — e nomeadamente a qualidade da comida» têm sido objecto de «constantes alertas junto da administração» do AA.

A CTAA, «porta-voz do sentir dos trabalhadores do estaleiro», exige que a intoxicação alimentar seja considerada acidente de trabalho. Devem ser pagas a todos os trabalhadores atingidos as despesas que fizeram com o tratamento. Assim foi, aliás, exigido numa concentração em que foi aprovado um documento

com outras reclamações, incluindo «uma comissão de fiscalização dos alimentos», na qual a CTAA deve estar representada, assim como um inquérito ao que sucedeu e melhores condições de trabalho no refeitório.

A CTAA publicava, entretanto, dados sobre a intoxicação, que não foram referidos pela comunicação social na altura do acidente de trabalho. Aqui ficam esses dados:

«Trinta e cinco trabalhadores assistidos no Hospital de Almada na quinta-feira (12 do corrente), de manhã; dois ficaram em observação até à tarde; um trabalhador esteve a soro três horas, no Hospital de Alcácer do Sal; quarenta e cinco trabalhadores foram assistidos no posto médico do Arsenal, na tarde de quinta-feira; ao todo, na quinta-feira, passaram pelo posto médico (do AA) oitenta trabalhadores; na sexta-feira (13) da parte da manhã, foram assistidos no posto médico mais de setenta trabalhadores; na segunda-feira de manhã (dia 16) recorreram ao posto médico cerca de sessenta trabalhadores».

Estes números foram os confirmados até ao passado dia 17.

Pesca na FP

O primeiro Encontro Nacional de Pesca Desportiva organizado por um sindicato da Função Pública decorrerá nos próximos dias 4 e 5, na barragem do Maranhão, distrito de Portalegre. A «Operação Pesca», assim se chama a iniciativa, é levada a cabo pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. As ins-

crições para a «Operação Pesca», que conta ainda com outras organizações, termina no próximo dia 29, domingo.

Domingo no litoral de Sintra

No mesmo dia 29, efectua-se, como já noticiámos, o V Grande Encontro de Mar. De pesca também, mas no li-

toral de Sintra, o certame é organizado pela União dos Sindicatos de Lisboa e pela delegação sindical concelhia, com «cento e vinte prémios extra e lembranças para todos os participantes». O convite para o V Grande Concurso é feito em nome do Departamento de Tempos Livres da Delegação dos Sindicatos no Concelho de Sintra.

PCP

No dia 1 de Dezembro de 1939, numa estrada secundária entre Benfica e a Amadora, o agente da PIDE José Gonçalves prendia um homem que era funcionário clandestino do PCP. Transportado para a António Maria Cardoso, este homem franzino iria definir uma orientação que durante mais de três décadas pautaria o comportamento dos comunistas na cadeia. Até então, face aos interrogatórios policiais, era prática dos presos tentarem encontrar fantasiosas histórias que desorientassem os esbirros. O método era por vezes perigoso uma vez que, entre invenções e silêncios, a experiência policial acabava a descortinar pistas, contradições, indícios. Desta feita, nessa tarde de Dezembro de 1939, este homem que conhecia as cadeias fascistas pela segunda vez, toma uma decisão absoluta: nem histórias grandes nem pequenas, nem frases curtas ou compridas. Face aos interrogatórios — silêncio absoluto. Na polícia não se prestam declarações. Em 1947, de novo nas prisões, esse mesmo homem é de novo brutalmente torturado: durante quatro semanas, a «estátua», 105 dias de rigorosa incomunicabilidade. Na polícia não se prestam declarações. A PIDE não perdoaria. Este homem esteve por duas vezes no Tarrafal. Em 1953 quando, cedendo à campanha contra o campo de concentração, o salazarismo o encerra, assiste-se a uma situação inaudita. Pouco a pouco, os presos vão sendo trazidos de Cabo Verde. Os marinheiros do «Dão» e do «Afonso de Albuquerque» que haviam «inaugurado» o campo, vêm para Peniche. Finalmente, na Achada Grande do Tarrafal ficam os guardas... e um preso! Durante seis meses, só com os carcereiros, esse homem conhece uma vez mais a quanto pode chegar o ódio bestial do fascismo. Compreendia-se, afinal. Porque este homem passou no total 21 anos nas prisões salazaristas, mas delas se evadiu quatro vezes: de Caxias em 1939, de Peniche em 1950, de novo de Peniche em 1960 — a fuga de Peniche —, de novo de Caxias em 1961 — a fuga do carro de Salazar. Após as fugas, de novo a clandestinidade e a luta. Já em 1929, na sua Serpa natal, ele era responsável pelo Socorro Vermelho Internacional. Em 1932 era militante do PCP e em 1935 seu funcionário. Depois do 25 de Abril, esse homem franzino levou para a Assembleia da República a sua consciência de classe. Há 49 anos que era membro do Comité Central do PCP. Chamava-se Francisco Miguel Duarte. Com aquela ternura que 80 anos merecem, chamavamos-lhe **mestre Chico**. Ele sorria, porque fora mestre, de facto, na profissão de sapateiro onde descobriu a vida e a luta. Mas nós sabemos, o povo sabe, que, acima de tudo, foi na vida e na luta que nós conhecemos o **mestre Chico**.



Milhares de pessoas incorporaram-se no funeral de Francisco Miguel

A morte de Francisco Miguel

O exemplo do lutador lembrado num funeral com milhares de pessoas

Terça-feira, dia 24 de Maio de 1988.

A urna com o corpo de Francisco Miguel Duarte, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, estava já coberta de terra.

Da multidão apinhada naquele recanto do cemitério, ao princípio da tarde, solta-se uma voz firme e emocionada: «Fascismo nunca mais!».

De punho cerrado, a expressão seria repetida e acrescentada com um forte «PCP!» e «a luta continua».

Mais do que três palavras de ordem, mais do que três sentimentos entoados num ambiente de profunda consternação, foram, no último adeus a Francisco Miguel, três apontamentos da vida de um lutador de corpo inteiro. Um homem que, como sempre ao longo da sua vida de comunista, morreu de pé, em acção, em apoio ao Partido a que se dedicou, como ouvimos de um seu companheiro momentos antes do início do cortejo fúnebre, feito a pé, desde o Centro de Trabalho de Alcântara (onde se concentraram milhares de pessoas, interrompendo o trânsito naquela zona da cidade) até ao cemitério da Ajuda, onde já muitos aguardavam a chegada do funeral, o que viria a registar-se cerca das 13.45 horas.

Como dizíamos, mais do que três expressões entoadas em homenagem de um batalhador, falecido no passado dia 21, quando participava numa iniciativa do Partido no Seixal, foram três apontamentos da sua vida de combate. Francisco Miguel foi um homem intimamente ligado ao PCP desde longa data, foi um cidadão firmemente empenhado na luta e na continuação da luta, foi um resistente que nunca vacilou no combate ao fascismo e cujo exemplo é bem a prova de que a ditadura não pode jamais voltar à Pátria portuguesa.

Desta vida dedicada à causa da classe operária, dos trabalhadores, do povo e da liberdade, falou o camarada Álvaro Cunhal, momentos antes da urna de Francisco Miguel ficar coberta por uma bela montanha de flores, das coroas e palmas enviadas de todo o lado por gente amiga do velho lutador. À parte publicamos extractos significativos da breve intervenção proferida pelo secretário-geral do PCP na Ajuda.

O corpo de Francisco Miguel esteve em câmara ardente no CT de Alcântara desde segunda-feira, tendo-

-se registado inúmeras presenças e mensagens de homenagem e condolência, como referimos nesta página.

Familiares de Francisco Miguel, camaradas da Comissão Política e do Secretariado do Partido, membros do Comité Central, deputados e militantes comunistas e diversas representações e personalidades da vida portuguesa (militares de Abril, autarcas, dirigentes políticos, intelectuais, deputados, etc.) incorporaram-se no desfile de hora e meia até ao cemitério da Ajuda.

Numerosas mensagens de condolência

Numerosas personalidades da vida nacional estiveram presentes no funeral do dirigente comunista Francisco Miguel Duarte.

O Presidente da República fez-se representar pelo general Conceição Silva, chefe da Casa Militar da Presidência. Para além de elementos dos órgãos executivos do Comité Central e representantes de organizações do PCP, incorporaram-se nas cerimónias fúnebres uma delegação do PS constituída por Edmundo Pedro (em representação do secretário-geral do PS) e Lopes Cardoso, delegações do partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática, do MDP, de estruturas sindicais, designadamente da CGTP-IN, constituída por José Ernesto Cartaxo, Manuel Lopes, Maria do Carmo Tavares e Álvaro Rana, de organizações unitárias como a URAP, o MDM, o MURPI e ex-prisioneiros do Campo do Tarrafal e, entre outras individualidades, o general Vasco Gonçalves, o major Marques Junior, dirigente do PRD, o coman-

dante Costa Santos, o eng. Titó de Moraes e esposa, o eng. Aquilino Ribeiro Machado, o eng. Gaspar Teixeira, o dr. Silas Cerqueira (do Conselho Português para a Paz e a Cooperação) e Fernando Lopes Graça.

Dirigidas ao secretário-geral do PCP ou ao Comité Central do Partido têm sido recebidas numerosas mensagens de condolências pelo falecimento de Francisco Miguel, entre as quais as do Presidente da República, dr. Mário Soares, do general Ramalho Eanes, de António Macedo, do Conselho Directivo da URAP, da Associação «Intervenção Democrática» e ainda de presidentes de Câmaras Municipais, personalidades da vida cultural e política do nosso país, associações, estruturas sindicais, e numerosas organizações do PCP (Direcções Regionais, Comissões Distritais, Concelhias e de Freguesia, células, etc.). Membros do PCP nas comunidades de emigrantes também enviaram telegramas de condolências.

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Despedimo-nos hoje para sempre de Francisco Miguel, com a profunda mágoa por perdermos um valioso irmão de combate, que para todos nós era particularmente querido.

Mas, ao lembrar a sua vida e ao prestar-lhe homenagem, a par da mágoa pela sua perda, sentimos o reconhecimento de comunistas, por tudo quanto ele deu ao Partido, à classe operária e ao povo de Portugal e por tudo quanto nos deixa com o exemplo da sua vida de inteira dedicação revolucionária.

Foram muito duras as provas a que foi submetido. Nenhuma conseguiu abalar a sua firmeza e combatividade.

Nem muitos anos de vida clandestina com as privações de toda a espécie que comportava.

Nem as sucessivas prisões e as bárbaras torturas na PIDE por se recusar a prestar quaisquer declarações.

Nem as condenações em tribunais fascistas.

Nem o Tarrafal, campo da morte lenta.

Nem mais de 21 anos passados nas prisões, donde quatro vezes se evadiu sempre para voltar à luta.

A vida de Francisco Miguel contém em si mesma um implacável libelo acusatório aos crimes da ditadura fascista que oprimiu o povo português durante quase meio século.

E é bom lembrar (sobretudo à juventude) o que foi o fascismo, para que melhor seja apreciado o valor da liberdade e das outras transformações democráticas conquistadas com a revolução de Abril.

Sempre e sempre, nas circunstâncias mais duras, Francisco Miguel manteve a sua plena disponibilidade revolucionária, a certeza da justiça do nosso ideal e a confiança na vitória.

Amigo, solidário e fraternal para com os seus camaradas, verdadeiro e leal, era um homem de extrema sensibilidade e como poeta (porque o era) cantava nos seus versos a par do ideal político, os encantos da Natureza, o carinho pelas crianças e o amor.

Operário, homem simples, modesto, Francisco Miguel viveu com o Partido e morreu com o Partido.

E é lícito perguntar qual é o fundamento de uma tão total dedicação a um partido.

O fundamento é necessariamente a consciência de que esse Partido é merecedor da dádiva da própria vida.

Através da sua dedicação e da sua acção revolucionária, Francisco Miguel mostrou a profunda compreensão do papel do PCP na vida nacional.

(...)

Francisco Miguel não tinha dúvidas quanto ao futuro do nosso Partido.

Até à hora da morte mostrou saber que o seu Partido, o nosso Partido, continuará a ser aquele mesmo Partido ao qual dedicou a vida inteira — partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido marxista-leninista, partido patriótico e internacionalista, partido cuja democracia interna tem elevada expressão no trabalho colectivo, partido cuja unidade é a mais sólida garantia da sua força e influência, partido inteiramente dedicado ao povo e à pátria, partido que tem como objectivo a construção em Portugal de uma sociedade sem exploradores nem explorados da qual sejam eliminadas as discriminações e injustiças sociais que caracterizam o capitalismo.

Só um partido com um tão elevado ideal e uma tão elevada prática revolucionária pode contar com militantes que a ele dediquem toda a sua vida.

Lembrando a vida de Francisco Miguel e lembrando o passado heróico do nosso Partido antes e depois do 25 de Abril, há que sublinhar que o passado do Partido se projecta na força do presente.

(...)

O PCP nunca será um partido social-democratizante como alguns aconselham. Será sempre um partido comunista portador do seu elevado ideal.

O PCP — partido cuja existência, actividade, força orgânica e influência se devem ao trabalho, à luta, à dedicação de muitas gerações de comunistas — é um partido caldeado por dezenas e dezenas de anos de luta e de experiência, habituado a ventos e a vendavais, forte pelo que é ele próprio e pela sua ligação à classe operária e às massas populares.

É o partido que os seus membros colectivamente querem que seja e não aquele que os seus adversários gostariam que fosse.

Orgulhoso do seu heróico passado, o nosso Partido está voltado para a vida, para a realidade, para o futuro.

(...)

Preparando o XII Congresso está em curso a elaboração do novo programa do Partido, que a partir da revolução inacabada que foi a revolução de Abril, e tendo em conta as alterações desde então verificadas na vida económica, social, cultural e política, proponha ao povo português uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Não apenas os militantes mas importante parte do povo português confia no PCP.

Ao irmos aqui hoje despedir-nos de Francisco Miguel estamos certos de que o PCP pela sua orientação, objectivos e acção, jamais desmerecerá da confiança que, tal como Francisco Miguel, os militantes, os trabalhadores, amplos sectores do povo português nele depositaram e depositam.

PCP

Dois encontros nacionais do PCP em Lisboa

Educação e segurança social em debate responsável neste próximo fim-de-semana

O PCP promove em Lisboa neste fim-de-semana que se avizinha duas iniciativas de âmbito nacional viradas para a análise, o debate e a reflexão em torno de temas de extrema importância na vida do País e dos portugueses. A **educação** e o **ensino** marcam encontro para a Faculdade de Letras, à Cidade Universitária, no sábado e no domingo. A **segurança social** estará em foco no Hotel Roma a partir das 9.30 h. de domingo. E agora, os pormenores.

Uma escola para o nosso tempo. Democracia, cultura, desenvolvimento, é o lema do encontro agendado para a Faculdade de Letras. A 1.ª sessão de trabalhos decorrerá entre as 11 e as 13 horas de sábado, com debate em plenário. Depois, a 2.ª sessão, destinada ao debate em secções, funcionará das 15 às 19 horas. Estão organizados os seguintes painéis de discussão: **A. Estruturas e objectivos até ao fim da escolaridade obrigatória; B. Estruturas e objectivos do ensino secundário; C. Estrutura e objectivos do ensino superior; D. Administração e gestão do sistema educativo.**

Os participantes nas secções de debate voltarão a encontrar-se no domingo, entre as 9.30 e as 13 horas, mas apenas para o trabalho das duas últimas secções mencionadas e duma 5.ª sobre a **formação e carreira dos professores.**

A sessão plenária de encerramento decorrerá entre as 15 e as 17.30 horas.

No desdobrável que divulga este encontro nacional do Partido, salienta-se a dado passo:

«Trata-se de uma iniciativa que se integra nos trabalhos preparatórios do XII Congresso do PCP. Mas é tam-

bém uma iniciativa na qual participarão, além de militantes comunistas, outros democratas convidados.

«Além das organizações mais directamente ligadas à Educação e ao Ensino (organizações de professores, de estudantes, de técnicos de educação e investigadores), participarão no Encontro — tal como têm contribuído para os trabalhos preparatórios —, membros do Partido e outros democratas que, no âmbito das autarquias, da Assembleia da República, das Associações de Pais e encarregados de educação, do movimento sindical, intervêm activamente na procura de soluções para os problemas com que, global ou sectorialmente, no plano local ou no plano nacional, o sistema de ensino se debate.»

Noutra passagem, refere-se:

Tal como faz em relação a todas as questões da vida nacional, também na Educação e no Ensino o PCP procura, no âmbito da actividade regular das suas organizações, identificar e caracterizar seriamente os problemas e definir e fundamentar as soluções que melhor correspondam aos interesses e anseios do povo português.

Este Encontro sobre os problemas da Educação e do Ensino será uma ocasião de realizar um ponto da situação aprofundada, uma caracterização mais detalhada dos traços fundamentais da actual crise do sistema educativo, uma formulação enriquecida das propostas para uma política alternativa para o sector.

Este Encontro realiza-se num período em que os problemas da Educação e do Ensino, objectivamente grandes questões nacionais, adquiriram também subjectivamente essa dimensão, em especial no campo da opinião pública. Traços essenciais da crise a que 12 anos de política de direita conduziu o sistema do Ensino (como as alarmantes taxas de insucesso escolar, ou a situação geral de degradação e ruptura em que se encontra o parque escolar) são conhecidos, sentidos e denunciados pela generalidade da opinião pública.

Em consequência desse facto, o Governo Cavaco Silva desenvolve, a diversos níveis, uma campanha de demagogia e mistificação em torno das questões do sistema e da reforma do ensino e em torno da sua própria política geral, incompatível com as condições mínimas necessárias para a realização da reforma democrática do ensino de que o País necessita.

O Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino constituirá um importante contributo para a reforma democrática do ensino capaz de dar ao sistema educativo português as condições, a estrutura e os meios que lhe permitam tornar-se, como deve, um instrumento fundamental para o progresso e o desenvolvimento económico, social, cultural, científico e tecnológico que o povo português e o Portugal democrático, próspero e independente exigem.

Tendo como objectivo o aprofundamento do debate e da análise neste campo, o encontro sobre segurança social, marcado para o Hotel Roma, a partir das 9.30 de domingo, constitui também um contributo importante para a preparação do XII Congresso do Partido, como salienta a nota introdutória do documento-base elaborado para esta iniciativa.

O encontro funcionará com o seguinte horário:

9.30 h. — Início dos trabalhos; 10.50 h. — intervalo; 11.15 h. — recomeço;

13.00 h. — almoço; 15.00 h. — recomeço; 16.30 h. — intervenção final; 17.30 h. — encerramento.

Dos «grandes temas a tratar», destacam-se:

- Direitos, regimes e acção social;
- A Segurança Social como conquista democrática;
- Funcionamento da Segurança Social;
- Orgânica da Segurança Social;
- Propostas do PCP para uma política de Segurança Social;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- As privatizações e a Segurança Social;
- Pensões de reforma e sua evolução;
- Segurança Social e revisão da Constituição;
- A Segurança Social e a CEE;
- A Segurança Social dos rurais;
- As autarquias e a Segurança Social;
- Sobre o Estado Providência;
- Os deficientes e a Segurança Social.

Outros temas específicos da área da Segurança Social serão tratados, como por exemplo **Acidentes de Trabalho, Pensões de Reforma, Segurança Social dos Rurais, as Autarquias e Segurança Social.**

Numa altura em que é muito claro aquilo que o Governo considera «uma nova filosofia» para a Segurança Social, e que mais não é que a subversão total dos objectivos constitucionais nesta área e a regressão a formas ultrapassadas e desfasadas, importa também discutir a Revisão Constitucional e a Segurança Social, as Privatizações na Segurança Social, os Fundos de Pensões, a Segurança Social e a CEE e

aquilo a que essa filosofia costuma chamar de «Crise do Estado-Providência», refere o documento desdobrável que divulga esta iniciativa do PCP.

Estas e outras questões que as organizações do Partido pretendam abordar, visam uma ampla troca de opiniões sobre esta matéria, que tem a ver com o dia-a-dia e as condições de vida dos trabalhadores e de todo o nosso Povo. Com esse objectivo, haverá espaço neste Encontro para o contributo individual dos participantes, sabendo-se, no entanto, que esta é uma área

muito vasta e sobre a qual não é possível fazer uma análise completa num só dia.

Já agora, convém recordar o art.º 63.º da Constituição da República:

1. Todos têm direito à segurança social.

2. Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais e outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários.

Portalegre

De Portalegre chegam-nos boas notícias sobre a actividade do Partido. Uma, por exemplo, fala-nos da 3.ª Assembleia da organização concelhia de Avis, realizada no passado sábado com a participação de 230 camaradas. Ponto alto dos trabalhos foi a eleição da nova Comissão Concelhia. Na capital decorreu, entretanto, uma reunião de quadros em que foram analisados alguns aspectos da integração na CEE e respectivos efeitos para o distrito de Portalegre. Vejamos as conclusões essenciais a que a iniciativa chegou:

É urgente criar no distrito um **serviço oficial de informação e apoio à elaboração de projectos destinados aos agricultores**, nomeadamente como forma de impedir que os fundos comunitários continuem a ter como destinatários privilegiados os grandes proprietários.

É necessário dar prioridade na concessão de verbas do Fundo Social Europeu a **projectos de formação profissional com efectivo interesse para o desenvolvimento do distrito**; promover a devida articulação com o movimento sindical; e combater todas as formas sobejamente conhecidas de utilização indevida das verbas provenientes de tal fundo, nomeadamente a favor de certas clientelas do Governo.

É imperioso reconhecer às **autarquias locais**, particularmente no âmbito do FEDER, um **papel fundamental**; e a mais firme exigência de fazer avançar o processo de **regionalização**.

Há que reconhecer a «operação integrada de desenvolvimento do norte alentejano» como instrumento significativo de acesso aos fundos da CEE mas, simultaneamente, a exigir uma profunda transformação da mesma com vista a adequá-la ao necessário desenvolvimento do distrito, à transparência no acesso e na distribuição dos fundos e à imprescindível articulação entre eles, e o seu efectivo comando democrático, com base no distrito, e com participação dos agentes económicos, sociais e culturais e dos representantes das populações do distrito.

Hospitais Cívis de Lisboa
1.ª Assembleia no sábado

Um passo importante para a acção, é assim que o organismo de direcção dos hospitais civis de Lisboa do PCP caracteriza a realização, já no próximo sábado, a partir das 10 horas, no Vitéria, da 1.ª Assembleia daquela organização do Partido. Em contacto com os militantes do sector, aquele OD sublinha:

Pela primeira vez, desde o 25 de Abril, a organização do PCP nos Hospitais Cívis de Lisboa vai realizar a sua Assembleia da Organização, na qual discutirá, com o maior cuidado, os problemas que

se vivem nos respectivos locais de trabalho, traçará orientações para a actividade futura e elegerá o Organismo de Direcção para os HCL.

Todos os militantes do Partido nos HCL são convidados a participar e intervir nesta Assembleia, colocando as questões que os preocupam do ponto de vista profissional e de funcionamento dos serviços, no seu local de trabalho, falando da sua experiência e colocando as propostas que acharem mais justas para a melhoria da situação global do Sector.

Nesta fase de intensa ofensiva da direita contra as

conquistas de Abril (nas quais se inclui o Serviço Nacional de Saúde e os direitos dos trabalhadores), o nosso Partido é, mais do que nunca, uma força determinante e insubstituível na defesa da democracia, no regresso aos caminhos de Abril.

Para isso, contudo, é necessário que esteja unido, organizado e actuante. A 1.ª Assembleia da Organização dos HCL será um passo importante — assim o desejamos —, para o reforço dessa unidade e dessa organização, para a acção.

Contamos com a tua presença e a tua intervenção.

Camaradas Falecidos

João Rosa Lopes

Organizado na célula da Quinta do Morgado, nos Olivais (Lisboa), faleceu o nosso camarada **João Rosa Lopes**, de 40 anos, trabalhador da construção civil, vítima de acidente de viação.

António Rodrigues Almeida

Com 56 anos, faleceu o militante comunista **António Rodrigues de Almeida**, membro da célula de Telheiras/Lumiar, em Lisboa (6.ª zona). O nosso camarada faleceu na sequência de atropelamento.

Francisco Ramalho Farilha

Natural da freguesia de Odivelas, concelho alentejano de Ferreira do Alentejo, faleceu o camarada **Francisco Ramalho Farilha**, de 68 anos, motorista da Autocoop e membro da célula do PCP nesta conhecida cooperativa de Lisboa.

José Marques dos Santos

Antifascista de longa data, faleceu com 79 anos, vítima de doença, o nosso camarada **José Marques dos Santos**, reformado da Marinha. Muitos camaradas e amigos estiveram presentes no último adeus ao velho resistente, no Montijo. José Marques dos Santos estava organizado na freguesia de S. Sebastião, em Setúbal.

João da Assunção Neves

Um brutal acidente de viação roubou a vida ao militante comunista **João da Assunção Neves**, que estava organizado na freguesia da Charneca de Caparica, concelho de Almada.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do órgão central do PCP manifesta sentidas condolências.

PCP

No próximo domingo

Assembleias do PCP no Porto e em Guimarães

É já no próximo domingo, dia 29 de Maio, que se realiza a 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto, que decorrerá durante todo o dia, a partir das 9 e 30, na Faculdade de Economia.

Um intenso trabalho preparatório que envolveu centenas de militantes, mais de quarenta assembleias para eleição dos quatrocentos delegados é discussão dos documentos colocados em debate, permitiram um aprofundamento de vários problemas políticos, locais e orgânicos, na linha da procura permanente de conhecimento e intervenção na resolução das questões que mais preocupam os trabalhadores e a população da cidade do Porto.

A Organização Local do Porto é um grande colectivo partidário com mais de seis mil membros e uma grande influência em múltiplos aspectos da vida da cidade. Estão sob a sua responsabilidade política a intervenção do Partido na cidade, a luta dos trabalhadores das empresas e dos sectores profissionais nela integrados, a intervenção e o trabalho nas autarquias locais, a actividade nas colectividades, nas comissões de moradores e outras organizações populares, a luta das mulheres, o trabalho para e com a juventude, entre outras esferas de intervenção e de luta. Cabe-lhe a dinamização da actividade da organização partidária nos bairros, nas freguesias, nas empresas industriais sediadas no Porto, nos SMGE, na Câmara Municipal, no STCP e em muitos outros sectores de trabalho.

O balanço da actividade da organização nos últimos três anos e meio, o debate das principais direcções da luta e do trabalho de massas e a contribuição para o combate em defesa de Abril e por uma alternativa democrática, o equacionamento dos problemas da cidade e da contribuição do PCP para a sua resolução, as perspectivas para o desenvolvimento do Porto e as propostas dos comunistas, o reforço da organização do Partido, visando torná-la mais apta para vencer as novas e complexas tarefas e responsabilidades que tem hoje pela frente e a eleição do Comité Local do Porto — tais são os objectivos fundamentais da 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto.

Os problemas e as soluções

Nas duas últimas semanas, a discussão do **projecto de Resolução Política** nos vários organismos e assembleias ocupou a atenção dos camaradas da Organização Local do Porto, que de forma viva contribuíram com centenas de propostas de alteração nos seus diferentes pontos e, na generalidade, deram o seu apoio ao conteúdo proposto no documento.

Outro material de grande interesse é o trabalho **«Temas em Debate no Limiar do Ano 2000»**, uma abordagem sistematizada de vários assuntos de interesse para a cidade, uma caracterização da imagem actual, dos problemas e, sobretudo, a perspecti-

vação do seu desenvolvimento para o futuro. O gás canalizado, a energia eléctrica e os SMGE, a limpeza, a LIPOR, o abastecimento de água, o saneamento, o Parque Urbano, o mar, o rio, o centro histórico, urbanismo e política de solos, os bairros camarários e a habitação, a rede escolar, a saúde, a cultura e outras questões, são objecto de análise séria e objectiva, neste material complementar dos conteúdos avançados na Resolução Política.

Ponto importante do debate proporcionado pelo projecto de Resolução Política é o relativo ao Partido. O balanço da vida e da luta na cidade nos últimos anos, patente nos primeiros capítulos, é por si só revelador da militância e da capacidade da organização local do Porto. Mas existem hoje problemas sérios, refere o documento, que há que considerar atentamente para encontrar as soluções mais adequadas, que permitam, numa situação de avanço da contra-revolução e em condições objectivas muito adversas — elevação acentuada do número de horas de trabalho de muitos camaradas para conseguir fazer face às crescentes dificuldades financeiras, problemas de transportes, repressão nas empresas, precariedade do trabalho, etc. — criar as condições para dar resposta adequada às crescentes exigências que se colocam às possibilidades e campos de acção em que o Partido é chamado a intervir.

Neste contexto, dois problemas, que aparecem sempre interligados, assumem uma particular importância: a necessidade de aumentar significativamente o número de militantes que participam em organismos (seja alargando actuais organismos, seja constituindo muitos mais); a necessidade de aumentar o número de camaradas dispostos a assumir responsabilidades e tarefas de organização, o que, para além das dificuldades objectivas já referidas, passa, necessariamente, pela definição e construção de um conteúdo vivo para a acção dos organismos, acabando com a rotina, ligando cada reunião à acção e à intervenção concreta do Partido em múltiplas e variadas frentes.

Reforçar o Partido

Também os problemas relacionados com a ligação do

Partido às massas e o trabalho de direcção merecem atenção particular, com vista à sua melhoria, sendo apontadas medidas de fundo quanto ao **trabalho do futuro Comité Local do Porto** — tem que ter condições, quer pela sua dimensão, quer pela disponibilidade dos seus membros, para desempenhar um papel efectivo de direcção e ter um funcionamento muito mais frequente. **O reforço do Organismo de Direcção do Sector de Empresas** e de todo o trabalho junto da classe operária e dos trabalhadores, **do trabalho e da vida política das frentes e das comissões de trabalho junto ao Comité Local, a diversificação e multiplicação dos organismos, grupos de trabalho e comissões «ad-hoc»**, por iniciativas, por tarefas, por estruturas de intervenção e acção, por linhas de trabalho, combatendo ideias e concepções de um trabalho apenas vertical, que passe todo ele sempre pelos mesmos camaradas e organismos, são outras duas linhas de trabalho apontadas. Do mesmo modo, são ainda apontadas medidas para a **alteração qualitativa do papel desempenhado pelas Comissões de Freguesia, pelo Organismo Intermediário das Zonas Ribeirinhas** (que abrange actualmente seis freguesias), para o **funcionamento, mesmo que espaçado, das Comissões Locais** e a realização regular de plenários de militantes dos Bairros e Zonas, **a realização mais frequente de Assembleias das Organizações, e a preparação prévia e cuidada das reuniões, a definição precisa dos assuntos que interessa debater sobre os quais os organismos têm que decidir**, aliviando as reuniões de assuntos e tarefas que não exigem apreciação colectiva e que hoje acabam por ser parte significativa do

conteúdo das reuniões de muitos organismos, desmotivando os militantes e empobrecendo a capacidade de intervenção do Partido.

No domingo, os quatrocentos delegados à Assembleia irão, com certeza, aprofundar e, nas diferentes intervenções, enriquecer ainda mais o conhecimento e as soluções para os diferentes problemas que se colocam, aos diversos níveis, na vida, na luta, no futuro da cidade.

Pelo trabalho preparatório realizado, a 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto pode considerar-se desde já um acontecimento muito importante na vida da organização, que terá reflexos muito positivos no desenvolvimento do trabalho do Partido na cidade do Porto, para o reforço da luta e da intervenção dos trabalhadores, para o reforço da unidade, para a construção de uma alternativa democrática.

Rio Tinto e S. Pedro da Cova

No próximo fim-de-semana duas das maiores organizações do Partido no concelho de Gondomar, as organizações de freguesia de Rio Tinto e a de São Pedro da Cova vão realizar as respectivas assembleias.

A 3.ª Assembleia da Organização de Rio Tinto, no dia 28 de Maio, convocada sob o lema «Reforçar o Partido na freguesia, reforçar a intervenção, defender o regime democrático, preparar o XII Congresso», tem por objectivos promover um amplo debate que envolva o conjunto dos membros do Partido na freguesia sobre a actividade desenvolvida nos últimos quatro anos e meio, sobre a situação e os problemas do Rio Tinto e as propostas para lhes dar solução, sobre



Proceder ao balanço da actividade desde a 2.ª Assembleia, discutir e traçar as principais tarefas para os tempos mais próximos e eleger o organismo da direcção — a nova Comissão Concelhia, contam-se entre os objectivos centrais da 3.ª Assembleia dos comunistas de Guimarães, que decorrerá no próximo domingo, dia 29, nas escolas preparatórias, junto às piscinas na «cidade berço». Com início previsto para as 10 horas, a Assembleia terá a sua sessão de encerramento a partir das 17 horas.

as direcções de trabalho para o futuro e as principais questões da vida interna do Partido. A eleição da Comissão de Freguesia é outro dos pontos da ordem de trabalhos proposta para a Assembleia.

Convocada com a mesma consignação, a Assembleia da organização de São Pedro da Cova, que se realiza no domingo, dia 29, irá igualmente analisar o passado recente e, como refere o documento em discussão, «reparar insuficiências, revitalizar a organização e traçar novas linhas de trabalho». Atenção particular, tendo em conta a forte influência do Partido nesta freguesia mineira, é dada no documento-base à actividade desenvolvida pelos comunistas na luta pela defesa dos direitos e interesses da população, com destaque para a gestão autárquica — na Junta e na Assembleia o PCP/CDU tem a

maioria absoluta —, à grande participação em movimentos populares e associativos, etc.

Outro acontecimento recente na vida interna do Partido no concelho de Gondomar foi a realização da primeira Assembleia da Célula do PCP da Câmara Municipal, que se aprovou um plano de trabalho, no qual se aponta, nomeadamente, para a necessidade do reforço da acção sindical com a eleição de uma comissão sindical, a denúncia da situação de ilegalidade em que se encontra a actual comissão de trabalhadores e a urgência da realização de eleições democráticas para eleger uma comissão verdadeiramente representativa e a serviço dos interesses dos trabalhadores, para a edição regular de uma folha informativa da célula e outros aspectos da vida interna do Partido. A Assembleia elegeu um novo secretariado de célula.



Células de empresa

O reforço das células da empresa, da sua actividade, prestígio e ligação aos trabalhadores, à classe operária e aos problemas do dia-a-dia nos locais de trabalho e o reforço da participação dos comunistas na esfera sindical foram temas em destaque no debate proporcionado no último sábado pelo encontro distrital de quadros das células de empresa, convocado pela Direcção Regional de Lisboa (DORL), na sequência do Encontro de 7 e 8 de Novembro. Recorde-se que deste encontro da ORL realizado na «Voz do Operário» em fins do ano

passado, saíram importantes direcções de trabalho para esta frente. Pela importância do assunto, contamos dar oportunamente aos nossos leitores um apontamento documentado com as principais linhas de força retiradas da iniciativa do passado dia 21, que reuniu muitos camaradas das células de empresas do distrito de Lisboa na Junta de Freguesia de Alcântara. Para já uma ideia: os comunistas não ficam de braços cruzados perante as insuficiências e dificuldades que se deparam no trabalho das células.

CATARINA O ALENTEJO A VIU NASCER

— só morrem em vão os que se afastam ou desistem da luta

O Alentejo a viu morrer. Foi há 34 anos, nos campos de Baleizão, talvez num dia de calor, daqueles que no nosso país só o Alentejo tem. Foi há trinta e quatro anos — um segundo no tempo da História, meia vida no tempo dos homens —, há bem pouco, portanto, ainda era possível matar uma pessoa porque exigia melhores condições de trabalho e uma existência mais digna para si e para os seus semelhantes.

O Alentejo a viu morrer. Ainda ecoa pela planície o tiro que lhe furou a vida. Talvez o seu sangue se tenha misturado com o vermelho das papoilas que inundam os trigais, talvez as últimas imagens que lhe passaram pelos olhos, já cobertas pela névoa que a morte impõe, fossem a de uma planície diferente, tornada realidade vinte anos depois, talvez as mãos que se estenderam para a amparar na queda, mãos habituadas a ceifar o trigo, lhe quisessem transmitir a vida, talvez...

O Alentejo a viu morrer. Morreu o corpo, inerte na terra dura, ganhou mais força o ideal por que se sacrificara. De terra em terra, do monte em monte, a distância não era impedimento, as pessoas diziam às outras: «Morreu Catarina!». E dizendo isto não sabiam que lhe estavam a dar outra vida, que vivia já espalhada por milhares de pessoas. Foi assim que o Alentejo a viu nascer.

O seu nome, Catarina, de todos é conhecido. Quem recorda hoje o personagem que a assassinou? Teve nome mas ninguém sabe, teve rosto, mas ninguém conhece. Vinga-se a História, que não os homens, atirando para o esquecimento os servos da repressão.

Papoilas ao vento

Baleizão foi, no domingo passado, terra movimentada. Milhares de pessoas circulavam nas ruas estreitas da povoação muito antes da hora aprazada para o comício de homenagem a Catarina Eufémia que, anualmente, o Partido Comunista Português ali promove, no mês de Maio, para assinalar a morte daquela sua militante.

Vinham os carros cheios de gente e era vê-los na planície, quais manchas vermelhas devido às bandeiras que se agitavam ao vento. Pareciam papoilas a convergirem para o monte onde se ergue o casario branco de Baleizão. Vinham em automóveis e camionetas. Sinais dos tempos, aqui e ali surgia um carro de matrícula suíça, emigrante regressado que

passar tão perto das coisas e não as ver?

Também no tempo de Catarina não havia trabalho. Só alguns tinham essa sorte, se a sorte era trabalhar naquelas condições. Faina de sol a sol, a herdade longe da aldeia era preciso ir a pé, em grandes ranchos, que isso de transportar o pessoal era luxo que não convinha aos trabalhadores.

E os que ficavam, que é dela a códeia de pão? Tanta terra e nem a possibilidade de amanho uma horta, que de água nem pinga. Sorte tinham aqueles que noutras zonas do País tinham a água a correr até durante o Verão, que desperdício.

Francisco Miguel filho de Baleizão

E quando o secretário-geral do PCP, pontualmente, chegou a Baleizão, já centenas de pessoas o aguardavam junto ao cemitério. Aos gritos de «PCP» sucedeu-se o silêncio mais profundo quando este foi visitar, acompanhado da multidão, a campa de Catarina Eufémia. O silêncio ajuda a recordar, aviva a memória.

Depois do comício, na praça da aldeia que ostenta o busto da militante comunista assassinada pelas forças repressivas. No percurso até lá, as mãos que se estendem para cumprimentar o camarada Cunhal, os abraços, os beijos, as breves palavras que se trocam.

Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP, militante comunista de velha data, falecido na véspera, é recordado. Também ele filho de Baleizão, toda uma vida ligada ao Partido, todo o sofrimento pelo que lutava e que conseguiu ver, toda uma fragilidade física que nem as maiores torturas conseguiram abalar.

João Honrado, membro da Comissão Concelhia de Odemira do PCP e que o conheceu bem, recorda a sua vida, as prisões que sofreu, a vida inteira dedicada à luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores. E as pessoas ouvem os factos, os dados cronológicos, mas mais importante do que isso é o exemplo, o nunca ter deixado de estar do lado da barreira onde fazia falta. A sua ambição pessoal resumia-se à defesa dos interesses dos outros. Para si nada queria.

O minuto de silêncio que se respeita em sua homenagem é como que um clarão que se abre sobre toda a sua vida, desde pequeno, ainda criança, nos campos de Baleizão, até ao Aljube, Tarrafal, já homem feito, sem se desviar do ideal que o norteava. O minuto de silêncio é assim uma espécie de consciência colectiva que tudo recorda e revive.

Morrem os combatentes, homens, mulheres, subordinados que estão só à lei da Natureza. Mas não morrem em vão para os que continuam. Só para os que desistem ou se afastam dos ideais de igualdade entre os homens, a sua morte não tem sentido.

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Camaradas:

Esta romagem e este comício, ano após ano, aqui em Baleizão, lembrando Catarina Eufémia — jovem operária agrícola, comunista e mãe que deu a sua vida por uma vida livre e melhor para todos os trabalhadores — esta romagem e este comício, ano após ano, contém um significado que transcende Baleizão, terra de Catarina, transcendendo o Alentejo, e adquire importância nacional.

Alguns não compreendem, outros não querem compreender por que razão, ano após ano, nos reunimos tantos aqui, por que vamos à campa de Catarina prestar homenagem, por que desfilamos em impressionante cortejo, e por que, para concluir a jornada, aqui estamos neste grandioso comício falando dos interesses, problemas e aspirações dos trabalhadores, do povo, do Alentejo, de Portugal.

Alguns não compreendem outros não querem compreender.

Mas todos os que aqui estamos — e as nossas ideias e sentimentos são compartilhados por muitos e muitos milhares de portuguesas e portugueses em todo o País — temos plena consciência da razão que aqui nos trouxe e que nos une nesta grande jornada.

Gostaria de confirmar alguns dos principais aspectos desta iniciativa.

O povo conhece e reconhece aqueles que o defendem

Em primeiro lugar: Esta iniciativa de homenagem a Catarina é uma poderosa afirmação de que o povo conhece, reconhece e não esquece aqueles que o defendem com coragem e dedicação, aqueles que intervêm na luta social e na luta política, não para servirem ambições pessoais ou interesses mesquinhos, mas para servirem o povo e o País.

Na vida política nacional há quem intervenha não para ser útil ao povo, não para ser útil a Portugal, mas para conseguir a satisfação de interesses ilegítimos e ambições pessoais.

Esses podem num momento ou noutro iludir e enganar. Mas muitos que assim conseguem subir alto em cargos do Estado ou de um partido, acabaram por desaparecer da memória do povo.

Ao contrário, como o exemplo de Catarina cada dia comprova, aqueles cuja acção política é determinada pela dedica-

ção ao povo, pela defesa consequente e corajosa dos seus interesses, nunca são esquecidos e a sua lembrança e o seu exemplo constituem um valioso estímulo para todos aqueles que continuam a luta pelo mesmo ideal.

Somos muitos, continuamos a ser muitos e agimos para que no futuro sejamos mais. Ao vírmos tantos hoje aqui a Baleizão, ao prestarmos homenagem junto à campa de Catarina com o povo de Baleizão, ao desfiliarmos, ao unirmo-nos aqui neste grande comício, recordamos todos aqueles que caíram na luta e que com a sua luta e as suas vidas deram uma contribuição decisiva para que o povo português, depois de quase meio século de ditadura fascista, conquistasse a liberdade e realizasse profundas transformações democráticas na sociedade portuguesa.

Por isso é nica de sentido aquela canção que diz que ao caminharmos unidos na luta, «até os mortos vão ao nosso lado». Vai Catarina, vão todos os mártires e heróis do nosso povo. E o seu exemplo mais tempera a nossa vontade de continuar a luta.

Sim, a luta continua e nada nos afastará dela.

A luta continua

Em segundo lugar: Esta iniciativa constitui, de facto, por si mesma uma jornada de luta.

Luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, em defesa da Reforma Agrária e das outras conquistas de Abril, em defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, contra a política do Governo PSD de Cavaco Silva, que inteiramente ao serviço do grande capital, dos grandes agrários, das multinacionais, não respeita nem a lei fundamental do País, que é a Constituição, nem a legalidade democrática, nem os mais legítimos direitos dos cidadãos; intensifica as ofensivas contra as conquistas de Abril, pretende impor ao País novas leis, manifestamente inconstitucionais, contra direitos vitais dos trabalhadores, contra a Reforma Agrária, contra os direitos dos rendeiros, contra o direito dos povos aos baldios, contra o pluralismo na comunicação social, contra o Poder Local democrático, contra o princípio da proporcionalidade nas eleições.

Os «pacotes» que o Governo pretende impor ao País — o pacote laboral, o pacote agrícola, o pacote das privatizações, o pacote da comunicação social, o pacote da saúde (só quem paga pode ter saúde), o pacote da justiça (só quem paga pode ter justiça), o pacote da educação — constituem um conjunto

O PCP é o único grande obstáculo político ao avanço da política de direita

de leis que, sendo postas em vigor, antecipariam a revisão da Constituição e subverteriam inteiramente o regime democrático.

Mas engana-se o Governo PSD de Cavaco Silva, se pelo facto de dispor da maioria de deputados na Assembleia da República, julga poder desde já cantar vitória.

Porque, se um dos traços característicos da situação actual é o avanço da ofensiva contra-revolucionária do Governo, outro traço característico é o impetuoso e poderoso fluxo da resistência popular, do movimento popular de massas.

Os primeiros meses de 1988 estão de facto assinalados por uma vastíssima movimentação social com a participação de centenas de milhares de portugueses e portuguesas, com a mais vasta greve geral da história do movimento operário português, com grandes concentrações e manifestações com relevo particular para as jornadas de 25 de Abril e 1.º de Maio, com a movimentação de vários sectores sociais com particular relevo para os médicos e os professores.

E a par da luta de massas, desenvolve-se na Assembleia da República e nas autarquias a resistência contra as ofensivas da direita.

Não, não pensem aqueles que se deixam intimidar pelas ameaças da reacção que o povo português capitulará ante a acção de um Governo que instalado no poder, está desenhando uma violenta ofensiva contra as conquistas democráticas da Revolução de Abril para destruir aquilo que o povo português alcançou com tanta luta e tanto sacrifício.

Não, esta jornada aqui em Baleizão, entre milhares de outras iniciativas de norte a sul do País, é uma nova afirmação de que o povo não capitula, o povo não desiste de defender os seus justos interesses, o povo não dá por perdidas as conquistas de Abril. — É uma afirmação de que a luta continua!

Derrotar a direita

Em terceiro lugar: Esta nossa jornada, que se realiza no quadro de uma grande movimentação social e de uma intensa actividade política de norte a sul do País, testemunha, pela sua própria realização, pela determinação dos participantes, a confiança em que a luta não é inútil, em que vale a pena lutar, em que apesar do momento mau e perigoso que o regime democrático atravessa, é possível derrotar a direita, é possível com a luta impedir que o Governo PSD de Cavaco Silva realize os seus planos.

Estais certamente recordados do ambiente de desânimo e descrença que se viveu em largos sectores democráticos logo após as eleições de 19 de Julho. Estais certamente recordados de que Cavaco, os partidos da direita, todas as forças reacçãoárias e conservadoras, proclamaram que, por terem alcançado a maioria absoluta de deputados, tinham posto termo às grandes lutas sociais, que as forças democráticas não teriam mais condições para levantar cabeça, que o PSD, Cavaco, a reacção, tinham desde então o caminho livre para fazerem o que quisessem sem qualquer resistência importante.

O PCP não acompanhou esse momento de desânimo, de abatimento e de pessimismo.

Estais também certamente recordados que, quatro dias após as eleições, o Comité Central do Partido apresentou uma outra perspectiva.

Com sólido fundamento afirmou que sendo previsível que o Governo PSD não resolveria nenhum dos mais graves problemas nacionais e tendo como política o agravamento da exploração dos trabalhadores e das massas laboriosas, seria «inevitável» (assim afirmou o Comité Central do Partido) que centenas de milhares de portugueses que, enganados pelas medidas demagógicas, pela propaganda, pelas promessas e pela ilusão de estabilidade votaram PSD, dentro em pouco reconheceriam a ilusão e o engano em que caíram e se voltariam contra o Governo.

Houve quem afirmasse (até alguns camaradas nossos) que não era realista uma tal perspectiva de luta apontada pelo Partido.

Mas quem tinha razão?

Poucos meses passados após as eleições de 19 de Julho, as grandiosas e generalizadas lutas da classe operária, das massas trabalhadoras, de amplos sectores sociais, mostram que o PCP tinha razão em expressar a confiança em que o povo português não se curvaria ante a política antipopular e antidemocrática do Governo e que se levantaria para a luta contra ele.

Cavaco, o Governo, o PSD proclamaram que com o resultado das eleições de 19 de Julho estava assegurada por longo tempo a estabilidade governativa.

É verdade, que no ponto de vista institucional, o Governo pode ter apoio parlamentar até ao fim do mandato de 4 anos, dos seus deputados, uma vez que estes são actualmente maioritários.

Mas a política do Governo de destruição das conquistas democráticas de Abril, pela sua própria natureza e os seus próprios objectivos, é uma política fortemente desestabilizadora.

Com a orientação e a acção do Governo PSD, a estabilidade governativa provoca a instabilidade social e política.

E isto significa também que se reduz a base de apoio do PSD, do Governo, a Cavaco Silva.

Afirmamos com rigor que o apoio eleitoral que o PSD alcançou em 19 de Julho foi extremamente maior que o apoio social que o Governo do PSD contará para a sua política.

Nós vemos ao nosso lado, na luta contra os «pacotes», na luta contra a política do Governo, nas lutas que se desenvolvem milhares e milhares de portuguesas e portugueses que em 19 de Julho votaram no PSD.

Enganaram-se, erraram no seu voto, mas nós não os amarramos ao seu erro. E, se porventura aqui, neste nosso comício, estão pessoas que em 19 de Julho votaram no PSD, o facto mostra por si que já tomaram consciência do erro do seu voto, — que estão conosco —, e por isso daqui os saúdo como a todos os outros presentes.

Na medida em que o Governo, sem ter em conta a vontade expressa pelo povo em tantas jornadas, prossiga cegamente a sua política antipopular e antidemocrática contará cada vez com menos apoio e a terra continuará a fugir-lhe debaixo dos pés.

O povo tem muita força. A democracia tem muita força. Temos todos de confiar em que a direita será derrotada e a democracia vencerá.

Partido do povo sempre com o povo

Em quarto lugar: Esta iniciativa é promovida, com plena razão, pela organização do Partido Comunista Português, porque Catarina era comunista e porque o seu exemplo se tornou não apenas um testemunho mas um símbolo de que o PCP, partido dos trabalhadores, sempre esteve e está com os trabalhadores, com os agricultores, com as massas populares, com o povo português e os seus justos interesses e aspirações.

A natureza de classe do PCP está na origem da sua própria existência.

Na luta pela liberdade e em defesa dos interesses populares, ao longo dos 48 anos da ditadura fascista, depois do 25 de Abril, no avanço da revolução, na luta para a instauração de um regime democrático — de que a liquidação dos monopólios com as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos dos trabalhadores, as liberdades dos cidadãos, o Poder Local democrático são partes constitutivas — o PCP confirmou ser uma força política de vanguarda, estreita e inseparavelmente ligada aos trabalhadores e às massas populares.

Esta nossa romagem, o nosso desfile, este comício, são um vivo exemplo desta ligação indestrutível do PCP com o povo português.

Temos plena consciência de que o PCP, com o seu conhecimento dos problemas nacionais, com a sua acção política, com a sua militância, dá um contributo que nenhuma outra força política poderá dar ao povo português.

É necessário reforçar mais e mais esta ligação entre Partido e povo porque no passado e no presente é tão verdade que o PCP sem o largo apoio popular com que conta, pouco significaria na vida nacional, como é verdade que o povo português sem o PCP estaria politicamente desamparado e desarmado ante a exploração e a opressão, ante os seus exploradores.

Na sua luta, o PCP precisa do apoio e da acção popular. O povo, na sua luta, precisa do apoio e acção do PCP.

Por isso daqui faço um apelo aos trabalhadores, aos agricultores, aos reformados, aos intelectuais e quadros técnicos, às mulheres, aos jovens, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, a todos os que sofrem a exploração capitalista e as consequências da política de direita do Governo actual, a todos os que sofrem importantes discriminações e injustiças sociais, para que cerrem fileiras em torno do PCP.

A campanha contra o PCP

O PCP é o grande obstáculo político, o único grande obstáculo político, ao avanço da política de direita contra as conquistas de Abril e o regime democrático de que são parte integrante.

O PCP é a grande força mobilizadora das vontades, da determinação e da luta.

Esta é a razão por que de uma forma concertada e concentrada a comunicação social desencadeia actualmente contra o PCP a mais violenta campanha de mentiras, calúnias, especulações, utilizando os mais baixos e vergonhosos métodos de acção política.

Esta campanha apresenta um aspecto novo. Agora não só não ataca como nem sequer refere a política do PCP, os seus objectivos de luta, as suas propostas, a sua intensíssima acção.

Agora a campanha dirige o fogo para o interior do próprio Partido. Contra a sua natureza de classe. Contra a sua unidade. Contra a sua firmeza revolucionária. Contra a sua direcção. Contra os seus quadros mais valiosos. Contra o seu carácter marxista-leninista. A campanha procura criar divisões e desanimar os militantes. Procura dividir os comunistas. Procura dividir o Partido.

Todos têm podido verificar que esta campanha contra o nosso Partido utiliza largamente e como material fundamental, afirmações e posições de alguns camaradas, — alguns dos quais se têm demarcado dessa campanha, mas também alguns dos quais parece saborearem a publicidade e a triste promoção pública que lhe fazem órgãos de comunicação social que atacam o Partido.

Eu quero aqui reafirmar, camaradas, que no nosso Partido todos os militantes são iguais em direitos e em deveres. Que todos têm pleno direito a manifestar e defender as suas opi-



PCP

Intervenção
de **ÁLVARO CUNHAL**

niões nas organizações a que pertencem. Que a democracia interna e o trabalho colectivo são regras inalienáveis do nosso Partido. Que apelamos a que todos sem excepção dêem o seu contributo não apenas para a actividade do Partido mas também para a definição da sua orientação, designadamente para a preparação e realização do XII Congresso que se realiza de 1 a 4 de Dezembro.

A democracia interna existente no PCP e o trabalho colectivo como princípio fundamental da democracia interna, constituem uma grande realização e uma grande experiência do nosso Partido.

Por isso, no cumprimento dos Estatutos que todos os membros do Partido, quando entram no Partido, se obrigam a respeitar, em defesa da democracia interna e da unidade do Partido estamos firmemente decididos a contrariar que no Partido se organizem fracções, grupos à parte, tendências à parte, com os seus dirigentes e os seus programas e que por essa forma em vez de um partido em que todos actuam no mesmo sentido, tivéssemos, no interior do nosso Partido como que vários partidos uns contra os outros.

Foi rejeitando tais concepções que o nosso Partido se formou, cresceu, se desenvolveu, engrandeceu, adquiriu a sua própria experiência, aprofundou as suas raízes na classe operária e nas massas populares, e ganhou grande influência na vida nacional.

Melhorando tudo quanto há a melhorar, dando resposta às novas situações e aos novos fenómenos, corrigindo erros e vencendo deficiências, o Partido Comunista Português prosseguirá o caminho que o tornou o grande partido que é no País e o fez ganhar o grande prestígio internacional de que goza.

Ainda uma observação, camaradas.

Consideramos o amor pela verdade, a lealdade, o respeito pelos outros, a fraternidade, princípios correctos da moral e do comportamento dos comunistas.

Não pouparemos esforços para que tais princípios continuem a inspirar a acção do nosso Partido e de todos os seus militantes.

Unidade dos trabalhadores unidade dos democratas

Disse há pouco que o PCP é o único grande obstáculo político ao avanço da reacção.

Isto não significa, porém, que estejamos sozinhos ou que pensemos que sozinhos poderíamos fazer frente com êxito à reacção.

Não, nas lutas sociais e políticas que se travam contra o Governo PSD de Cavaco Silva e em defesa dos interesses do povo, do País, das conquistas de Abril, do regime democrático, nós, os comunistas, lutamos ombro a ombro com os trabalhadores, agricultores, intelectuais, quadros técnicos, comerciantes e industriais, mulheres, jovens, reformados, deficientes, das mais diversas tendências e dos mais diversos partidos.

As grandiosas lutas dos trabalhadores que se têm travado sob o impulso da grande central sindical dos trabalhadores portugueses, a CGTP-IN, mostram a importância e o valor da unidade dos trabalhadores e a poderosa força que a unidade lhes dá.

A política de destruição do Governo do PSD atinge milhões de portugueses, quaisquer que sejam as suas ideias e os partidos em que votaram.

Na luta contra a política de destruição do Governo do PSD fazemos apelo a todos.

Na luta política temos ao nosso lado, fraternalmente, os nossos aliados na CDU, ou seja, «Os Verdes», a Intervenção Democrática, os independentes.

Mas em numerosas iniciativas encontramos também ao nosso lado militantes e eleitos de outros partidos democráticos: renovadores, socialistas e outros.

E se porventura aqui estão neste momento connosco socialistas, renovadores democráticos e outros democratas de outros partidos, eu os saúdo amistosamente, expressando a alegria de os ter neste nosso grande colectivo e apelando a que se mantenham sempre ombro a ombro com os comunistas na defesa de interesses e objectivos que são de todos nós.

Nós lutamos com coerência e persistência pela convergência e a unidade de todos os democratas.

Essa convergência e unidade são necessárias, são indispensáveis, para travarmos as ofensivas da reacção, para defendermos as conquistas de Abril e o regime democrático.

E por isso temos de chamar a atenção para os perigos que para a democracia comportam as posições da direcção do PS.

Uma vez mais o PS, ao mesmo tempo que recusa encontrar-se com o PCP e considerar a possibilidade de entendimento e acção comum, continua a procurar alianças com a direita, de que são testemunho as negociações com o PSD para a revisão da Constituição.

Os dirigentes do PS afirmam-se na oposição ao Governo do PSD, mas mostram-se dispostos a firmar com ele acordos que, a concluírem-se, significariam novos golpes nas conquistas de Abril e em interesses vitais dos trabalhadores e das massas populares.

Não é uma acusação gratuita, mas uma realidade que, prosseguindo o PS uma tal política, o povo português não pode confiar no PS como alternativa à política de direita.

E assim voltamos, camaradas, à questão de saber em quem pode o povo confiar.

A vida mostra que **existe um partido que merece tal confiança: o Partido Comunista Português!**

O PCP sempre esteve, está e estará ao lado dos trabalhadores e de todo o povo laborioso do nosso país, defendendo os seus interesses e lutando para que sejam alcançadas as suas aspirações.



Os comunistas de Setúbal, ao promoverem a sua 5.ª Assembleia (anunciada por toda a cidade em panos de rua), reforçam a sua ligação às massas e tentam acompanhar de forma dinâmica a dura realidade do trabalho precário e fraudulento no concelho: cresce o número de trabalhadores contratados a prazo e os sem contrato (subempregadas, trabalho à hora, ao dia, etc.)

Álvaro Cunhal na 5.ª Assembleia dos comunistas de Setúbal

«Setúbal merece melhor. Com o PCP, construir a alternativa». É com este lema que decorrerá no próximo sábado, no Luís Tody — a melhor sala da cidade —, a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP. Num momento em que cerca de 300 delegados já estavam eleitos nas 8 freguesias (mais 50 por inerência de funções), a nossa reportagem deslocou-se a Setúbal, onde, no plano laboral, se registavam, como notas salientes, a luta na Setenave (greves sectoriais por turno) e a preparação da jornada convocada pela CGTP-IN para hoje, dia 26. Num CT provisório, localizado a dois passos do terreno onde brevemente se erguerá o novo Centro da Direcção Regional do Partido, na Av. 5 de Outubro, fomos à conversa com quatro camaradas da Comissão Concelhia que cessa as suas funções no sábado: **Aranha Figueiredo**, suplente do CC; **José Luís** (ambos da DORS); **Fernando Sardinha** e **José Godinho**.

Uma primeira nota sobre o trabalho de preparação. Tendo maior intensidade nas últimas semanas, o debate preparatório foi, como nos disseram, «satisfatório e razoável», embora se pudesse ter ido mais longe. **A falta** (por enquanto) **de um Centro de Trabalho com boas condições para reunir, a luta**

de massas e a situação no mundo do trabalho (o desemprego no concelho de Setúbal tem índice superior à média do distrito e do País) foram condicionantes a esta actividade preparatória, que, mesmo assim, pôs muita gente a mexer nas organizações. Centenas de camaradas participaram em reu-

niões para debate do documento-base e eleição dos delegados (processo que decorreu ao longo de mais de um mês). E mesmo em organizações com maiores dificuldades se notou um vivo empenhamento em ultrapassar essas insuficiências orgânicas para levar o documento a um maior número de camaradas, para reunir, mobilizar e preparar o Partido para a jornada de sábado.

A discussão em torno do documento-base levou mesmo à sua reestruturação. Assim, contendo já as inúmeras propostas de alteração contempladas, o texto, que, possivelmente, será ainda mais enriquecido no decorrer da própria Assembleia, está organizado de acordo com os seguintes capítulos: 1. A política dos Governos PSD/Cavaco Silva agrava a situação no concelho de Setúbal; 2. A política necessária e as medidas que Setúbal precisa; 3. O PCP e o movimento de massas; 4. As eleições no concelho de Setúbal; 5. O Poder Local no concelho e o PCP; 6. O Partido.

Para os 4466 militantes da

organização concelhia de Setúbal e para os seus cerca de 150 organismos, a 5.ª Assembleia é encarada como uma importante etapa na vida do Partido. E compreende-se que assim seja. Força prestigiada, com pesadas responsabilidades e tarefas na vida do concelho, os comunistas apostam na 5.ª Assembleia como base de reflexão, debate e tomada de decisões apontadas ao futuro, tanto na vida interna (dinamização, fortalecimento), como nas áreas em que os comunistas assumem quotidianamente um papel de primeiro plano, seja nas empresas, seja nas autarquias, seja ainda nas colectividades, entre a juventude, os reformados, as mulheres, etc.

A par dessas frentes de trabalho, os comunistas setubalenses estão conscientes das tarefas que têm pela frente no âmbito da preparação do Congresso e das batalhas eleitorais de 1989 (autarquias, Parlamento Europeu), não escondendo que está nos seus legítimos horizontes reconquistar a Câmara de Setúbal.



Os camaradas da Concelhia de Setúbal que receberam o Avante! para uma breve troca de impressões sobre a 5.ª Assembleia do Partido

Emprego ameaçado

Para além da Setenave (ameaça de despedimento atinge os 2 mil trabalhadores), é preocupante a situação em empresas como a Sapeç (300 postos de trabalho ameaçados), Mague e Secil, salientaram ao Avante! os camaradas da Concelhia de Setúbal que nos falaram da Assembleia de sábado. Sobre esses e outros problemas da vida económica, social e cultural do concelho, o documento da Assembleia dá uma panorâmica desenvolvida, ao mesmo tempo que assinala as propostas dos comunistas para a solução dos problemas

Sábado, no Luís Tody

A 5.ª Assembleia dos comunistas de Setúbal decorrerá entre as 9 e 30 e as 19 e 30 horas, no teatro Luís Tody, sala com cerca de 1200 lugares (plateia e balcão). Para além dos delegados, a Assembleia contará com a presença de numerosos convidados, membros do Partido. Foram ainda dirigidos convites especiais aos partidos democráticos com representação em Setúbal (PS, PRD, MDP, UDP, PSR), personalidades da região e principais colectividades, associações e forças sociais do concelho.

A sessão reservada a delegados será logo a seguir ao almoço. A partir das 16 e 30 horas começará uma sessão pública, com a apresentação da nova Comissão Concelhia do PCP, intervenções várias e, a partir das 18 e 30, discurso do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Inovação desta Assembleia em termos de funcionamento é a inclusão de períodos de debate em torno dos documentos e intervenções, para os quais qualquer delegado se pode inscrever durante os trabalhos.

Ponto alto da Assembleia será certamente a eleição da nova Concelhia, que, tudo indica, promoverá novos quadros.

Nacional

Regionalização e juntas de freguesia

PCP comenta medidas da AR

«O PCP, ao mesmo tempo que denuncia o carácter hesitante, limitado e contraditório das medidas tomadas, salienta que os avanços verificados são fruto da luta dos eleitos e das populações — com um destacado papel dos comunistas — e mostra que a persistência em combates justos acaba sempre, mais tarde ou mais cedo, por permitir avanços e por travar a orientação centralista da direita» — afirma a SIP do PCP numa nota a propósito das decisões tomadas na Assembleia da República nos dias 17 e 19 de Maio em relação ao processo de regionalização e à possibilidade de juntas de freguesia disporem de eleitos a tempo inteiro.

O PCP — que foi o primeiro partido a apresentar na AR um projecto de instituição das regiões administrativas,

em 1977, e que apresentou novo projecto em 1985, contribuindo decisivamente para suscitar um debate público e empenhando-se ao longo dos anos em numerosos encontros, seminários e debates sobre a matéria — congratula-se por, finalmente, ter sido tomada a decisão de enviar às assembleias municipais os projectos de lei sobre regionalização para que se pronunciem sobre eles até 30 de Novembro.

Depois de chamar a atenção para que «tal decisão só foi possível devido à criação de um forte movimento de opinião e à luta de milhares de eleitos autárquicos — nas autarquias e na Associação Nacional de Municípios Portugueses — e das próprias populações», o PCP alerta para a «possibilidade de novas manobras dilatórias, que, a pretexto de uma

ponderação e necessidade do mais vasto consenso possível — que o PCP reconhece — procurem adiar indefinidamente esta importante reforma estrutural de que a sociedade portuguesa necessita».

Na nota da Secção de Informação e Propaganda do PCP, datada de 20 de Maio, recorda-se que «a existência de eleitos a tempo inteiro nas juntas de freguesia corresponde a uma sentida e antiga aspiração dos seus membros e a uma necessidade objectiva», o que levou o PCP a apresentar um projecto-lei nesse sentido e a proceder ao seu agendamento.

Devido «ao grande movimento de apoio suscitado em todo o País, mesmo entre eleitos do PSD», o partido de Cavaco Silva «foi forçado a admitir a existência de elei-

tos a tempo inteiro — com um carácter extremamente limitado».

O PCP — afirma-se na nota — «saúda a criação da possibilidade de 46 freguesias disporem de eleitos a tempo inteiro». Mas, acrescenta, «tal decisão, simultaneamente, inviabilizou mais de 1500 freguesias de disporem também dessa faculdade». Para os comunistas «justifica-se prosseguir a luta e as tomadas de posição no sentido de ampliar a possibilidade agora admitida», pois o projecto-lei baixou à comissão parlamentar respectiva.

«O PCP confia em que, com a continuação da luta dos eleitos autárquicos e das populações, serão possíveis no futuro novos passos favoráveis à defesa e ao prosseguimento da construção do Poder Local» — conclui a nota da SIP.

Encontros CDU

Penafiel

Realizou-se no passado domingo, dia 22 de Maio, no salão polivalente da Câmara de Penafiel, o Encontro Concelhio da CDU. Participaram nos trabalhos muitas dezenas de activistas de todo o concelho, que procederam a um primeiro balanço da situação nas autarquias do concelho, informaram sobre a actividade dos eleitos da CDU e apontaram as perspectivas de trabalho futuro.

Reconhecendo-se que «foi feito mais pelo concelho em 12 anos de Poder Local democrático do que em dezenas de anos de ditadura», foram entretanto assinaladas graves insuficiências da gestão camarária do Partido Socialista e sublinhada «a importância que terá para a defesa dos interesses das populações a eleição do primeiro vereador da CDU». Foi assinalado que problemas como o abastecimento de água às populações, do saneamento dos esgotos domésticos, da iluminação da via pública nas zonas rurais, da rede de ensino básico e de educação pré-escolar, de equipamentos sociais primá-

rios (sedes de Juntas de Freguesia, salões polivalentes, lavadouros, etc.) e da rede viária das zonas rurais — são problemas que estão longe de estar resolvidos. Foi igualmente sublinhada «a necessidade de um Plano Director Municipal responsável e arrojado e de uma política coerente, que preserve os solos agrícolas e proteja a agricultura, que enquadre, no ambiente natural as novas áreas urbanas, que promova o desenvolvimento económico, que defenda o património histórico e arqueológico e desenvolva potencialidades turísticas do concelho».

Por outro lado «a acção empenhada e generosa desenvolvida pelos eleitos da CDU na resolução dos problemas locais nas freguesias CDU do concelho» — Rio Mau e Sebolido — foi posta em destaque em intervenções dos respectivos presidentes de Junta. Foram denunciadas manobras do PS e do PSD de Rio Mau tendentes a provocar a desestabilização na autarquia, através de sucessivas faltas e demissões.

A preparação das próximas eleições autárquicas foi abordada por diversas inter-

venções. Outras questões e problemas relativos à cidade de Penafiel, ao trabalho nas colectividades, ao acompanhamento e ao apoio aos eleitos da CDU, à coordenação do seu trabalho e à informação sobre a sua actividade mereceram ainda a atenção dos presentes.

S. Mamede de Infesta

No passado dia 13 de Maio teve lugar em São Mamede de Infesta, um encontro da CDU no qual foi feita a análise e promovido o debate, a crítica e a valorização do trabalho realizado pela CDU na Junta e na Assembleia de Freguesia, particularmente nos pelouros da sua responsabilidade e foram discutidas as perspectivas para a dinamização e alargamento da coligação, no âmbito do reforço da sua intervenção na resolução dos problemas da vila de São Mamede, pelo desenvolvimento urbano e pelo bem-estar da população.

Foram também focadas as principais questões que preocupam os moradores da freguesia, desde a passagem de São Mamede de Infesta a cidade e a criação de infra-estruturas, designadamente uma esquadra da PSP, a legalização dos clandestinos de Cavadas, a instalação de um telefone público no Bairro da Caixa, de um abrigo na paragem junto aos serviços médicos e problemas de trânsito no centro da vila e sinalização junto ao infanteiro.

Sobre a actividade da CDU para o futuro, o encontro concluiu da necessidade de multiplicar desde já os contactos, o diálogo, a organização de visitas e outras iniciativas, tendo sido aprovado um manifesto da CDU na base das principais conclusões da reunião, que está a colher o apoio dos moradores de São Mamede de Infesta.

Funchal

Decorreu no sábado passado, 21 de Maio, no Funchal, uma importante reunião da Coligação Democrática Unitária — CDU/Madeira.

Na reunião estiveram presentes militantes do PCP e apoiantes de «Os Verdes» e da Intervenção Democrática (ID), com destaque para António Casmarrinha, do CC do PCP e Herbert Goulart, da comissão directiva da ID. Estiveram também presentes activistas sindicais e democratas independentes.

A reunião resolveu convocar o «Encontro Regional da CDU-Madeira» para sábado, 4 de Junho, no Funchal, tendo-se constituído em comissão promotora do referido encontro. Foi também aprovada uma proposta de ordem de trabalhos com 2 pontos: 1) discussão e aprovação da declaração de princípios da CDU-M; 2) eleição da Comissão Regional da CDU-M.

A Comissão Promotora do Encontro Regional resolveu ainda alargar a CDU-Madeira a muitos democratas independentes, de forma a que este projecto seja um espaço de diálogo e participação democrática na procura de novas soluções para resolver os problemas regionais.

2.º Encontro de Municípios livres de armas nucleares

Realizou-se em Santarém no passado sábado o 2.º Encontro Nacional de Municípios declarados Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN). Duas centenas de participantes — representando cerca de 80 órgãos autárquicos, a Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear, a Cooperativa de Actividade Científica «Diálogo», o Movimento «Não às armas nucleares em Portugal», o festival juvenil «Amar o Tejo, viver a paz» — analisaram o trabalho da Associação



Praça da Liberdade

As vitórias constroem-se

Fez ontem oito dias, duas das maiores colectividades da nossa cidade disputaram entre si um jogo de futebol, um tira-teimas que se prolongou por mais de quatro horas, que não foram suficientes para decidir quem passaria às meias-finais da Taça de Portugal. Houve que recorrer à marcação de grandes penalidades. A incerteza, a emoção, o espectáculo foram vividos com intensidade na cidade. O acontecimento teve honras de transmissão directa pela Televisão.

Sensivelmente à mesma hora, 544 dirigentes, delegados sindicais e membros de CT's, discutiam a continuação da luta contra o pacote laboral e a preparação do Dia Nacional de Luta promovido pela CGTP-IN. Nas suas intervenções, os activistas sindicais reflectiam com emoção e intensidade, a incerteza no emprego que seria para milhões de trabalhadores e suas famílias, caso fosse aprovado o pacote laboral. A Televisão não pôs lá os pés.

Será abusivo falar em manipulação?

Cremos que nos últimos dias, os trabalhadores portugueses viveram intensamente dois acontecimentos que, apesar de diferentes e até contraditórios nalguns aspectos, têm em comum o facto de estarem no centro das suas preocupações: a presença de uma equipa de futebol portuguesa numa final europeia e o pacote laboral.

Quanto orgulho, quantas esperanças numa alegria, foram projectados nesse jogo de futebol, em que milhões e milhões de compatriotas se revêem? Simultaneamente, apesar do silêncio quase total da comunicação social, os sindicatos mobilizavam, através de plenários, em grandes e pequenas reuniões, os trabalhadores para o Dia Nacional de Luta promovido pela CGTP-IN, que terá lugar hoje e, no caso do Porto, com uma concentração às 17 horas, na Praça da Liberdade.

Como se pôde ver no Plenário Distrital de dirigentes, delegados sindicais e membros de CT's, já é questão arrumada que o pacote laboral não interessa aos trabalhadores, Cavaco e o seu Governo não devem mesmo convencer nenhum trabalhador dos pretensos benefícios de tão famigerada proposta de lei.

O que está na ordem do dia é como impedir que o Governo leve os seus intentos por diante.

O êxito da greve geral, cuja importância e consequências são inegáveis e devem ser aprofundadas, não impediu o Governo de accionar a sua bancada partidária na AR. Apressadamente até houve quem pensasse estar perante um facto consumado. Só que a luta, tarde ou cedo, dá sempre os seus frutos. O Governo, perturbado e num processo acumulado de ilegalidades, colocou à discussão pública o projecto de Decreto-Lei. Dias depois, numa atitude considerada pelos sindicatos positiva, o Presidente da República solicitou ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva de constitucionalidade da proposta governamental de autorização legislativa e, nomeadamente, sobre questões fundamentais como o conceito de justa causa, a protecção dos representantes eleitos dos trabalhadores e a não reintegração de trabalhadores injustamente despedidos.

Nestes dias joga-se também o destino do pacote laboral. Dos resultados desta luta dos trabalhadores ninguém duvida das consequências.

O Dia Nacional de Luta, que se realiza hoje, pode ser um contributo decisivo.

Vamos à Praça da Liberdade!

Será que é lá que festejamos as vitórias por também ser lá que as começamos a construir?

■ JRF

CDU

Jornada nacional de esclarecimento

A Comissão Executiva da Coligação Democrática Unitária (CDU) promove hoje um encontro informal com a imprensa em instalações do «Novotel», em Lisboa, com o objectivo de divulgar a jornada nacional de esclarecimento sobre a acção da CDU nas autarquias, que se realizará no próximo fim-de-semana, procedendo igualmente à apresentação pública da revista «CDU nas Autarquias» — uma obra realizada, um projecto de futuro».



ZLAN com o objectivo de tornar Portugal um país livre de armas nucleares e promover

a cooperação e o diálogo internacional com vista ao desarmamento e à paz.

Assembleia da República

Regime de permanência nas juntas

Mouco a movimento de opinião PSD aprova projecto restritivo

Ao rejeitar liminarmente os projectos do PCP e do PS garantindo a membros de juntas de freguesia, em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência, a maioria voltou a dar sinais da sua insensibilidade para compreender os reais e legítimos interesses das populações e dos seus eleitos locais, evidenciando simultaneamente a sua já conhecida incapacidade para estabelecer um diálogo aberto na base do qual seja possível obter consensos que respondam a questões e problemas de relevante interesse nacional.

Esta, uma das conclusões a tirar do debate realizado hoje oito dias, opinião partilhada por deputados de várias bancadas, incluindo o CDS, que, pela voz de Naraña Coissoró, apesar de ter votado o projecto do PSD, não deixou de sublinhar o «completo fechar de portas» da maioria, defraudando assim as expectativas de quantos apostavam numa medida de indiscutível importância para o reforço

dos meios de actuação dos órgãos de freguesia.

Projecto tímido

Fortemente restritivo, o tímido projecto do PSD prevê que apenas nas juntas de freguesia com mais de 20 mil eleitores os respectivos presidentes possam vir a exercer o cargo a tempo inteiro, mediante remuneração equiva-

lente a 90 por cento da atribuída aos vereadores em permanência nas Câmaras Municipais.

Contemplando apenas 46 das cerca de 4200 freguesias existentes, o projecto do PSD assenta no princípio de que o exercício destes cargos deve ser gracioso e voluntarista.

Ora sendo inegável e importantíssimo o valor desse trabalho voluntário prestado fora das horas de serviço, a verdade é que, até por isso mesmo — e este foi o ponto de vista defendido pela bancada comunista — não deve ser negado, antes deve ser permitido que, como assinala o preâmbulo do projecto do PCP, «pelo menos nas maiores freguesias, aqueles que quiserem dar maior esforço, entregando-se totalmente às funções respectivas, o possam fazer».

Explicitando melhor esta posição, o deputado comunista Cláudio Percheiro lembra durante o debate que «há grandes freguesias, em zonas urbanas, com dezenas de funcionários, mas que não podem ter em permanência quem tem a responsabilidade da sua gestão, desde logo o presidente da Junta».

Solução equilibrada

Ou seja, dado a que lei em vigor impede que membros das juntas possam exercer a tempo inteiro as suas funções, a questão central que o projecto do PCP vinha resolver é precisamente a possibilidade de, sob proposta da junta, a assembleia de freguesia poder deliberar sobre a existência ou não de

membros em regime de permanência. Por outras palavras, de acordo com o projecto do PCP, a deliberação dos órgãos autárquicos não **obriga** antes **permite** o regime de permanência se for essa a sua vontade, ao contrário da lei actual que **impede** pura e simplesmente esse regime.

«A solução que preconizamos respeita sempre a posição dos órgãos de freguesia», lembraria a propósito Cláudio Percheiro, acrescentando: «por um lado, sempre poderão optar por repartir o tempo inteiro por meios tempos; por outro lado, o projecto prevê que sejam os órgãos a deliberar se pretendem que haja ou não o regime de permanência. Ninguém é obrigado a seguir este princípio».

Recorde-se ainda que no seu projecto o PCP defende

um membro em regime de meio tempo nas freguesias entre 500 e mil eleitores; entre mil e 1500, um membro em tempo inteiro; e nas freguesias com mais de cinco mil eleitores, dois membros em tempo completo.

Comprovando o carácter justo das soluções adoptadas no projecto apresentado pelos parlamentares comunistas, importa entretanto realçar o significativo movimento de opinião desencadeado em seu redor, tendo levado a que mais de 330 freguesias (representando mais de 1 800 000 eleitores) e 29 assembleias municipais (representando cerca de 950 000 eleitores) com eleitos de todos os quadrantes políticos, se pronunciassem favoravelmente, manifestando opinião contrária apenas 4 freguesias e 1 assembleia.

Hoje, por iniciativa do PCP

Parlamento discute a sua participação nas comemorações dos Descobrimentos

A intervenção própria da Assembleia da República nas Comemorações Nacionais dos Descobrimentos Portugueses constitui uma das matérias agendadas para a sessão plenária de hoje. A iniciativa, sob a forma de um

como assinala o preâmbulo do projecto, «um triunfo do espírito científico e da aventura humana».

Num momento em que a comissão designada pelo Governo para preparar oficial-

vas tendentes a assinalar condignamente a efeméride surge assim como um valioso contributo cuja importância cumpre registar.

Essa é pelo menos a opinião da bancada comunista para quem a Assembleia da República, enquanto órgão de soberania que melhor espelha a diversidade das opções dos portugueses, não pode divorciar-se de tais comemorações, cabendo-lhe pelo contrário, partindo da especifici-

dade do meio parlamentar, promover iniciativas que memorem a «grandeza dos eventos pretéritos, numa relação vivaz com o que o futuro reclama».

Nesse sentido, entre as iniciativas que os parlamentares comunistas irão propor no decorrer do debate de hoje, conta-se a realização de um fórum internacional sobre as navegações portuguesas, sob a égide da Assembleia, reunin-

do especialistas nacionais e estrangeiros, com destaque para os oriundos do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa.

Destaque também para a organização de uma exposição comemorativa que inclua entre os seus materiais o contributo específico do Parlamento português desde a sua origem e para a edição de uma antologia de textos parlamentares relativos a esta pro-

blemática.

A realização durante o próximo mês de Junho de um ciclo de música e teatro das descobertas, aberto ao público, a decorrer nos claustros e jardins do Palácio de S. Bento, constitui por último outra das interessantes e inovadoras iniciativas sugeridas pelo Grupo Parlamentar do PCP no âmbito das comemorações dos descobrimentos portugueses.



Para o PCP importa celebrar a grandeza desses eventos que contribuíram para o triunfo do espírito científico e da aventura humana, com rigor, e sem recurso a retóricas de um saudosismo doentio

projecto de deliberação, partiu do Grupo Parlamentar do PCP e tem em vista conferir uma maior dignificação às comemorações que assinalarão os quinhentos anos desse evento que marcou na época,

mente as comemorações conhece novos desenvolvimentos no seu já atribulado percurso com a recente demissão do respectivo presidente, a organização pela Assembleia da República de iniciati-

Governo multiplica ataques à Constituição

O processo legislativo através do qual o Governo pretende revogar o actual regime de arrendamento rural, substituindo-o por outro fortemente lesivo dos interesses dos rendeiros, está a ser conduzido em clara violação das normas constitucionais. Quem o afirma é o Grupo Parlamentar do PCP que pela voz do seu deputado João Amaral fez saber que a autorização legislativa concedendo ao Governo a possibilidade de elaborar por decreto-lei esse novo regime de arrendamento rural, tal como foi recentemente aprovada e tal como é o seu conteúdo, é «ela mesma inconstitucional, por violação dos artigos 168.º, n.º 2 e 104.º da Constituição da República».

Com efeito, segundo explicou o deputado comunista, no que se refere ao primeiro

desses artigos — o que define as condições de forma e de fundo a que devem obedecer as autorizações legislativas —, o decreto aprovado é «escandalosamente omissivo», isto é, nada é esclarecido quanto ao sentido e ao conteúdo do decreto-lei na base do qual o Governo elaboraria o referido novo regime de arrendamento rural.

Por outro lado, ao não cumprir o disposto no artigo 104.º da Constituição — artigo que garante aos interessados a sua participação na elaboração de legislação que adopte medidas de reforma, de reestruturação agrária — o decreto aprovado pelo PSD colide de forma frontal, e uma vez mais, com a Constituição.

Na verdade, como salientou João Amaral, dado que o debate público não se reali-

zou e ele era essencial, mesmo sobre a autorização legislativa, não foi possível apurar o que entendiam os interessados sobre «a oportunidade, a extensão e o sentido da autorização legislativa requerida».

Para a bancada comunista, sem esquecer a evidente inconstitucionalidade, o que está em questão é o «sistema de repartição de competências constitucionalmente definido para os órgãos de soberania», e em concreto para a Assembleia da República, na medida em que é esta que detém «competência reservada para legislar sobre o arrendamento rural». «Se delega no Governo esse poder — frisou aquele jurista — só o pode fazer nas condições constitucionalmente previstas».

No decorrer da intervenção em que foi particularmente chamada a atenção para a «especial gravidade» de que se reveste este processo legislativo — acrescida pelo facto de decorrer num momento em que se multiplicam as frentes de ataque contra a Constituição, os direitos e interesses de camadas laboriosas e o próprio regime democrático —, João Amaral pôs ainda em relevo a sistemática recusa do PSD em atender aos alertas produzidos pela oposição quanto às inconstitucionalidades existentes, lembrando por último que, no entanto, o processo legislativo não está concluído, carecendo o decreto de autorização legislativa de promulgação e podendo ainda ser sujeito a fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional.

Assembleia da República

Condenação geral à política de saúde

Governo responsabilizado por lesar interesses dos utentes e dos profissionais de saúde

• PCP apresenta verdadeira Reforma Geral dos Serviços de Saúde

Pela terceira vez, em duas semanas consecutivas, questões relativas à saúde polarizaram a atenção dos deputados na Assembleia da República. Depois da discussão em torno da realização de um inquérito às relações pouco transparentes entre o Ministério e empresas privadas, depois da apreciação de um diploma que desfere um rude golpe nas carreiras médicas, foi a vez de uma interpelação ao Governo sobre política de saúde ocupar integralmente a sessão plenária de terça-feira última.

Na origem desta iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP esteve sobretudo a constatação quanto à crescente degradação que se vive no sector da saúde, em consequência da desastrosa política que tem norteado a acção do Ministério de que é titular Leonor Beleza.

Para os deputados comunistas, com esta interpelação, tratava-se não apenas de inquirir o Governo e de criticar e denunciar a sua política, mas de alargar também o terreno da discussão por forma a permitir um diagnóstico tão completo quanto possível da situação e respectivas causas, tendo em vista simultaneamente a apresentação de propostas de solução para os gravíssimos problemas criados pela política anti-social do Governo.

Carta dos utentes

E se bem o pensaram melhor o fizeram, sendo legítimo concluir que tais objectivos foram inteiramente conseguidos. Com efeito, coube aos deputados comunistas que intervieram no debate (Carlos Brito, Fernando Gomes, Vidiagal Amaro, João Camilo, António Mota, Ilda Figueiredo e Apolónia Teixeira) não apenas formular duras e concludentes críticas à política de Saúde do Executivo de Cavaco Silva — no que de resto, à excepção do PSD, foram acompanhados pelas restantes bancadas — como ainda apresentar responsavelmente um conjunto articulado de medidas e orientações que, como salientaria o líder parlamentar Carlos Brito, configuraram uma verdadeira reforma geral dos Serviços de Saúde.

Ora foi exactamente sobre esta desejada e necessária reforma que desenvolvimento se pronunciaram os parlamentares comunistas, apresentando para o efeito um conjunto de propostas concretas que em linhas gerais incidiram na criação de uma carta dos direitos dos utentes, na reforma dos serviços de urgência, num funcionamento eficaz dos serviços de Saúde que privilegie a inovação e a qualidade e na criação de condições dignas para os trabalhadores da Saúde quer do ponto de vista económico quer profissional.

Saúde mais cara

Antes, porém, de enunciar a terapêutica para os actuais problemas da Saúde, elaborada na sequência de um prolongado trabalho de contactos e visitas por todo o País, os deputados comunistas foram ainda portadores das reclamações e queixas tanto dos utentes como dos profissionais da saúde.

Foi assim possível ouvir da tribuna rigorosas denúncias dando conta das crescentes dificuldades dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde quer por razões de ordem económica quer logística (maternidades que encerram, valências que são retiradas dos hospitais, etc.); da existência de uma saúde cada vez mais cara, aumentando progressivamente o seu peso no orçamento familiar; ou ainda de uma política orientada no sentido de levar os portugueses doentes a pagarem cada vez mais os cuidados de saúde de que necessitam.

Reflectindo com rigor a deterioração das condições de vida dos portugueses, esta degradação na área da Saúde não deve entretanto ser desligada, como trataram de acentuar os deputados comunistas, das orientações globais imprimidas à acção governativa, cujas consequências se têm traduzido em desemprego ou emprego precário, na diminuição da cobertura da segurança social, na falta de acesso à habitação, nos salários em atraso, nas reformas de miséria, em carências no campo da educação, na exploração do trabalho infantil, na degradação ambiental, etc.

Política retrógrada

Neste contexto deve, pois, ser enquadrada aquela que foi qualificada como uma das mais «obsoletas e retrógradas» políticas de saúde seguida nos últimos anos — cuja responsabilidade foi claramente imputada ao Governo no seu conjunto e em especial ao Primeiro-Ministro —, política essa cujas linhas de força têm passado pela redução do Orçamento do Estado para a Saúde, pela promoção dos grandes interesses económicos à custa dos recursos orçamentais, pela alienação do património público da saúde, pelo confronto com os trabalhadores da saúde e suas organizações representativas, pelo desprezo pelos interesses e direitos dos utentes.

Com inúmeros exemplos, factos e dados comprovativos, os deputados comunistas deixaram assim claro ao longo do debate — sem que fossem rebatidas de forma convincente pela ministra, que desta feita parece ter optado por um tom mais moderado e menos auto-suficiente, centrando as suas intervenções

em alguns aspectos laterais mas escamoteando as questões essenciais — caber por inteiro ao Ministério da Saúde a responsabilidade pela desorganização e desestabilização dos Serviços de Saúde, tornando-se simultaneamente evidente, como grandes conclusões ainda a retirar da in-

terpelação, que a política governamental atinge e lesa gravemente os direitos e interesses dos utentes, sendo hoje energicamente repudiada e condenada, num movimento de contestação sem precedentes, pelos trabalhadores da Saúde.

Sem esconder o seu propó-

sito de pretender rever o artigo da Constituição relativo ao capítulo da Saúde (64.º) o Governo levantou ainda uma ponta do véu no decorrer do debate quanto ao seu propósito de defender na prática uma filosofia que conduziria o Estado a ser o suporte de uma prestação de cuidados

de saúde de natureza caritativa, remetendo os cuidados de saúde para o sector privado, nomeadamente seguradoras, criando assim, como referiu para o «Avante!» o deputado Fernando Gomes, «saúdes de primeira, segunda e terceira consoante a bolsa de cada português».

Processo de Regionalização conhece novo desenvolvimento

Matéria da maior importância para o futuro do País e das instituições democráticas, o processo de Regionalização conheceu na passada semana, tal como noticiámos na última edição, um novo desenvolvimento. Ao ser estabelecido um sistema de organização para o fazer avançar, definindo nomeadamente os prazos de consulta às Assembleias Municipais nos termos da Constituição, deu-se assim um pequeno passo no sentido de fazer progredir aquela que é uma das mais importantes «reformas de fundo» que o País tem pela frente e que, segundo salientou na ocasião Carlos Brito, esta sim, «será capaz de produzir efeitos modernizadores nas estruturas da administração e de economia».

Não sendo a constituição das regiões em concreto, os projectos de lei-quadro apreciados pelos deputados na passada semana não deixam de representar um significativo avanço na medida em que se tratou de definir, entre outras coisas, os órgãos, respectivas competências e regime de finanças regionais.

Acusado pela oposição de pretender travar a Regionalização — recorde-se que no programa do anterior Governo de Cavaco Silva não existia uma só palavra alusiva a esta matéria — o Governo alterou entretanto de algum modo a sua posição, pronun-

ciando-se agora pela aprovação de uma «Lei-Quadro sobre a Regionalização que permita uma decisão sobre as funções e competência das regiões administrativas».

Esta mudança não pode entretanto deixar de ser assente, como frisou o líder parlamentar comunista, à reanimação que o debate sobre a regionalização conheceu nos últimos dois anos, não por mérito do Governo e do seu partido, mas contra as suas próprias vontades, sendo igualmente de registar que o interesse afirmado no Programa do actual Executivo não tem «nenhuma tradu-

ção prática na actividade do Governo ou do PSD».

As declarações do ministro Valente de Oliveira a este respeito são de resto esclarecedoras quando afirma que a criação das Regiões Administrativas deve ficar dependente do processo de desenvolvimento centralmente dirigido em vez de serem compreendidas como um pressuposto e um instrumento do desenvolvimento regional.

Para este aspecto tratou de chamar a atenção o dirigente comunista lembrando designadamente que em coerência com esta doutrina «o Governo esquece a Regionalização, dá mais força aos instrumentos desconcentrados de intervenção regional — as CCRs — sobrepondo-as às autarquias nas relações com a CEE e proporcionando-lhes e facilitando-lhes as vias de ingerência no Poder Local».

No fundo, do que verdadeiramente se trata, é que o Governo não está interessado num processo que seja conduzido de baixo para cima, de acordo com a vontade expressa das popu-

lações e dos órgãos autárquicos, preferindo antes manter um sistema centralizado, ou seja, que continue a ser o Ministério do Planeamento e do Território a definir as balizas, o âmbito e o alcance do desenvolvimento regional.

Mas se a causa de Regionalização, como sublinhou Carlos Brito, «ganhava incontavelmente o interesse e o empenhamento das autarquias e de numerosos dos seus eleitos, independentemente das suas orientações partidárias», sem falar na mobilização de apoio crescente de organizações profissionais e sindicatos, justo é assinalar também que para a evolução deste poderoso movimento muito contribuiu a acção de algumas forças políticas democráticas, e designadamente do PCP que não tem poupado esforços na promoção de debates, publicações e outras iniciativas tendentes à sensibilização da opinião pública para a importância desta reforma essencial ao desenvolvimento e ao progresso do País.

Em causa a «disciplina académica»

Governo desenterra legislação discriminatória e injusta

O conteúdo de um projecto de decreto-lei intitulado «Disciplina Académica» recentemente apresentado pelo Ministro da Educação ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas foi na passada semana glosado pelo jovem deputado da bancada do PCP, Rogério Moreira. De uma forma responsável, sem no entanto deixar de introduzir na sua intervenção uma boa dose de sugestiva e irreverente ironia, tratou-se sobretudo de pôr a nu o carácter persecutório e injusto de um projecto que está a merecer a reprobção liminar das direcções associativas e dos estudantes.

Elaborado para pôr alegadamente cobro à indisciplina que as autoridades dizem existir nas escolas, o referido projecto é, no entanto, na opinião de Rogério Moreira uma peça que mais parece ter sido decalcada da legislação dos anos 30 e que no fundo mais não visa do que dar cobertura legal a todo o tipo de atitudes repressivas discriminatórias e intimidatórias que viessem a ter lugar

em relação aos estudantes.

Com efeito, na sua ânsia de lançar uma cruzada para devolver o melhor espírito e «disciplina académica» às nossas universidades, o Ministério da Educação avança com um projecto — sem passar cartão nenhum aos estudantes — no qual se definem, entre outras coisas, «que a repressão pode ser dada particularmente ou com direito a assistência — as

palavras são já de Rogério Moreira —, que o poder disciplinar se exercerá de forma presidencial, que as sanções a aplicar devem ser devidamente publicitadas e afixadas para todos verem, só faltando dizer que a elas se juntaria uma fotocópia tipo filmes do Oeste com a expressão «wanted — procura-se vivo ou morto».

Para além do seu conteúdo fortemente negativo, mereceu também contundentes críticas do jovem deputado comunista o facto de com esta iniciativa o Governo procurar adulterar poderes hoje conferidos a órgãos de gestão democrática das escolas sem esquecer a sua decisão de não esperar pela aprovação da lei de autonomia universitária, atropelando assim a autonomia dos estabelecimentos de ensino superior

em matéria disciplinar.

Não escapou de igual modo à atenção de Rogério Moreira a circunstância de o Executivo não ter até ao momento consultado as associações de estudantes, como estabelece a Lei 33/87, prosseguindo assim uma política legislativa à revelia das suas opiniões, como sucedera já no caso dos ISCAS, dos ISES, das Faculdades de Letras e parece estar agora em vias de se verificar, segundo disse, quanto ao anunciado aumento brutal das propinas.

«É urgente que o Governo consulte as direcções associativas, tal como a lei obriga, e retire esta proposta que cheira profundamente a naftalina, sinal de tempos de má memória que o 25 de Abril definitivamente arreidou», reclamou Rogério Moreira.

Internacional

Hungria

Conferência nacional do POSH faz o ponto da situação nacional

A Conferência Nacional do Partido Operário Socialista Húngaro, realizada dias 23 e 24 em Budapeste, tomou importantes decisões. O novo Comité Central, eleito na própria Conferência, elegeu para o cargo de secretário-geral o actual primeiro-ministro Karoly Grosz, enquanto Janos Kadar, secretário-geral há 32 anos, assume hoje o cargo de presidente do partido. A Conferência aprovou, por esmagadora maioria, o projecto de resolução apresentado (aprovado pelos quase mil delegados com quatro votos contra e nove abstenções).

O documento debatido e aprovado — que traduz a própria razão de ser da Conferência do partido — aborda a difícil situação económica que actualmente se vive na Hungria, que de forma particular se prende ao peso da dívida externa, e os caminhos para superar tal situação, no plano económico, de partido, e de funcionamento político.

Começando por abordar as «insuficiências da nossa

avança-se no sentido de um sistema de funcionamento e de direcção da economia socialista, com particular recurso aos mecanismos de mercado. Mas então, aponta-se na Resolução, «não estendemos a tempo as reformas aos outros domínios da vida social».

A **necessidade de uma viragem** é avançada com a resolução de Novembro de 86 do CC do POSH. Em Julho de 1987 é elaborado um



Produzir mais é tarefa prioritária

dos objectivos colocados, os comunistas húngaros consideram que se tornarão possíveis a manutenção de um pleno emprego eficaz, a evolução dos ganhos de acordo com os rendimentos, a liquidação da inflação e a preservação do valor real dos rendimentos e das reformas. Questões todas elas básicas, em termos de justiça social, na sociedade socialista.

Outras questões importantes foram avançadas na Conferência Nacional, desde o funcionamento do **Partido**, no quadro dos princípios do centralismo democrático e da unidade («o partido é uma organização ideológica e política de que a unidade de organização e acção se deve continuamente renovar»), às crescentes necessidades do **trabalho ideológico** («as organizações, instituições e os membros do partido devem combater posições que neguem a necessidade de reformas e de inovação socialista, dissipar as ilusões a respeito do sistema capitalista e refutar as manifestações voluntaristas afastadas da realidade»).

No **plano político** — indo até à tomada de posição em

relação a uma emenda constitucional — defende-se uma maior participação de todos, individual e colectivamente: «Toda a organização ou sociedade, local, territorial ou nacional, que respeite a legalidade socialista, deve ter o seu lugar na nossa sociedade».

Linhas muito gerais de um caminho muito complexo. Com que **perspectivas?**

Relembramos aqui palavras do actual secretário-geral do POSH, na sessão de Outono da Assembleia Nacional húngara.

«Actualmente faz-se sentir a necessidade premente da modificação. Quase toda a gente o vê, o sente, o reconhece. Mas não é indiferente saber qual é o sentido que este processo vai tomar, e se esse sentido será tomado segundo a nossa vontade, segundo o nosso critério socialista de valores, ou se nos deixaremos arrastar pelos acontecimentos. Devemos renovar-nos, mas de maneira a que sejam mantidos os nossos resultados de valor histórico, e mesmo mais, que sejam reforçados os seus alicerces».

Saudação do PCP à Frente Polisário

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Executivo da Frente Polisário, por ocasião do seu 15.º aniversário, a seguinte mensagem:

«Por ocasião do 15.º Aniversário da Frente Polisário, força dirigente da luta do povo Saharaoui contra o colonialismo espanhol e o ocupante marroquino, transmitimo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

«Sempre solidário com os povos que lutam pela sua emancipação nacional e social, contra a política de ingerências e agressões do im-

perialismo, contra o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo, o PCP acompanha com o maior interesse a dura e difícil luta conduzida pela Frente Polisário e pronuncia-se inequivocamente pelo respeito do direito do povo Saharaoui à autodeterminação e à independência.

«Fazendo votos para que chegue depressa o dia do triunfo da justa causa nacional do povo Saharaoui, expressamos a nossa vontade de prosseguir e desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e a Frente Polisário.»

Reaberto o processo dos seis de Sharpeville

O processo dos «seis de Sharpeville», como são conhecidos os seis militantes anti-apartheid condenados à forca por alegada participação na morte de um elemento da administração municipal durante uma manifestação em 1984, vai ser reaberto provavelmente no próximo dia 6 de Junho.

Recorda-se que os seis jovens foram condenados ao abrigo do princípio de «responsabilidade colectiva», embora não tenha sido provada a sua implicação directa no crime. Desde o princípio que os respectivos advogados alegam a sua inocência, sublinhando o facto de os réus terem de facto sido julgados e condenados por pertencerem ao movimento anti-apartheid da África do Sul.

A intensa campanha internacional de solidariedade com os «seis de Sharpeville» conseguiu o adiamento da execução — na véspera da data prevista para a mesma — e, agora, a reabertura do processo. Os advogados anunciaram já ir apresentar no Supremo Tribunal da Justiça uma declaração escrita da «principal testemunha» de acusação, Josef Manete, que recentemente confessou ter sido coagido a depor contra os réus.

As forças policiais sul-africanas continuam, entretanto, a cometer crimes contra a população negra na mais completa impunidade. Ainda há dias um grupo de polícias acusados do assassinato de civis negros e considerados culpados pelo tribunal de primeira instância, foram absolvidos em seguida pelo procurador-geral da província do Cabo.

Após cerca de três anos de investigações, que incluíram o visionamento de um filme de uma cadeia de TV estrangeira que comprovava que num dos casos, ocorridos em 1985, os polícias abriram fogo sem aviso prévio contra pessoas desarmadas, causando três mortes e várias dezenas de feridos, o referido procurador revogou a decisão do tribunal, alegando que em relação aos polícias devia ser aprovada uma resolução à parte. Ao mesmo tempo, isentou de responsabilidades dois oficiais da polícia acusados da morte de uma mulher no povoado negro de Belville, perto da Cidade do Cabo, argumentando que «estes tinham cumprido ordens de um oficial superior».

De referir, que segundo o próprio ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, os agentes da polícia e das forças de segurança mataram, no «cumprimento das missões de serviço», 400 pessoas e feriram 623 nos povoados negros. Nenhum sofreu qualquer sanção.

Como referiu a propósito o deputado Ian Van, independente, no Parlamento, o Estado, ao procurar salvar os criminosos, incentiva-os na realidade a cometer novos crimes.

População da Terra continua a aumentar

A população do Planeta continua a aumentar, devendo atingir os seis mil milhões de habitantes no ano 2000, revela o relatório anual do Fundo das Nações Unidas para as Actividades em Matéria de População (FNUAP).

Segundo o relatório, a população está a crescer ao ritmo de 150 pessoas por minuto, ou seja, 220 mil por dia. O maior índice de crescimento demográfico regista-se nos países em vias de desenvolvimento da África, América Latina e Sul da Ásia.

No seu estudo o FNUAP alerta para o facto de a população de alguns países africanos poder duplicar dentro de 25 anos, caso se mantenham os actuais ritmos de crescimento, o que se poderá traduzir num agravamento dos problemas existentes. Como factores desse agravamento referem-se as reduções das áreas agrícolas devido à desertificação (o avanço dos desertos destruiu já mais de 65 milhões de hectares de terras aráveis) e a exploração das riquezas florestais que levam à erosão dos solos e ao desequilíbrio ecológico.

Fazendo notar que a principal causa desta situação trágica reside nas relações desiguais entre os países africanos e os seus parceiros comerciais ocidentais, o relatório sublinha que a África se encontra numa fase de extenuação das suas matérias-primas e que, se num futuro próximo não se alcançarem progressos reais com vista ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, a aguarda inevitavelmente uma catástrofe.

Combate à droga na Colômbia

Nos últimos cinco anos a polícia colombiana prendeu 16 626 pessoas implicadas na conservação, transformação, fabrico e contrabando de drogas, e confiscou 151 aviões particulares usados para o seu transporte. De acordo com o relatório divulgado em Bogotá, no mesmo período foram apreendidas e destruídas mais de 40 toneladas de cocaína e sete mil toneladas de marijuana, descobertos 3248 laboratórios de transformação de drogas e destruídos 28 300 hectares de plantações.

Camarada Karoly Grosz

Por motivo da sua eleição para Secretário-Geral do Partido Operário Socialista Húngaro, envio fraternais saudações do Partido Comunista Português e votos de grandes sucessos, a si, prezado camarada Karoly Grosz, nas suas novas tarefas, ao Partido e ao povo da Hungria socialista.

Álvaro Cunhal

própria actividade», a resolução agora aprovada aponta: «fizemos uma análise errada dos efeitos dos novos dados da economia mundial sobre a economia húngara. Tardámos em dar-nos conta de que a aceleração do crescimento não era realizável sem uma reforma das estruturas».

No início dos anos 80

plano de desenvolvimento socioeconómico.

Na Conferência foram apontados, como **objectivos imediatos:** a conquista do equilíbrio importações-exportações; a renovação da economia, o alargamento da democracia socialista, o enriquecimento do património cultural e moral.

Através da concretização

Visita de estudo à Polónia

De 16 a 22 de Maio, deslocou-se à Polónia um grupo de estudo sobre questões de recuperação de património com valor histórico e cultural.

O grupo de estudo teve encontros, na sede central do POUP, com o camarada Zbigniew Domino, vice-responsável no CC pelo trabalho cultural e ideológico do Partido, e no Comité Distrital de Gdansk, com o camarada Stanislaw Szczerek, 1.º secretário do POUP nesta região. Encontrou-se ainda, designadamente, com a vice-ministra da Cultura e Arte, Krystyne Marzalek-Mlynczyk, e com o Conservador-Geral dos Monumentos, Tadeusz Zieliński.

O programa da visita proporcionou numerosos contactos directos neste domínio de actividade cultural. A delegação do PCP, nas suas visitas

a museus e monumentos históricos, nomeadamente nas cidades de Varsóvia e Gdansk, entre outras, recolheu um conjunto de experiências diversificadas sobre o vasto campo de trabalho de recuperação e conservação do património polaco.

O grupo de estudo era composto pelos camaradas Jorge Cordeiro, do Executivo da DORL, Domingos Campelo Tavares, da direcção do Sector Intelectual do Porto, Cândido Capela Dias, da Comissão Concelhia de Guimarães, e Luís Marques dos Santos, da célula da Associação dos Municípios do distrito de Setúbal.

Esta iniciativa inscreve-se no quadro das tradicionais relações de amizade, solidariedade e cooperação entre o PCP e o POUP.

Internacional

Cimeira em Moscovo

Expectativa e problemas

É já neste domingo o início da Cimeira de Moscovo. Em cinco dias, entre 29 de Maio e 2 de Junho, deverão realizar-se cinco reuniões entre os dirigentes da União Soviética e dos Estados Unidos, Reagan e Gorbachov. As notícias sobre este grande acontecimento, grande em termos mundiais e não apenas no que se refere às relações bilaterais entre os dois países e os dois povos, só começarão a afluir na próxima semana. Do que de concreto vai resultar desta cimeira, ainda nada se sabe, e muito estará ainda por definir.

Não será entretanto demais sublinhar que desde a cimeira realizada em Washington, não se parou um dia na quotidiana batalha para que se confirmem os resultados então alcançados e seja possível arrancar na prática no caminho do desarmamento.

Em vésperas da Cimeira, as comissões para os negócios estrangeiros das câmaras do Soviete Supremo da URSS recomendaram ao Presidium a ratificação do tratado sobre a eliminação dos mísseis de médio e mais

curto alcance na Europa, considerando que estes correspondem aos interesses da segurança da União Soviética e aos interesses mais amplos da diminuição do perigo de guerra e da consolidação da paz.

Nos Estados Unidos multiplicaram-se entretanto resistências à ratificação do tratado, que aliás já haviam sido esboçadas ainda com Gorbachov em Washington. Há entretanto indicações de que também o Senado e o Congresso dos EUA deverão ratificar o tratado, antes da Ci-

meira (desde 1972 que os EUA não ratificam um único tratado com a União Soviética).

Dos múltiplos obstáculos erguidos ao avanço de um processo de desarmamento ao longo destes meses, ressalta a impossibilidade de dar agora o passo decisivo na assinatura de um acordo sobre a redução dos armamentos estratégicos ofensivos, que o mesmo é dizer a persistência da administração norte-americana na sua aposta no projecto de «guerra das estrelas», novo passo programado na corrida aos armamentos.

Entretanto de parte a parte é admitida ainda a possibilidade da assinatura de um acordo neste domínio, ainda no mandato de Reagan.

Em recente entrevista ao jornal «Washington Post» e ao semanário «News Week», o camarada Gorbachov referiu um vasto leque de questões hoje em debate.

Gorbachov reafirmou a posição da União Soviética contra o «papel estabilizador» atribuído por círculos da NATO às armas nucleares, sublinhando que o equilíbrio estratégico «pode ser mantido a um nível baixo, sem armas nucleares», e acrescentando que a aposta numa dissuasão nuclear mínima, levará à propagação dessas armas por todo o mundo, «desvalorizando e reduzindo a zero» o que for alcançado nas conversações soviético-americanas e nas negociações entre os Estados com estatuto nuclear.

Gorbachov afirmou ainda a posição soviética contra a posição assumida pelos dirigentes da NATO a favor da conservação de armas nucleares na Europa, como armas de retaliação, considerando tal tese como uma repetição da opção de «guerra nuclear limitada», contrária ao acordo obtido na cimeira de Genebra, em 1985, em

que se sublinha a impossibilidade de uma guerra nuclear.

Na referida entrevista, Gorbachov sublinha ainda a importância de outras componentes da luta contra a corrida armamentista, nomeadamente a criação de zonas desnuclearizadas e a redução dos armamentos convencionais na Europa, tendo simultaneamente em conta a liquidação de assimetrias existentes entre a NATO e o Tratado de Varsóvia.

Estamos assim perante um processo em que a dinâmica política soviética de



paz, apoiada em propostas concretas, e na crescente consciência do significado da era nuclear, geradora de importantes movimentos de massas, está a abrir os caminhos do desarmamento.

Caminho sem dúvida bem difícil, mas em que estão empenhados os povos de todo o mundo, como aliás testemunham as mensagens e apelos que estão a ser dirigidos para Moscovo. Na certeza de que a batalha da paz é indivisível. Como a do desenvolvimento.



Movimentos de massas por toda a Europa têm dado apoio activo a um processo de desarmamento

Apelos à Cimeira

O Forum Latino-Americano dos Combatentes pela Paz, o Desarmamento e Integração, recentemente reunido, aprovou um apelo aos dirigentes da URSS e dos EUA para que na cimeira de Moscovo dêem novos passos no sentido de libertar a humanidade das armas nucleares.

No apelo assinala-se a necessidade de cessar a corrida aos armamentos, os ensaios e o aperfeiçoamento das armas de extermínio em massa, bem como o congelamento dos arsenais nucleares e a renúncia aos planos de militarização do espaço.

Os participantes no encontro, em representação de 12 países latino-americanos, apelaram ainda à administração Reagan para que ponha cobro às incursões agressivas contra a Nicarágua e apoie o processo de regularização pacífica da situação na América Central com base nos acordos da Guatemala. No documento final condena-se igualmente o que é classificado como «uma das mais sórdidas agressões dos EUA contra o povo e o governo do Panamá» e exige-se que sejam

liquidadas todas as bases militares e retiradas as tropas estrangeiras da América Latina e do mar das Caraíbas.

O documento final exorta ainda à solidariedade com os movimentos democráticos no Chile e no Paraguai e à procura de uma solução pacífica do conflito em El Salvador.

No encontro, que durou três dias, foram aprovados os textos das mensagens aos Chefes de Estado e de governo dos países membros do «Grupo dos Seis», à conferência do Movimento dos Não-Ali-

nhados para o Desarmamento e à terceira sessão especial da Assembleia Geral da ONU para o Desarmamento. Em todos estes documentos se apela a desenvolver e aprofundar o processo de desarmamento e desarmamento.

Pela paz no Médio Oriente

Também a Organização de Solidariedade para com os Povos da Ásia e África (OSPAA) enviou um apelo a Reagan e Gorbachov para que o seu próximo encontro impulse a criação de um mundo livre de armas nucleares e a solução dos problemas internacionais pela via política.

Aquela organização internacional refere-se em particular à questão do Médio Oriente e da causa palestina, manifestando a sua esperança de que na cimeira de Moscovo lhe seja dispensada a devida atenção.

A insurreição do povo palestino, diz o apelo, mostra a sua determinação em obter o direito inalienável à autodeterminação e à criação de um Estado próprio independente.

Recordando a repressão das autoridades israelitas em relação ao povo árabe da Palestina e a forma como Israel intensifica a agressão contra o vizinho Líbano e recorre a actos terroristas, como no caso do assassinato recente do dirigente palestino Abu Jihad, o documento da OSPAA defende a convocação, o mais breve possível, de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente, que pode vir a desempenhar um papel importante na resolução, de forma justa e pacífica, do problema do Médio Oriente.

Idêntica posição foi assumida pela Organização de Libertação da Palestina (OLP), que apelou à opinião pública internacional para que pressione os dirigentes da URSS e dos

EUA de modo a transformar a cimeira de Moscovo «num ponto de partida do começo da marcha para a paz justa e global no Médio Oriente».

Neste contexto, a OLP apela para que a questão palestina seja a primeira a ser tratada na ordem de trabalhos da cimeira respeitante aos problemas regionais; para que sejam tomadas medidas visando a protecção do povo palestino dos crimes cometidos pelas forças de ocupação israelitas; o acordo na convocação de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, com a participação da OLP como único e legítimo representante do povo palestino, em pé de igualdade com as outras partes; a criação de condições para a autodeterminação do povo palestino e o estabelecimento do seu Estado independente, no seu território, como condição principal para o estabelecimento da paz no Médio Oriente.

«Roubo da terra e culturas compulsivas

Uma das bases tradicionais em que assenta a exploração colonial portuguesa é o sistema das raças e das culturas compulsivas. Em Angola e Moçambique, 570 000 camponeses africanos são forçados a produzir algodão que depois têm que vender obrigatoriamente por preços de fome à Cotonang, à Companhia dos Algodões de Moçambique, à Algodoeira do Sul do Save, etc. O café é cultivado em roças imensas e só a Comp. Angolana de Agricultura explora 17 000 hectares de plantações. Por seu lado, a Sena Sugar Estate vive do trabalho forçado de milhares de cultivadores de cana do açúcar.

Na Guiné, a CUF submete à sua exploração 60 000 famílias camponesas obrigadas a cultivar amendoim que lhes é comprado por preços ridículos. Em S. Tomé, a Comp. Agrícola Ultramarina, a Sociedade Val-Flor e outras dezenas de companhias exploram nas suas roças o trabalho de 20 000 africanos escravizados, trazidos sob «contrato» de Cabo Verde e Moçambique para a cultura do cacau e do café.

O roubo das riquezas minerais

Tal como acontece na agricultura, o insaciável capital monopolista apossou-se também da exploração dos recursos minerais das colónias portuguesas.

A troca de salários de 80\$00, 100\$00 e 150\$00 mensais, e com 9 e 10 horas de trabalho diário, milhares de mineiros africanos extraem as riquezas dos seus países para enriquecer os monopólios internacionais. A Diamang, com concessões que abrangem quase todo o território de Angola, explora 17 000 trabalhadores. A exploração do minério de ferro dá lucros fabulosos à Comp. Mineira do Lobito, prevendo-se que a extracção atinja em breve 6 ou 7 milhões de toneladas.

(...)
Em todos os territórios coloniais portugueses dominam com poder absoluto as grandes companhias e sociedades, que arrancam lucros da ordem dos 30, 40 e 50%. O capital monopolista português, norte-americano, inglês, belga engorda à custa do sangue de 12 milhões de seres humanos.

Repressão e terror nas colónias

O governo confirma todos os dias os seus propósitos terroristas, como aconteceu recentemente, ao fazer anular as duras condenações que já tinham sido aplicadas em Tribunal Militar a diversos patriotas de Luanda, e fazendo-os julgar de novo em condições arbitrárias, para que lhes sejam aplicadas penas ainda mais pesadas. Mas os tribunais e a PIDE não chegam: em Dezembro partiram para Moçambique mais 4 aviões carregados de tropas. A missão «pacificadora» destas tropas é já bem conhecida das populações das colónias; ainda há pouco, um viajante chegado de Cabinda descreveu as cenas de horror a que se assistiu quando foi esmagada a manifestação popular de Setembro: durante vários dias, viam-se flutuar no rio os cadáveres dos homens, mulheres e crianças chacinados pelas tropas portuguesas.

É esta a «Paz Portuguesa».

(«A quem aprovelta o colonialismo» — «Avante!», VI Série, n.º 296, Janeiro 1961)

Em Foco

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 752

26 de Maio de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



XII festa
Avante!

Em fila, ao jeito dos ranchos alentejanos, um grupo «barbeava» a erva e deixava à mostra o primeiro rosto do terreno. O escanhoar segue dentro de momentos...

Um arranque em força!



Não se trata de exploração de mão-de-obra infantil, mas de brioso desafio lançado aos adultos, apesar da forquilha ser quase do tamanho do seu utilizador. Ai, valente!



A pintura, aqui, é feita ao metro quadrado e avança placas fora com uma limpeza que só visto! Na Festa é que lhe vamos apreciar o salnete

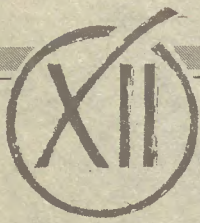
A Festa está aí! Ainda não temos música nos palcos, mas já há quem cante por lá — em coro, afinados, desafinados, aos berros e com uma alegria de todo o tamanho. Empunhando enxadas, ancinhos, pás, picaretas, moto-serras, trinchas, pincéis, martelos, chaves de todos os tamanhos e feitios, desbravando campos, limpando matas e terrenos, recuperando edifícios, humanizando o terreno, abrindo caminho, espaço e código postal à Festa do «Avante!», este ano na sua 12.ª edição, este ano a estreiar(-se) no concelho de Loures.

Este ano erguendo-se outra vez do nada, já que os terrenos onde se vai realizar estão virgens destas (e doutras) coisas.

Por isso lá estamos nós, vindos um pouco de todo o lado e de cada vez mais longe, conforme a data prevista se aproxima e o trabalho aperta e urge. Este fim-de-semana passado levou à Quinta do Infantado — é assim que se chama o novo local da Festa — para cima de 200 camaradas e amigos vindos de Lisboa, Sintra, Loures, Seixal, Montargil, Couço, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Montijo, Alcochete, etc. — e no «etc.» ficam as freguesias e os lugares de morada exacta dos participantes nesta jornada de trabalho voluntário que não pudemos amiudar.

Na verdade foi para amiudar «os dedos do pé em que estão as coisas» (esta frase despenhou-se-nos em cima vinda do alto duma árvore onde um camarada, de moto-serra em punho, limpava peneiras velhas) que a nossa reportagem se deslocou à Quinta do Infantado, em Loures, no passado fim-de-semana. Venham daí connosco — quer para a amostra que preparámos para vós nas duas páginas que se seguem, quer para nos encontrarmos um dia destes lá no terreno. Já sabem que vale a pena!

XII festa
Avante!



■ Henrique Custódio

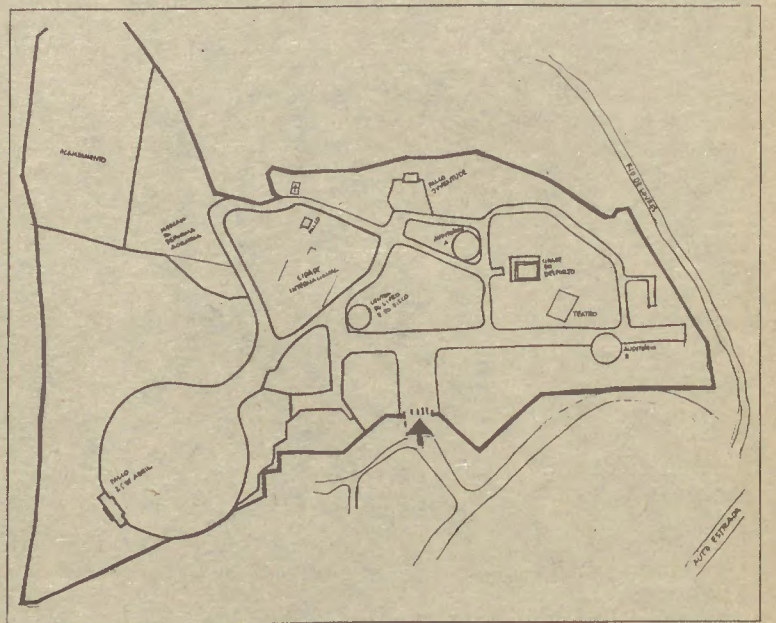
festa
Avante!

A Festa nasce das jornadas que crescem!

A Festa já se vê ao longe: a gente chega à beira da grande planura que é a Quinta do Infantado, fica perplexo com tanto verde de mato e matas a correr para o horizonte mas de repente fixa-se numa estridência na paisagem: uma bandeira vermelha que ondula ao fundo. Apontam-se para lá os «azimutes» e, quando menos se espera, estamos no meio duma azáfama de todo o tamanho, com uma data de gente a mostrar como se doma a natureza e se constrói uma cidade.

Domar a natureza tem de novo, aqui, o sentido literal. A primeira coisa que vimos — e ainda antes de avançarmos para o velho solar onde estão instalados os serviços e se trabalha, simultaneamente, na recuperação do edifício — foi um grupo de dezenas de homens e mulheres, de «alfaías» em punho, a limpar um terreno com tufo de mato acima da cintura. À direita, numa ligeira ondulação coroada de eucaliptos, um grupo de jovens tratava do desbastamento em volta das árvores. O que já parecia muito, era entretanto pouco no quadro da jornada de trabalho voluntário desse fim-de-semana, com várias outras frentes de trabalho a funcionar em simultâneo e que não podiam ser observadas dali.

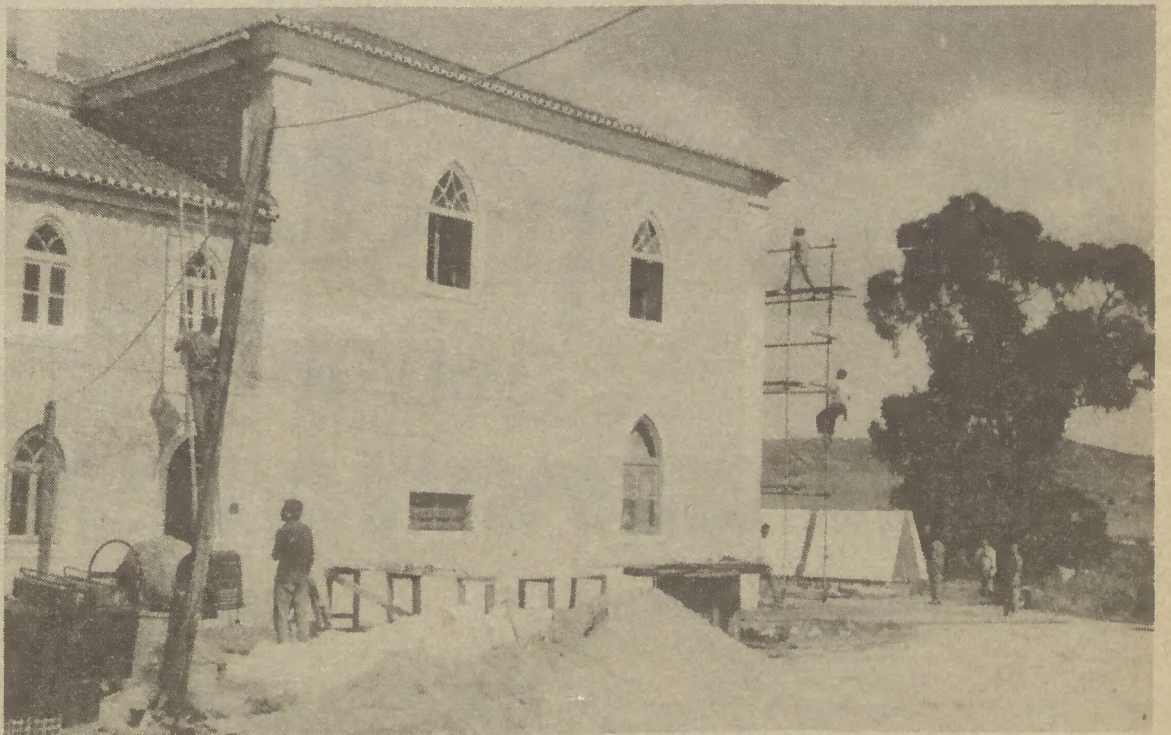
Mas já que ali estávamos, metemos conversa, com retratos pelo meio. A chalaça alastrou logo, como é costume nestas iniciativas militan-



Mesmo ainda só no papel, a Festa é já um espectáculo!



O andaime para a pintura desta fachada do solar tinha sido montado apenas no dia anterior. Por este andar em breve pode ir servir outras paredes!



O velho solar tricentenário da Quinta do Infantado, que já conheceu tempos faustosos quando funcionava como importante casa de lavoura, encontra-se abandonado e quase em ruínas. Está a ser recuperado minuciosamente, para posterior utilização nos serviços de apoio da Festa. Pode-se dizer que, este ano, o património cultural é o primeiro a beneficiar com a Festa do «Avante!»...

De repente saltou um coelho bravo das moitas, desencadeando um alarido de todo o tamanho e um cerco que terminou na captura do animal, que tremia como varas verdes; perante isto os fogosos «caçadores» desataram a fazer festas ao bicho, libertando-o de seguida — e após tão maluca correria! — com uma palmadinha no rabo



tes. Formaram-se grupos de conversa à nossa volta, três mulheres — a Geninha, a Georgina e a Rosete — fizeram questão de ser fotografadas porque «estamos aqui em todas as Festas e nunca nos tiraram o retrato!», quatro jovens alinharam-se também, a Cristina e o Victor Graça, irmãos, o Sérgio e o Paulo Sobral, igualmente irmãos, ela do Partido há dois meses, eles «só simpatizantes mas estamos aqui porque a causa justifica». Tinham vindo todos, em número de 29, dos concelhos do Montijo e Alcochete e achavam que o terreno era duro como isso mesmo em que estão a pensar, «mas a gente ainda é mais dura!».

A caça ao coelho

Estava-se neste preparo quando um coelho bravo foi desalçado de uma moita, desatando aos pinotes pelo terreno. Mais alvoroçados que o próprio animal, todos os nossos interlocutores largaram tarefas e conversa, montando de imediato um cerco, correndo e rindo, o instinto do caçador à solta, numa excitação que só visto. O coelho era ágil mas não tinha hipóteses: após se escapular por entre várias pernas, furtar-se a muitas mãos, confundir-se momentaneamente com os resto-

lhos, acabou por ser apanhado numa moita, já irremediavelmente cercado. Era um coelho jovem e tremia como varas verdes, o que teve profundo impacto naqueles assanhados caçadores. Passou de mão em mão, ganhou honras de fotografia, a voz solitária que se atreveu a falar em «caldeirada» foi logo zurzida por um coro de protestos, a hipótese de o criar em cativeiro foi igualmente rejeitada e, cinco minutos após a feroz caçada, chegou-se à decisão unânime de libertar o bicho — o qual, ao ser posto no chão e talvez baralhado com tão insólitos perseguidores, teve de ser estimulado a fugir com uma palmadinha no rabo, pois não havia meio de arrancar dali. Finalmente lá foi aos pulinhos, ouvindo os risos do pessoal e, decerto, considerando que aqueles tipos deviam ser completamente doidos.

Mas as histórias com animais não tinham acabado: daí a pouco tomámos contacto com um podengo que aparecera por lá no dia anterior e se havia imposto à protecção do pessoal da Festa, obedecendo às ordens e comendo da gamela com a compostura de quem se considera da família, e seis patos bravos descobertos num pequeno lago, que foram declarados de imediato mascotes a proteger. «Quando chegarmos ao dia da abertura já temos para aqui um jardim zoológico!», desconfiou, pelos vistos muito justificadamente, um dos camaradas que surpreendemos a reabastecer a gamela do podengo.

Vamos a isso!

Quando nos encaminhávamos para o velho solar que está a ser restaurado e em cujas antigas cavalariças já funcionam os serviços de apoio ao pessoal que trabalha no perímetro, cruzámo-nos com novo grupo que, em fila e ao jeito de rancho alentejano, ia «barbeando» uma outra área, essa cheia de erva. Tratava-se de uma equipa mais heterogénea, com gente dos Olivais, Sintra, Alvalade Sado e Ermidas «mas com outros espalhados por aí noutras tarefas». Lá os encontramos a pintar painéis («do Cacém e de Queluz viemos 20 e tal»), as paredes exteriores do magnífico solar e



As moto-serras, manejadas com a pericia de quem trata o trabalho por tu, fizeram uma limpeza na mata de eucaliptos que dava gosto ver

a proceder a arranjos no interior.

Victor Santos e Margarida Silva, membros do secretariado da Festa, marcaram encontro connosco à mesa do restaurante que já funciona em pleno e lá nos explicaram, numa lufa-lufa, que se estava a actuar «em duas direcções principais de trabalho: a recuperação dos dois alçados poente do solar e alguns arranjos no interior para o tornar habitável, e serviço de desmatagem e limpeza da mata de eucaliptos». Desdobraram a planta e mostraram como é que, «com menos seis hectares que no Alto da Ajuda, se tem a sensação de se estar num terreno de área semelhante». E a Festa, mesmo no papel, já é um espectáculo. É claro que «temos aqui muito trabalho a fazer, basta olhar. Com os 200 e tal camaradas e amigos que vieram cá este fim-de-semana já fizemos bastante, mas há muito, muito ainda por fazer. É preciso que o pessoal continue a

afluir cada vez mais, nestas nossas jornadas de trabalho voluntário!».

Aqui fica o apelo!

Entretanto a visita estava a chegar ao fim e ainda não tínhamos apreciado uma outra frente de trabalho, por sinal com abundantes provas de «produtividade»: a limpeza da mata de eucaliptos. Um numeroso grupo de alentejanos encarregara-se do caso. As moto-serras ainda roncavam, quando por lá passámos, mas o matagal já fora vencido. Dava gosto andar entre os eucaliptos (onde vão ser instalados restaurantes, o que provocou o espontâneo comentário de «Olha! Já sei onde é que venho comer, quando a Festa abrir!»), enquanto ao lado da mata se erguiam montanhas de madeira velha, ramos e folhagem, a aguardar evacuação.

A Festa, de facto, já se vê ao longe. Agora há que erguê-la... ao perto!

Vamos a isso! ■



Limpou-se bastante terreno, na jornada de trabalho do fim-de-semana passado, mas ainda há muito por fazer. Vamos a isto, camaradas e amigos!



Há por ali mato que vai acima da cintura. «Há-de ficar bem rasteirinho!», gabavam-se os desbravadores, com legítima prosápia



Quatro jovens vindos do Montijo e irmãos «alternadamente» da esquerda para a direita (e vice-versa, claro). No trabalho é que não houve alternâncias, foi tudo à molhada «que a causa vale a pena»

PRIVATIZAÇÕES E CAPITALISMO POPULAR

■ **Gorjão Duarte**

O processo de liberalização e de privatização

Diz-se que a privatização é a pedra angular das políticas neo-liberais seguidas pelos partidos conservadores no poder. E que a privatização é um movimento mais ou menos generalizado em todo o mundo.

Há que fazer um reparo desde já. Não é verdade que a privatização seja a única palavra de ordem das actuais políticas económicas. Para não falar já nos países socialistas, recordemos que têm sido nacionalizadas empresas no Peru, na Nicarágua, e até no Brasil e em El Salvador se pensa nacionalizar alguns sectores da economia.

É que privatizar ou nacionalizar é um acto político por excelência, e depende do modelo político-económico, ou da fase que se vive em cada momento, fazer uma coisa ou outra.

Um **primeiro traço** a reter, assim, do processo de privatizações: ele tem lugar sobretudo em países de capitalismo monopolista de Estado desenvolvidos, onde existe um sector público relevante, países esses que atravessaram recentemente uma longa e profunda crise de crescimento de que ainda não emergiram com clareza.

Como se sabe, também em Portugal, essa onda nos atingiu pela mão do Governo de Cavaco Silva.

Mas a liberalização e a privatização da economia entre nós visam um outro objectivo. Não se trata de melhorar apenas as condições de existência dos monopólios, ou de reforçar o modelo de desenvolvimento capitalista. Trata-se, antes de mais, de subverter as relações de produção saídas do 25 de Abril que assentam num vasto Sector Empresarial do Estado.

Em última análise, o Governo procura reinstalar entre nós o capitalismo monopolista de Estado dominante no tempo do fascismo.

Um **segundo traço** relativo às privatizações tem a ver com aquilo que são as causas apontadas pelos governos para as suas medidas: por um lado, os alegados prejuízos das Empresas Públicas, e por outro, o dinheiro obtido com a venda ser considerado como essencial para combater os altos défices orçamentais e as pesadas dívidas públicas internas. Só não se diz que, mais do que os discutíveis prejuízos das EP's, contribuem para os défices as crescentes despesas militares, os subsídios, as isenções de impostos, e outras benesses escandalosamente concedidas aos monopólios. Entretanto esquecem, ou fingem esquecer, que ao privatizarem perdem os rendimentos das sociedades vendidas; aumentam as despesas com a segurança social proveniente do desemprego crescente; e não reduzem minimamente as despesas bélicas, antes pelo contrário.

Um **terceiro traço** sobre as privatizações é o seguinte: os círculos financeiros desejam reassumir a gestão privada da EP's e mesmo gerir serviços tradicionalmente pertencentes ao Estado — fornecimento de água, limpeza, saúde pública, etc. — porque o Estado lhes dá condições altamente favoráveis à obtenção de altos lucros, através de isenção de impostos e de outros meios conhecidos na prática do Estado dos monopólios.

Um **quarto traço** das privatizações resulta das suas incidências sociais e económicas sobre a população em geral. Quanto ao desem-

prego, recorde-se que, na Inglaterra, antes da sr.^a Thatcher, havia 1,3 milhões de desempregados; depois das privatizações se iniciarem esse número passou para 3,3 milhões de trabalhadores. Em França, com o projecto de Chirac de se privatizar a todo o custo, calcula-se para 1988 uma taxa de desemprego de 12%, correndo-se o risco de um em cada quatro trabalhadores serem despedidos. Quanto aos serviços prestados após as privatizações, eles em geral pioram, em primeiro lugar para as pessoas de mais baixos recursos. Aconteceu especialmente em Inglaterra, com os transportes públicos e a água mais caros, as telecomunicações a degradarem-se e com pior assistência.

Um **quinto traço** relaciona-se com o clima psicológico criado à volta das privatizações, subjacente ao qual está a ideia de transformar cada cidadão um proprietário. «A propriedade dignifica o ser humano», afirmam os conservadores ingleses. Para que a «propriedade» e o «sucesso» andem juntos há que facilitar ao máximo o acesso do público ao mercado de acções, e transformar o maior número de trabalhadores e gestores em proprietários de empresas. Para tal fim, em Inglaterra, chegou-se a autofinanciar a compra por estes de filiais de empresas públicas importantes, ou secções subsidiárias espalhadas pelo país. Daí o lema conservador da Sr.^a Thatcher: «levar as pessoas a votar com a bolsa e não com o coração».

Um **sexto traço** derivado do processo é a demagogia desenvolvida à volta de expressões como «capitalismo popular» e «democratização do capital». Estas teses não são novas como se sabe, e foram desmontadas com rigor por Lênine, atribuindo-as às manobras do grande capital para melhor proceder ao seu domínio centralizador sobre toda a economia.

Entre nós, talvez inadvertidamente, Belmiro de Azevedo, do grupo SONAE, confessou de forma exemplar: «O capitalismo popular só fornece recursos financeiros às empresas e tem que haver alguém que forneça os recursos humanos e tecnológicos». Um técnico francês disse o mesmo, por outras palavras: «O único papel dos accionistas consiste em fornecer o dinheiro às empresas que o reclamam».

E então a tão decantada democratização do capital? No tempo de Lênine, bastava 40% de acções para se dominar os negócios de uma grande empresa. Hoje, no Rei-

no Unido é suficiente 22%; nos Estados Unidos 10,7% e em França 35%. Depois do grande choque da bolsa e deste processo de privatizações em curso tais percentagens diminuirão ainda mais. Ou seja, por mais alargado que seja o capital através de acções, haverá sempre um «núcleo duro» que controlará, com uma minoria de capital, as empresas; e quanto mais disseminado estiver o capital, menor investimento o «núcleo duro» necessitará aplicar em cada empresa para garantir o seu domínio.

Em resumo, o que se assiste não é a democratização do capital, mas a uma cada vez maior centralização do seu poder na mão de meia-dúzia de grandes grupos.

Um **sétimo traço** que queremos referir prende-se com a crescente internacionalização do capital que vai a par e passo com o processo de privatizações. As fronteiras de uma Nação à entrada e domínio de capitais estrangeiros são cada vez mais tênues. É o próprio conceito de Nação sob o sistema capitalista que começa a ser posto em causa. A Inglaterra, a França, a RFA, e outros países são invadidos por empresas estrangeiras, pela finança internacional sem pátria. E nesta interpenetração de capital sem dúvida que os japoneses estão nitidamente a marcar pontos. Tais perigos, devemos alertá-lo com força, pesam também sobre o nosso País. As privatizações desejadas pelo Governo Cavaco Silva, a irem para a frente, sem dúvida que levariam a perigosas associações de capital com a banca internacional e com grupos multinacionais. O capital financeiro assume, assim, um papel cada vez mais forte na vida económica do capitalismo mundial.

Um **oitavo e último traço** abarca a questão da relatividade entre a actividade bolsista e a actividade económica.

Num seminário realizado em Outubro de 1987 no Porto, o presidente de um importante grupo internacional disse: «Não posso deixar de estar apreensivo com a discrepância entre o superactivo mercado de capitais e a fragilidade da actividade económica, que pode trazer alguns resultados desconfortáveis, pelo menos no campo político». Estudos feitos em França, apontam que as operações financeiras na Bolsa se transformam na principal actividade dos monopólios. Em 1985, essas operações representaram o dobro do Orçamento do Estado Francês. E nos últimos cinco anos a riqueza concentrada nas mãos dos monopólios quadruplicou, ao passo que a produção industrial estagnou.

Ou seja, há retracção no investimento de capital produtivo em favor da especulação bolsista. O que, obviamente, não ajuda à saída da crise de crescimento nem à criação de postos de trabalho. Que futuro para o capitalismo se tal tendência se perpetuar e generalizar?!

Com as privatizações, em Portugal, «trata-se, antes de mais, de subverter as relações de produção saídas do 25 de Abril, que assentam num vasto sector empresarial do Estado. Em última análise, o Governo procura reinstalar entre nós o capitalismo monopolista de Estado dominante durante o fascismo».

Os trabalhadores não têm ficado de braços cruzados perante esta investida do grande capital, que está indubitavelmente a provocar mudanças significativas nas suas condições de vida.

A crise verificada nas bolsas também serviu, é um facto, para tornar mais claro aos olhos das populações como estavam a ser utilizadas para fins alheios aos seus próprios interesses.

Em Inglaterra há indícios irreversíveis de descontentamento contra o governo conservador e de perda de popularidade da senhora primeira-ministra. A tenaz luta dos trabalhadores da saúde contra a privatização prova-o. Os recentes resultados das eleições municipais dando uma clara vitória aos trabalhistas é outra prova de que algo está a mudar.

Também em França a situação já não decorre tão favorável aos projectos de privatizar a economia a todo o gás. A clamorosa derrota do Primeiro-Ministro Chirac nas eleições presidenciais é bem demonstrativa disso e do novo clima que o povo francês deseja viver.

Mesmo na RFA, se bem que só para um Estado, os conservadores conheceram uma forte derrota perante o partido social democrata, ao fim de 38 anos de governo; o que prenuncia eventuais alterações na correlação de forças a nível nacional.

Significarão estes resultados que um forte vento de mudança começa a soprar na Europa capitalista contra as políticas conservadoras de austeridade e de privatizações? Estamos em crer que sim. O que também é importante para a nossa própria luta contra os defensores do liberalismo cego, os teóricos da privatização, e os padrinhos da reconstituição do capitalismo monopolista de Estado através da subversão do sistema económico consagrado na Constituição Portuguesa. ■

■ **José Cruz Lara**

Privatizações e «capitalismo popular» caminham lado a lado na ofensiva ideológica contra o sector empresarial do Estado e pela reinstauração no poder dos grandes grupos monopolistas. É ver e ouvir o que por aí dizem os privatizadores e os liberalizadores de todas as matizes nos imensos meios que têm à sua disposição.

Mas será que o capitalismo se está a tornar «popular»? Será a Bolsa um meio bestialmente eficaz de «democratização» do capital e do poder que ele

possui? Será que a culpa de todos os males está nas nacionalizações e que o remédio único e infalível é a privatização em toda a linha?

Disso se fala aqui, tanto considerando o que vai por esse mundo, como tendo em vista as especificidades que distinguem a situação portuguesa.

Os artigos de Gorjão Duarte e José Cruz Lara foram escritos com base nas intervenções feitas por estes camaradas no encontro do PCP sobre o SEE.

Bolsa, acções, títulos de participação e democratização do capital

O mercado de capitais e ideias como «democratização do capital» e «capitalismo popular» não são invenções recentes da maquiavélica imaginação capitalista.

As Bolsas de Valores nascem nos finais do séc. XVIII e têm um princípio de vida insipiente, constituindo-se como simples instrumento de colocação de títulos de dívida dos Estados nos agentes económicos.

Engels situa em 1865 o marco decisivo para a transformação das Bolsas em «importantes representantes da própria produção capitalista». Ultrapassando mais um ciclo de profunda crise do sistema, era tempo de empreender vultosos investimentos, mas o capital acumulado por via da exploração capitalista não era suficientemente alargado para tal missão. A solução era transformar o capital-dinheiro disperso nas mãos de milhares de particulares em instrumento de investimento dos capitalistas que, a si próprios, se consideravam como os únicos agentes dinâmicos da sociedade.

As Bolsas de Valores e o processo de transformação de numerosas empresas em sociedades anónimas, ao centralizarem nas mãos de meia dúzia de capitalistas as pequenas poupanças de milhares de particulares, vão então propiciar o reforço a acumulação capitalista necessário à consecução dos grandes investimentos, realizando-se assim um dos momentos mais importantes de todo o processo histórico da acumulação capitalista — o capitalismo monopolista.

Pela forma que revestia era, para mais, possível propagandear todos estes expedientes de extorsão de capital-dinheiro dos particulares como sendo um imparável processo de **democratização do capital** e envolver na produção capitalista as vontades de grande parte da sociedade, na qual se criava a noção da posse da produção através da aquisição dos títulos de capital das empresas.

O aumento da quantidade de títulos de capital das empresas e a sua disseminação por um número alargado de indivíduos não constitui, porém, nenhum factor de democratização da produção, já que a propriedade e a gestão das empresas, cada vez produtivamente mais poderosas, continuam na posse de um pequeníssimo número de detentores de grandes lotes de acções.

As Bolsas são também poderosos instrumentos de acumulação e centralização de capital pela frequência dos fenómenos de alta especulação de que têm vivido. Tal é o caso exemplar dos leilões de acções, vulgo OPVs (operações públicas de venda).

O que se joga na Bolsa, com o incentivo dos poderes governamentais, não é um jogo limpo, mas sim um jogo viciado, onde alguns, poucos, têm todos os trunfos e aos restantes, muitos, cabem todos os duques. Aqueles poucos, com o fito de aumentarem avidamente os seus rendimentos e a posse dos meios de produção social, criam um clima propício a que se adquira, em determinados momentos, títulos de capital por preços que nada têm a ver com o seu real valor económico e patrimonial, fazendo das mais-valias assim extorquidas factores de aceleração do processo de centralização e monopolização do capital.

Compreenderemos agora melhor o fenómeno bolsista que em Portugal, e com a chegada ao poder do Governo Cavaco Silva, se desencaideou a partir de 1986.

O 25 de Abril de 1974 e as conquistas revolucionárias subsequentes vieram banir da sociedade portuguesa os **grandes grupos monopolistas**. Contudo, com a sucessão dos diversos governos de direita, os capitalistas derrotados e os seus representantes actuais, vieram progressivamente a acalentar esperanças de reconstituição e reforço dos grandes monopólios que detinham antes do 25 de Abril.

Com o actual Governo e o seu programa de privatizações, o pacote laboral e o pacote agrícola, estes senhores e as suas aspirações ficam finalmente representados em toda a sua extensão. Porém, tal como em 1865 na Europa capitalista, também em Portugal em 1986,

por força do processo histórico desde há uma dúzia de anos vivido, os capitalistas não detêm ainda capital suficiente para realizarem tão volumoso processo de extorsão da produção social.

O Governo e os círculos do capital lançam então uma intensa propaganda no sentido de atrair milhares de portugueses a entrarem, com as suas poupanças, no processo de centralização de capital nas mãos de alguns poucos empresários, os quais, na estratégia do Governo, serão os agentes capazes de vencer o desafio da CEE.

O entusiasmo bolsista torna-se contagiante e alarga-se até aos estrangeiros. Em 1985 o volume de negócios nas Bolsas não atingiu um

milhão de contos; em 1986, sobre para mais de 12 milhões; em 1987 supera os 170 milhões de contos.

Por outro lado, as mais-valias resultantes das OPVs situam-se nos 75 milhões de contos e mostraram-se totalmente imunes à tributação fiscal; antes pelo contrário, usufruíram de importantes incentivos fiscais. As próprias empresas públicas, ensaiando o programa de privatizações do Governo, lançam-se na lide, com a emissão de **títulos de participação**, suportando a propaganda — importada, diga-se — do capitalismo popular.

Ao emitir os títulos de participação, o Governo e as administrações das EP's não pretendem aumentar os capitais próprios das empresas, mas sim promover as falsas ideias da democratização do capital e estimular a participação nas Bolsas. Os efeitos desta política na situação económico-financeira das próprias EP's não constitui nunca motivo de preocupação para o Governo ou para os conselhos de administração.

A queda constante das cotações e do volume de transacções, iniciada em Outubro último e que não dá sinais de parar, veio, para já, rasgar as roupagens do capitalismo popular de que o Governo queria vestir as privatizações. Os índices de cotação das acções situam-se já abaixo dos verificados no princípio do ano findo e de modo nenhum se vislumbra que as Bolsas absorvam as acções das empresas nacionalizadas que o Governo quer privatizar.

É por isso que o Governo pensa já em **novos métodos** capazes de levar a bom termo o seu programa de entrega do sector empresarial do Estado.

A entrega de barato das empresas públicas aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros parece ser, para já, a solução encontrada, como o demonstram as medidas anunciadas para a Siderurgia Nacional, a Setenave, a Quimigal e a CNP.

Lutar e incentivar luta em defesa do SEE, denunciar todos estes golpes baixos de submissão da economia portuguesa ao grande capital estrangeiro e nacional é um imperativo patriótico de que nenhum democrata pode abdicar. ■



«O que se joga na Bolsa, com o incentivo dos poderes governamentais, não é um jogo limpo, mas sim um jogo viciado, onde alguns, poucos, têm todos os trunfos e aos restantes, muitos, cabem todos os duques».

AMÉRICA CENTRAL

A procura da paz em tempos ainda de guerra

O processo de paz em curso na América Central, em particular no que respeita à regularização do conflito na Nicarágua, continua a ser alvo de um boicote sistemático por parte da administração Reagan.

Um boicote expresso a vários níveis e em diversas frentes, desde a renovação do bloqueio económico à Nicarágua às pressões sobre os «contras» para a recusa de um cessar-fogo definitivo, passando pela realização de manobras militares na região com objectivos evidentes de intimidação.

As conversações directas entre sandinistas e «contras», oficialmente iniciadas em 23 de Março em Sapoá, na Nicarágua, têm vindo a arrastar-se em sucessivas interrupções, sem que se vislumbre o termo da guerra que nos últimos sete anos já fez 50 000 vítimas e mais de 25 000 mortos.

O reinício do diálogo, previsto para ontem, após as conversações do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Victor Tinoco, com os representantes dos «contras», em Miami, está longe de representar um avanço efectivo da situação. Com efeito, para além da recusa de prosseguir as conversações na Nicarágua (ao contrário do que até há pouco exigiam), os «contras» recusam também a prorrogação por mais um mês do prazo de vigência das tréguas temporárias, que expira no final de Maio.

Segundo notícias divulgadas pela agência «Nueva Nicaragua», o facto prende-se com o agravamento das divergências no seio dos «contras», divididos entre os que pretendem a regularização pacífica do conflito e os partidários do prolongamento da guerra.

Os EUA não se têm poupado a esforços para evitar o desmoronamento definitivo do exército contra-revolucionário, bem como para consolidar as posições do ex-coronel somozista Henrique Bermudez, chefe do grupo «Forças Democráticas Nicaraguenses», que defende a «solução» militar para a questão da Nicarágua.

Bermudez, conhecido pela alcu-

nha do «380», enfrenta actualmente a oposição de cerca de 50 comandantes, que o acusam de utilizar parte das verbas fornecidas pelos EUA em proveito próprio, para além de utilizar métodos nada «democráticos» no exercício do comando.

De referir que Bermudez conta com o declarado apoio da CIA, que já ameaçou pôr termo a todo o tipo de ajuda aos «contras» caso Bermudez seja afastado, como pretendem os defensores da assinatura de um acordo sobre o cessar-fogo definitivo.

Recorda-se, a propósito, que os EUA não hesitaram em enviar para as Honduras forças especiais destinadas a impedir o confronto entre os «contras» ali estacionados, enquanto o secretário de Estado George Shultz recebia Henrique Bermudez e o seu presumível opositor mais directo, Adolfo Calero, em meados deste mês.

Embora se desconheça o resultado daquele encontro, os observadores consideram sintomático a anunciada recusa dos «contras» em prolongar o cessar-fogo até finais de Junho bem como as frequentes violações do espaço aéreo da Nicarágua por aviões com armas e outro

material bélico dos EUA para os contra-revolucionários.

Ou seja, os EUA continuam a fazer tábuas rasas dos acordos de paz da Guatemala.

A militarização das Caraíbas

Não menos sintomático é a insistência com que os EUA fazem sentir a sua presença militar na região, quer através das tropas estacionadas nas diferentes bases, quer por meio de imponentes exercícios e manobras conjuntas.

Importa ter presente que há 14 mil soldados norte-americanos repartidos pelas bases militares que o Pentágono possui em Porto Rico, Guantanamo e Cayo Hueso, para além dos 15 mil estacionados no Comando Sul, na Zona do Canal do Panamá.

Nas recentes manobras militares *Ocean Venture 88* (realizadas de 1 a 22 de Abril), estiveram envolvidos mais de 40 000 efectivos, 28 barcos de guerra, dezenas de aviões de combate e helicópteros.

As «Aventuras Oceánicas» dos EUA são promovidas de dois em dois anos pelo Comando do Atlântico e têm como objectivo ensaiar e actualizar as capacidades de ingerência militar na região. Este ano, como seria de esperar, as manobras estiveram relacionadas com a mobilização de forças para o Canal do Panamá e a situação na fronteira das Honduras com a Nicarágua.

Embora os norte-americanos tivessem negado qualquer relação entre os exercícios e a situação nos referidos países, o carácter intimidatório dos mesmos, bem como os lugares escolhidos, demonstraram à evidência o contrário. Assim, e apesar de parte substancial das manobras terem decorrido em Porto Rico e Vieques, também se estenderam pelo Golfo do México, Estreito da Florida, Oceano Atlântico e outras zonas das Caraíbas.

Na base naval de Guantanamo os exercícios incidiram sob a evacuação de residentes norte-americanos (o que deixa antever as preocupações norte-americanas em relação aos seus compatriotas no Panamá, por exemplo), enquanto na ilha de Vieques (Porto Rico), forças conjuntas do exército, força aérea e marinha simularam uma invasão. Neste caso, tanto a situação que se vive na Nicarágua como no Panamá pode ser encarada como real objectivo de tais ensaios.

Não se pense que se trata de pura especulação. Basta ter presente que na *Ocean Venture 81* a ilha de Vieques foi utilizada igualmente para simular uma invasão. Dessa vez o alvo era Granada, efectiva-

mente ocupada em Outubro de 1983. De assinalar que nos exercícios desse ano participou a 82.ª Divisão Aerotransportada, que já esteve este ano nas fronteiras da Nicarágua e participou também na *Ocean Venture 88*.

A intimidação permanente

A constante realização de manobras militares, a par de outro tipo de pressões, insere-se na concepção estratégica daquilo que Washington designa por «conflitos de baixa intensidade».

De uma forma geral, nos EUA entende-se como «conflito de baixa intensidade» uma amálgama de elementos onde a desestabilização, as forças especiais, as operações contra-revolucionárias e antiterroristas, a guerra psicológica, as campanhas de desinformação, as pressões económicas, os embargos comerciais e o recurso a grupos paramilitares, confluem até formar um todo cujo objectivo é dominar os países em vias de desenvolvimento.

Regra geral, esta estratégia é aplicada por Washington a pretexto de defender a segurança nacional dos EUA, os seus interesses vitais, sejam onde for que considere que estão postos em causa.

Uma forma de tentar evitar, na verdade, que os povos escolham o seu próprio destino, que os processos democráticos se concretizem e aprofundem, que os países se tornem verdadeiramente soberanos.

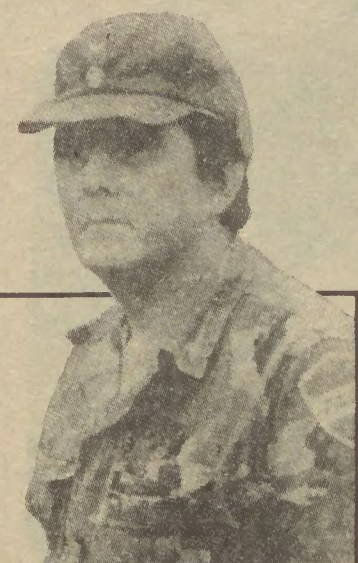
A América Central e as Caraíbas têm sido um permanente campo de ingerência norte-americana, que tem impedido não só o desenvolvimento económico da região como fomentado os conflitos armados, com os seus pesados custos humanos, sociais e económicos.

Para além dos interesses económicos em jogo (exploração de matérias-primas, mão-de-obra barata, circulação do comércio, investimentos lucrativos, etc.), em causa está o valor estratégico da própria região, de grande importância para a chamada «defesa do mundo ocidental», de que os EUA se arrogam ao ponto de ali estabelecerem o que chamam a sua terceira fronteira e zona de segurança nacional.

Os resultados estão à vista.

Os esforços dos países da região para resolverem de forma pacífica os conflitos enfrentam o sistemático boicote do grande vizinho do norte, a quem apenas interessam «soluções» que contemplem a instalação do poder de governos dóceis e submissos à sua vontade.

A administração Reagan, em particular, fez da América Central, muito em especial da Nicarágua, o seu cavalo de batalha. Ao terminar o mandato sem conseguir atingir os seus objectivos, Regan deixa ao seu sucessor uma lição que, a ser devidamente entendida, poderá abrir uma nova era em toda a América Latina: a falência das opções militares, e a inevitável necessidade de respeitar a vontade dos povos. ■

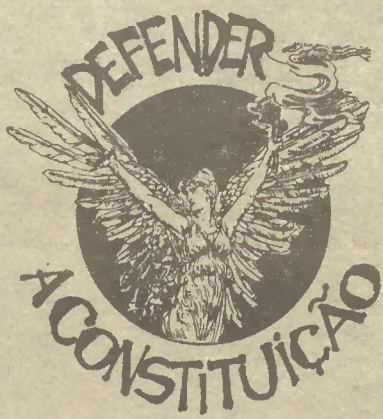


Henrique Bermudez, ex-coronel somozista, defensor da estratégia norte-americana de prosseguir a guerra contra a Nicarágua



Localização das tropas dos EUA estacionadas na região das Caraíbas

■ João Labescat



Constituição da República e regime eleitoral

Successivos Governos e diferentes maiorias têm procurado ao longo destes anos alterar e preverter os princípios fundamentais da nossa constituição eleitoral e das leis que a desenvolvem.

A Constituição eleva a princípio fundamental, como forma de exercício do poder político o sufrágio universal, igual, secreto e periódico.

Direito subjectivo dos cidadãos, o direito de votar e participar nas eleições e o direito de ser eleito, juntamente com os restantes princípios eleitorais, constituem um eixo central do Estado democrático-constitucional e um garante do regime democrático conquistado com o 25 de Abril.

É por esta razão que o PSD aposta nas alterações que propõe ao texto constitucional e nas propostas de lei que já apresentou na Assembleia da República na subversão dos princípios essenciais do direito eleitoral, com o objectivo de adulterar a expressão da vontade popular.

Governo adianta peças do pacote eleitoral

A apresentação na Assembleia da República de algumas das peças que constituem o que se pode designar pelo 5.º Pacote do Governo — o **Pacote Eleitoral** — veio trazer à ordem do dia uma questão que já havia sido equacionada no momento em que foram conhecidos o Programa do Governo e os Projectos de Revisão Constitucional dos diferentes Partidos.

O PSD veio adoptar, também neste caso, a tática de procurar alterar as disposições constitucionais pela via inconstitucional da lei ordinária: ou seja procurar garantir primeiro, o que pode vir a não alcançar através da revisão.

As 3 primeiras Propostas do Governo que visam alterar a lei do recenseamento, a lei eleitoral para o Parlamento Europeu e a lei eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira inscrevem-se numa vasta obra de «engenharia eleitoral» projectada pelo PSD tendente a fabricar mandatos com poucos votos, subvertendo princípios fundamentais consagrados na Constituição da República.

A proposta de lei do **recenseamento eleitoral** (já aprovada na generalidade na Assembleia da República) longe de «aprefeiçoar o sistema e os procedimentos» como afirmava o ministro da Administração Interna, vem eliminar garantias essenciais dos cidadãos, de permanência de inscrição nos cadernos eleitorais, ao mesmo tempo, que permite a inscrição oficiosa de emigrantes no recenseamento.

Debatida já no período em que decorre o recenseamento (que se iniciou a 2 de Maio) a proposta de lei é inoportuna quanto ao período de apresentação e é obscura nas soluções que propõe. Permite a eliminação oficiosa pelas comissões recenseadoras de cidadãos no território nacional (desde que «estas saibam» que houve uma mudança de residência) e aumenta para um mês o período de recenseamento (o que implicaria que os jovens de 18 anos, recenseados pela 1.ª vez não pudessem votar nas eleições para as Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores).

O próprio anteprojecto de Código Eleitoral (elaborado por uma Comissão nomeada para o efeito pelo anterior Governo) garantia que a eliminação de cidadãos dos cadernos eleitorais se fizesse por via jurisdicional.

Na lei eleitoral para o **Parlamento Europeu** (também já apresentada

na Assembleia da República) o Governo vem alargar o direito de voto a todos os emigrantes (até agora só tinham direito de voto os emigrantes residentes nos países da Comunidade), sabendo à partida e as restrições e mesmo impedimentos à liberdade de propaganda e acção de determinadas candidaturas no desenvolvimento das campanhas eleitorais em alguns países (ex: África do Sul e Estados Unidos da América). Sem fiscalização e sem condições de seriedade no acto eleitoral, é o caminho das chapeladas, aberto pelo PSD!

É bom recordar que o Programa do XI Governo prevê igualmente o alargamento do direito de voto aos emigrantes nas eleições para a **Presidência da República**, o que trará naturalmente novas e graves distorções.

A proposta de lei eleitoral para a **Assembleia Regional da Madeira**, a ser aprovada, reduziria o número de eleitos, afectando gravemente o princípio da representação proporcional. Aliás, esta proposta foi claramente construída à medida do PSD para tentar impedir uma representação plural na Assembleia Regional.

Tal como salienta a Resolução sobre a situação política (aprovada na reunião do Comité Central do PCP de 4/5 de Maio de 1988) a política dos Pacotes (onde se insere o eleitoral) «conduzirá, a não ser sustida, a gravíssimas alterações institucionais e estruturais contrárias à Constituição e que representarão uma verdadeira subversão do regime democrático».

Princípios gerais do Direito Eleitoral

Através de uma análise dos objectivos da direita neste domínio, chamaria a atenção para alguns dos princípios gerais do direito eleitoral, constantes do artigo 116.º da Constituição e válidos e vinculativos para todas as eleições.

A designação dos titulares dos órgãos electivos da soberania, regiões autónomas e poder local feita por sufrágio directo, secreto e periódico, as garantias do recenseamento eleitoral, a igualdade de oportunidade e tratamento dos diferentes candidatos, a liberdade de propaganda e o princípio da representação proporcional são antes de mais o garante da genuinidade e da fidelidade na expressão do voto popular.

A Constituição opta pelo sistema da representação proporcional o que logo exige, sob pena de esvaziamento do princípio, que haja círculos eleitorais plurinominais, com

um número de representantes a eleger suficientemente grandes e impede a hipótese de sistemas mistos ou do método maioritário.

O método de Hondt é constitucionalmente fixado para as eleições para a Assembleia da República e as leis eleitorais para outros órgãos electivos vieram-no a adoptar igualmente.

O princípio da representação proporcional e o núcleo essencial dos direitos eleitorais fazem parte dos limites materiais da revisão e são pois princípios essenciais do sistema político-constitucional. (A propósito ver anotações ao artigo 116.º in Constituição da República Portuguesa — Gomes Canotilho e Vital Moreira).

É este o enquadramento constitucional do nosso direito eleitoral. E o **que pretende o PSD impor com o seu projecto?** Moldar a vontade do eleitorado aos seus interesses e fabricar uma realidade político-partidária que não corresponda à realidade eleitoral, distorcendo os princípios e violando os próprios limites materiais da revisão.

O que quer o PSD?

Constituindo um conjunto articulado que abre as portas à manipulação dos resultados eleitorais são particularmente graves as propostas:

- **na eleição da Assembleia da República:** a diminuição do número de deputados para um máximo de 200 e um mínimo de 180 o que poderia corresponder à redução de 70 deputados.

- a existência de um círculo eleitoral nacional (cumulativamente aos círculos regionais ou locais).

- **na eleição do Presidente da República:** a admissibilidade do voto dos emigrantes.

- **nas eleições autárquicas:** a introdução inconstitucional do sistema maioritário para as Câmaras Municipais, fazendo com que o Partido mais votado obtenha artificialmente a maioria absoluta no executivo.

- a possibilidade de voto por correspondência sem limites.

- o enfraquecimento constitucional do princípio de representação proporcional e a sua exclusão dos limites materiais da revisão.

O PSD com as suas propostas pretende monopolizar o regime, fazê-lo à sua medida, forjar maiorias parlamentares onde não há maiorias parlamentares, transformar partidos minoritários em partidos maioritários.

Na tentativa de manipulação de círculos eleitorais o PSD apresenta-se com todo o seu pendor passadista e retrógrado, indo tirar lições à monarquia que para impedir a eleição de deputados republicanos em 1896 dividiu a cidade de Lisboa em dois círculos eleitorais, juntando as áreas rurais circundantes e criando círculos descontínuos.

O PSD quer condicionar a vonta-

de do eleitorado ao PSD e prevenir que seja o eleitorado a condicionar a representação do PSD.

São conhecidos os estudos laboratoriais do PSD em torno da manipulação dos círculos eleitorais por agrupamentos de concelhos com 2, 3 ou 4 deputados.

Repescando velhos propósitos da direita propõe, agora, violando os limites materiais da revisão, a constituição de «executivos maioritários» nas Câmaras Municipais conferindo mandatos, sem votos.

O partido de Cavaco Silva vê o Poder Local democrático à medida do Governo e fora do quadro constitucional que o define. Não são os executivos maioritários a razão de ser da estabilidade nas autarquias. Mas têm sido os governos do PSD a procurar criar a instabilidade, com o corte de meios financeiros, com tutelas abusivas, com o ataque à autonomia local.

O muito trabalho desenvolvido pelos eleitos locais, mesmo em minoria, com destaque para os comunistas, para melhoria de vida das populações são a resposta mais legítima e efectiva à proposta do PSD.

A direita procurou sempre, ao longo dos últimos anos, enfraquecer o regime democrático através da alteração no sistema eleitoral.

Derrotadas as propostas da então AD, em 1979 e 1980 e do PS/PSD em 1983 optou o X Governo pela constituição de uma Comissão para a elaboração de um Código Eleitoral.

É já conhecido o anteprojecto do Código Eleitoral (publicado em separata do Boletim do Ministério da Justiça). Parece, contudo, a atendermos às propostas de lei do recenseamento e à lei eleitoral para o Parlamento Europeu que o XI Governo quer levar ainda mais longe as propostas apresentadas por aquela Comissão.

Os sofismas lançados pela direita de que o actual sistema proporcional criaria a instabilidade governativa e o afastamento entre o deputado e o eleitor, têm vindo a ser negados pelos resultados eleitorais.

No fundo o que querem esconder sob a capa de estabilidade é o projecto de perpetuação no poder, autoritário e antidemocrático, não consentâneo com o Portugal de Abril.

Ensaia diversos países da Europa o sistema misto (proporcional e maioritário) — caso do Alemão — e o sistema maioritário — caso da Grã-Bretanha e da França (V República) têm originado a adulteração da vontade do eleitorado. Basta um exemplo: na Grã-Bretanha o Partido Liberal apesar de ter obtido 19,4% dos votos só elegeu 2,2% dos deputados.

Regime eleitoral nos diferentes projectos

Um rápido e breve cotejo aos diferentes Projectos:

O do **PCP**, mantendo os princípios fundamentais do sistema eleito-

ral, aprefeiçoa e melhora alguns dos seus aspectos: constitucionaliza a CNE conferindo-lhe o estatuto já reconhecido pela Jurisprudência do Tribunal Constitucional; garante aos Partidos da oposição o direito de ser previamente consultados pelo Governo sobre a data de marcação das eleições autárquicas; em relação aos cargos electivos, limita as ineligibilidades aos casos em que haja necessidade de garantir a liberdade eleitoral e a isenção e independência do exercício do cargo.

O do **PS**, não altera o conteúdo do artigo 116.º que define os princípios do direito eleitoral, mantém a representação proporcional como limite material da revisão e dá valor paraconstitucional às leis eleitorais (a aprovar por 2/3 dos deputados).

O do **PRD**, abre a possibilidade das listas de cidadãos concorrerem a todos os órgãos, (actualmente só é possível às Assembleias de Freguesia), limita a possibilidade dos partidos incluírem nas suas listas candidatos que estejam inscritos em partido diferente e a impossibilidade do Presidente da Câmara se candidatar ao 3.º mandato.

O do **CDS**, retira o princípio da representação proporcional dos limites materiais de revisão, cria o sistema maioritário nas Câmaras Municipais.

A **ID** assegura a dimensão máxima dos círculos eleitorais de forma a respeitar o princípio da representação proporcional e os Verdes não alteram qualquer artigo desta área no texto constitucional.

Desta leitura poderá retirar-se, que a direita está isolada nas suas propostas e objectivos de subversão e ruptura em relação ao regime eleitoral democrático da Constituição. Faltando-lhes os 2/3, querem ultrapassá-los agora com novas leis eleitorais.

O **PS** tem vindo a afirmar que combaterá qualquer tentativa de alteração das leis eleitorais com o objectivo de perpetuar um partido no poder, mas manifesta-se ao mesmo tempo disposto a negociar as leis paraconstitucionais.

O projecto de consolidação do poder político do PSD constitui em todas as suas vertentes, adulteração do regime eleitoral, desequilíbrio de poderes da AR e do próprio Presidente da República em favor do Governo, introdução do referendo, (sem regras e sem limites) uma verdadeira ameaça ao regime democrático.

A intervenção popular, em todo o processo da revisão constitucional, é essencial para impedir os desígnios da direita e para que seja o nosso povo a decidir, sem constrangimentos e limites, por ele próprio, quem quer ver à frente do País.

A luta por eleições livres e democráticas não é de hoje. Pelo direito do voto das mulheres e dos jovens, pela igualdade e universalidade do voto, por um regime eleitoral democrático bateram-se durante muitos anos os trabalhadores e o PCP.

Há que continuar a luta. Agora não para conquistar o que garantido está na Constituição. Mas lutar para manter o que levou tantos anos a conquistar. ■

Lei da Rádio

A generalidade dos partidos da oposição requereu por diversas vezes o decreto regulamentar da Lei da Rádio, elaborado pelo Governo, para poder apreciar convenientemente, o que não era um capricho por aí além, dado que a referida legislação se encontrava na Assembleia da República para discussão. Com a maciça formação democrática que se lhe conhece, o Governo fez ouvidos de mercador às pretensões dos membros do órgão de soberania de que, por sinal depende. Ora qual não foi o espanto da oposição quando viu o tal decreto todo escarrapachadinho no «Expresso» da semana passada — isto quando já estava acordado entre todos os partidos terminar a sua apreciação e votação na especialidade, apesar da tal falta. É claro que a oposição

reagiu e levantou um ponto prévio requerendo a presença do secretário de Estado da tutela. E é claro que o PSD não esteve com mais aquelas e votou... sozinho, depois de a oposição se ter retirado em bloco.

Por este andar a Assembleia da República ainda é transformada em centro de convívio dos deputados PSD e o «Expresso» elevado à categoria de «Diário da República».

Divisões

Ao tomarem conhecimento da subida do Clube de Futebol Estrela da Amadora à I Divisão nacional, os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Lisboa descobriram de repente que este clube existia. A descoberta abalou-os tanto que escreveram logo uma carta ao presidente, «felicitando V. Excia, os atletas, treinador», etc. e

manifestando «a sua disponibilidade para ter uma reunião na Amadora, com data e hora a marcar, com a direcção do Estrela da Amadora, a fim de serem analisados os principais problemas que eventualmente tenha o clube neste momento e que a subida da divisão acarreta». Tão desportistas que eles são... Aguardamos agora, com ansiedade, a disponibilidade dos deputados do PSD para com os clubes que vão... descer de divisão.

Modernos

Perorando em Tancos, numa cerimónia a que presidiu na

Base Escola de Tropas Paraquedistas, o faiscante vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, Eurico de Melo considerou que o Estado Português «deve continuar a apadrinhar as unidades de forças especiais, nomeadamente os páraquedistas, pois fazem parte daquilo que se pode chamar as Forças Armadas modernas».

Que o Estado «deva apadrinhar» já é mau, que o faça em relação ao «moderno» e em detrimento do «antigo», fica péssimo, mas que coloque as Forças Armadas sob uma nova hierarquia, que vai da escopeta ao páraquedista, é de gritos.

Pontos Cardeais

Gazetilha

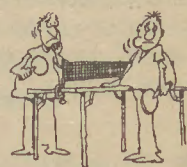
por Ignotus Sum



Sabedoria popular

Está em marcha o novo imposto. Com ele Cadilhe engraça. Mais que projecto, o seu gosto tem o gosto de ameaça.

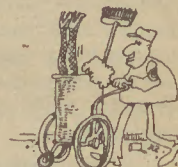
A respeito dessa lei diz sensatamente o Zé:
— O que é isso, eu cá não sei mas bom é que isso não é...



As investidas...

— Pois que invista o Capital! (diz o Cavaco seguro)
Pois que invista o capital e eu juro que é algo o juro!

Governo, de pasto à peste, resolve indecentemente: Se o Capital não investe, investe ele contra a gente...



Critica o Bispo o pacote falso, cruel e brigão. Responde Cavaco ao mote: — Eu cá também sou cristão...

Se Deus mal invoca o traste põe a alma em desgoverno. O Cavaco, já marcaste o teu lugar no inferno?



Por fora e por dentro

Médicos têm a virtude de pôr as cartas na mesa. Dizem eles: A Saúde vale mais do que a Beleza...

... e tanto mais, como agora, quando os reis da alta manutenção são só Beleza por fora, por dentro, é tudo doença...



Os «heróis»

Muda-se às vezes a forma para outra coisa esconder. Barreto ao dizer reforma retorna é o que quer dizer...

Aquele que ao povo tira invocando a CEE quer esconder a mentira com molho de fricassé...

«Herói» que o velho constrói moi para si próprio a fama mais baixa de ser herói que é o «herói» com pés de lama...



Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 752

26 de Maio de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 26

• LISBOA

— No CT Vitória, a partir das 21.00, debate com o camarada Blanqui Telheira sobre Aspectos do Estatuto, da Organização e do funcionamento do Partido.

— **Dia de África:** sessão comemorativa da fundação da OUA, promovida pelas Associações de Amizade Portugal-Angola/Cabo Verde/Moçambique e Movimento Português Contra o Apartheid.

Às 21.00 na Voz do Operário. No final espectáculo musical com artistas de Angola e Cabo Verde.

• CARREGAL DO SAL

Plenário concelhio de militantes, com a participação do camarada Carlos Fraião. No CT de Oliveirinha a partir das 21.30.

Sexta 27

• SINTRA

I Encontro Concelhio da CDU. Às 21.30 no Palácio Valenças.

• ALCANENA

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Francisco Lancinha.



Assembleias da Organização

Sábado, 28

- 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal
- 3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Rio Tinto
- 1.ª Assembleia da Organização de Forte da Casa

Domingo, 29

- 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto
- 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Guimarães
- 3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Pedro da Cova

• SAMORA CORREIA

16.00, no Centro de Trabalho.

• CARTAXO

Plenário da Organização local, às 21.00, no CT.

Sábado 28

• SETÚBAL

5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal. Com a participação do camarada Álvaro Cunha. No Cine-Teatro Luisa Todi.

• MESSINES

Reunião geral de militantes, a partir das

16.00, no Centro de Trabalho.

• RIO TINTO

3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Tio Tinto. Na Esc. Preparatória, a partir das 15.00.

• S. PEDRO DO SUL

Reunião de quadros dos concelhos da região de Lafões. No Salão do Cénico de S. Pedro do Sul, a partir das 21.15, com a participação do camarada Joaquim Gomes.

• BRAGANÇA

Festa-convívio com o grupo «Diapasão» no Jardim Dr. Ant. José de Almeida, a partir das 15.00. Intervenção de Vítor

Martins, da Com. Nac. da JCP.

• LISBOA

Encontro Nac. do PCP sobre a Educação e o Ensino: hoje e amanhã na Faculdade de Letras.

• FORTE DA CASA

1.ª Assembleia da Organização da Freguesia. No Ginásio da Escola Primária, às 14.30.

Domingo 29

• GUIMARÃES

3.ª Assembleia Concelhia de Guimarães. Nas Escolas Preparatórias Prof. João da Meira, com início às 10.00.

• TAROUCA

Encontro concelhio de eleitos e activistas da CDU. Na Casa do Povo de Mondim da Beira a partir das 9.00.

• MIRANDELA

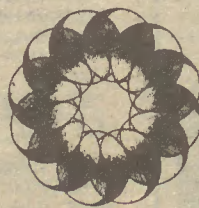
Almoço de convívio promovido pela Com. Coordenadora (concelhia) da CDU, com a participação de Serafim Brás, do CC do PCP, e arq. Albino Mendo, da ID. A partir das 13.00 na Escola Secundária de Mirandela.

• SETÚBAL

Excursão à Cooperativa «A Esquerda Vencerá», em Pias, organizada pelos camaradas da freguesia da Anunciada.

28.5.88 — C.T. VITÓRIA

1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO PCP NOS HOSPITAIS CIVIS de LISBOA



28.5.88 — C.T. VITÓRIA

• ALCABIDECHÉ

Plenário de militantes da freguesia, no Centro de Trabalho, às 15.30, com a participação do camarada Licínio Falé, do CC.

• PORTO

2.ª Assembleia da Organização Local do Porto na Faculdade de Economia, a partir das 9.30.

• S. PEDRO DA COVA

3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Pedro da Cova. Com início

às 15.00, na Escola C+S (Regadas).

• LISBOA

Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social. No Hotel Roma.

Segunda 30

• ALMADA

Sessão promovida pela URAP — núcleo do Seixal na Academia Almadense, evocativa da sessão que naquela sala, há 30 anos, consagrou a unidade de toda a Oposição em torno da candidatura de Humberto Delgado. A partir das 21.30.

Terça 31

• LISBOA

Plenário de médicos do PCP do distrito de Lisboa, com a participação do camarada Carlos Brito. Às 21.30 no CT Vitória.

Quarta 1

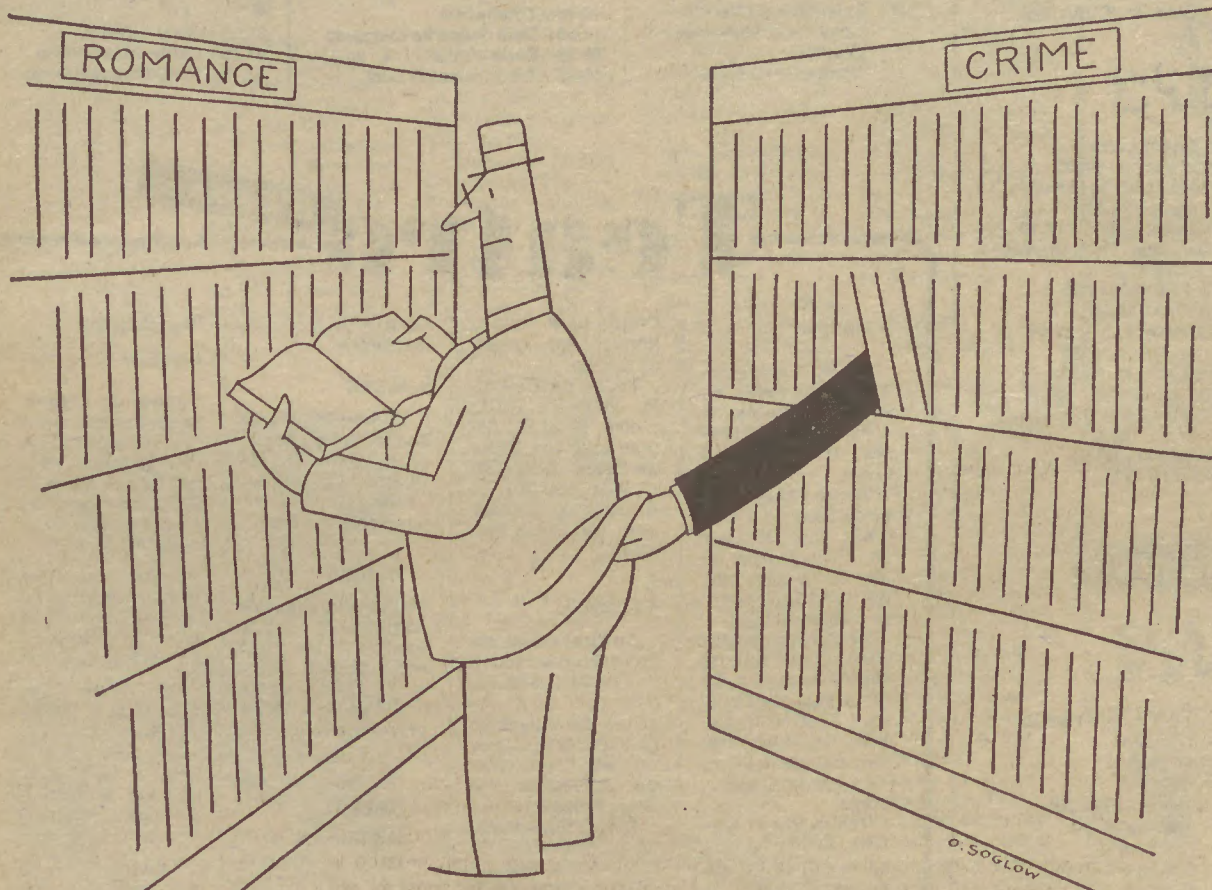
• SEIXAL

Novas Tecnologias na área da In-

formação — debate promovido pela SIP da DORS com a participação dos camaradas Ruben de Carvalho, do CC e chefe-de-redacção do «Avante!», e Marques Pinto, da RTP. No CT do Seixal.

• LISBOA

Plenário de enfermeiros do PCP do distrito de Lisboa. Às 20.00 no Centro de Trabalho Vitória.



SOGLOW, Otto — EUA, in «The New Yorker»



ENCONTRO NACIONAL DO PCP SOBRE SEGURANÇA SOCIAL

29 de MAIO DE 1988
LISBOA, HOTEL ROMA

Perestroika

A Política Interna e Externa do PCUS

Conferências

pelo prof. Alexandre Galkin

Vice-Reitor do Instituto de Ciências Sociais do CC do PCUS

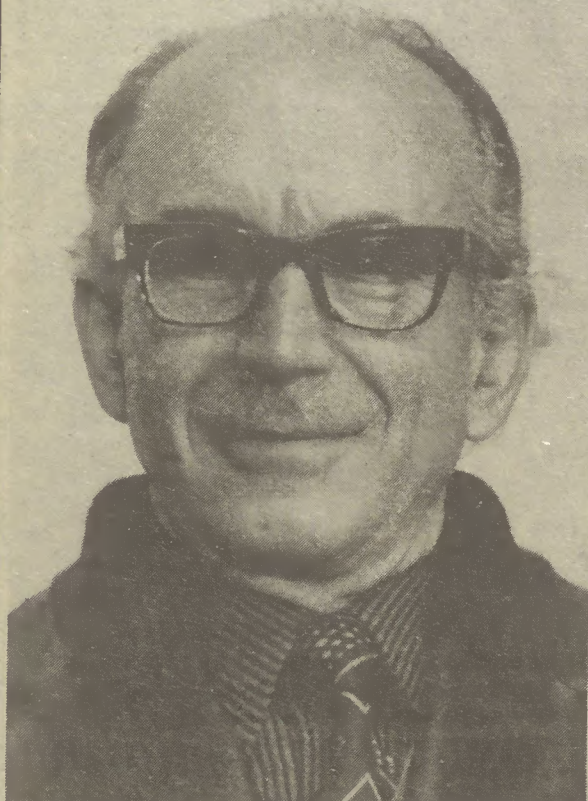
Aveiro — Salão Cultural da CM, dia 26, 21.30

Guimarães — Biblioteca Pública C. Gulbenkian dia 27, 21.30

Matosinhos — CT do PCP, dia 28, 15.30

V. N. Gaia — CT do PCP, dia 28, 21.30

Póvoa de Varzim — CT do PCP, dia 29, 21.30



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Quinta ²⁶

RTP1

09.00 - Bom dia
10.00 - As Dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra» (30.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Roque Santeiro» (160.º epis.)
21.15 - Primeiro Andamento
21.50 - Telemundo
22.20 - Série «Quando a paixão se apaga» (2.º epis.)
23.20 - 24 Horas
23.50 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.05 - Pano para mangas
15.35 - Série «Um Copo Cheio de Neve» (últ. epis.)
16.40 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes» (257.º epis.)
18.00 - Ponto por Ponto
19.05 - Formula One
20.00 - Série «Cidade Nua» (97.º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Magazine «Convite»
22.00 - Série «As Teias da Lei»
22.45 - Série «Século XX» — A revolução 20 anos depois (4.º e últ. epis.)

Sexta ²⁷

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Roque Santeiro»
21.10 - Homenagem a Carolina Cortesão
21.25 - Série «Contos e Vigários» (6.º e últ. epis.)
22.20 - O Programa das Festas
22.50 - Série «Tribunal de Polícia» (6.º epis.)
23.20 - 24 Horas
23.50 - Remate
24.00 - Pela Noite Dentro: «O Irmão Gémeo», real. Jeff Bleckner (EUA/1985)

RTP2

13.15 - Totally Live
14.05 - Agora, escolha - 15.35
Série «Desafio Mundial» (3.º epis.) - 16.30
Trinta Minutos Com... - 17.10
Telenovela «Os Imigrantes» - 18.00
Ponto por Ponto - 19.05
Formula One - 20.00
Série «Cidade Nua» - 21.00
Jornal das Nove - 21.30
Montra de Livros - 21.35
Clube de Jornalistas - 22.10
Série «Terra Vermelha» (1.º epis.) - 23.40
Entre Barreiras - 00.05
Troféu

Sábado ²⁸

RTP1

09.00 - Juventude e Família
12.05 - Trânsito
12.30 - TV Mulher
13.00 - Notícias
13.10 - Fauna e Flora de Namaqualand
14.00 - Parlamento
14.30 - Concurso «Sobe e Desce»
16.10 - Série «Petzi» (13.º e últ. epis.)
15.55 - Sessão da Tarde «Kenny Rogers, o Jogador», real. Dick Lowry (EUA/1980)
17.35 - Série «Capitão Power» (10.º epis.)
18.00 - Vivamúsica

TV ^{O Programa}

19.00 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Boletim Meteorológico
21.25 - Série «Sim, Sr. Primeiro-Ministro» (6.º epis.)
22.00 - Gala Nova Gente
23.10 - Cinema na Meia Noite «O Espantalho», real. Jerry Schatzberg (EUA/1973)

RTP2

09.00 - Compacto Totally Live
13.15 - Compacto «Selva de Pedra»
16.00 - Troféu
20.00 - Music Box especial «Off The Wall»
20.50 - Uma Boa Ideia
21.15 - Série «Os Caminhos do Exílio» (4.º e últ. epis.)
22.10 - Concorde ou Talvez Não
23.45 - Música n'América.

Domingo ²⁹

RTP1

09.00 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.30 - TV Rural
13.00 - Notícias
13.10 - Série «A Cidade e o Rio» (2.º epis.)
13.40 - Série «O Director de Turma» (3.º epis.)
14.00 - Série «O Mundo da Natureza» (6.º epis.)
14.50 - Primeira Matinée: «Sempre em Festa», real. Charles Walters (EUA/1947)
16.30 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série «O Justiceiro» (2.º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Série «Humor de Perdição»
21.55 - Série «Pavilhões Distantes»
23.05 - Domingo Desportivo

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
12.30 - Série «O Meu Carro tem 100 Anos» (11.º epis.)
12.55 - Music Box Especial
13.55 - Caminhos
14.25 - Novos Horizontes
15.00 - Troféu
17.00 - Série «O Mundo de Smithsonian» (9.º epis.)
17.50 - Série «5.ª Dimensão» (23.º epis.)
18.40 - Piano Bar
19.40 - Série «Quem Sai aos Seus...»
20.20 - Troféu
22.25 - Cineclube «O Meu Caso», real. Manoel de Oliveira (Portugal/França/1986)

Segunda ³⁰

RTP1

9.00 - Bom dia
10.00 - As dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da tarde
13.35 - Ciclo preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim meteorológico
20.15 - Telenovela «Roque Santeiro»
21.05 - Série «Mátria»
21.35 - Concurso «Com pés e cabeça»
23.25 - 24 horas
23.55 - Remate

RTP2

13.15 - Totally live
14.05 - Agora, escolha!
15.35 - Barenboim interpreta Liszt
16.35 - Trinta minutos com...
17.10 - Telenovela «Os imigrantes»
18.00 - Ponto por ponto
19.10 - Formula One
22.05 - Série «Cidade nua» (99.º e últ. epis.)
20.05 - Cem obras de arte portuguesa
21.00 - Jornal das nove
21.30 - Montra de livros
21.35 - Ópera: «A italiana em Argel», de Rossini, pela Companhia do Teatro Nacional de S. Carlos

Terça ³¹

RTP1

9.00 - Bom dia
10.00 - As dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da tarde
13.35 - Ciclo preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim meteorológico
20.10 - Vamos jogar no Totobola
20.30 - Telenovela «Roque Santeiro»
21.20 - Programa da Direcção de Informação
22.25 - Série «Pulasky, detective privado» (3.º epis.)
23.30 - 24 horas
24.00 - Remate

RTP2

13.15 - Totally live
14.05 - Dois dedos de conversa
15.35 - Série «Dallas» (14.º epis.)
16.35 - Trinta minutos com...

17.10 - Telenovela «Os imigrantes»
18.00 - Ponto por ponto
19.05 - Formula One
20.05 - Série «O fugitivo» (1.º epis.)
21.00 - Jornal das nove
21.30 - Montra de livros
21.35 - Série «Lá em casa tudo bem»



22.10 - Cinemadois «Alex e Mireille» («Boys meet girls»)

Quarta ¹

RTP1

9.00 - Bom dia
10.00 - As dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da tarde
13.35 - Ciclo preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim meteorológico
20.10 - Eu, Pessoa
20.20 - Telenovela «Roque Santeiro»
21.15 - Lotação esgotada: «Uma mulher de sonho», real. Blak Edwards (EUA/1979)
23.35 - 24 horas
00.05 - Remate

RTP2

13.15 - Totally live
14.05 - Agora, escolha!
15.35 - Piano bar
16.35 - Trinta minutos com...
17.10 - Telenovela «Os imigrantes»
18.00 - Ponto por ponto
19.05 - Formula One
20.00 - Série «O fugitivo»
21.00 - Jornal das nove
21.30 - Montra de livros



21.35 - Série «Joana»
22.25 - Clube de Imprensa
23.10 - Fantasia e realidade

Teatro

• LISBOA

IFICT, R. Santiago, 19. Diariamente às 21.30. As Portas, de Amadeu Lopes Sabino, enc. Alberto Lopes.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A Rua, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. Três Irmãs, de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela Cornucópia.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, As Duas Cartas, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00.

Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

Torre de Belém, Pç. do Império. De 3.ª a dom. às 21.30. Segismundo na Torre de Belém, adapt. de «A Vida É Sonho», de Calderon de la Barca, enc. de Jorge Lis-topad.

• PORTO

Cooperativa do Povo Portuense, R. de Camões, 578. De 3.ª a dom. às 21.45, sáb. e dom. também às 16.00. Antígona de Sófocles/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela Seiva Trupe.

Teatro Experimental do Porto. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Médico à Força, de Molière, enc. Roberto Merino.

Teatro dos Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. O Passaro Verde, de

Carlo Gozzi, pelos Co-mediantes.

• ALGÉS

1.º Acto - Clube de Teatro. 6.ª e sáb. às 21.30. Memórias de Guerra, textos de Ru-zante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. Dona Rosinha a Solteira, de Federico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite (estreia prevista dia 27).

• BRAGA

Teatro Circo, de 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. Com a Arma de Bogart, de Renato Solnado, enc. de António Fonseca, pela CENA - Companhia de Teatro de Braga.

Para Crianças

• LISBOA

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimentas, 6-A. Sáb. às 16.00, dom. às 11.00. A Moda da Minha Avó, pelo Teatro de Animação os Papa-Léguas.

Teatro Nacional, Sala Garrett. Sábado, às 16.00. Zaca Zaca, de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. feriados, às 16.00. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. de Kim Cachopo.

Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom. às 11.00. O Leão Enganado, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Atracção Fatal	—	★★	★★	★★	★★
B Diabo no Corpo	★	★★★★	★★★★	★★★★	—
C O Feitiço da Lua	★★★★	—	★★	★★	★★
D Império do Sol	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
E Jogo Fatal	★★★★★	★★★★	★★★★	—	—
F O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Adrian Lyne — **Berna** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Estúdio** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) **S. Jorge/2** (14.00, 16.45, 19.15, 21.15) — **Lisboa**.
B — Real. Marco Bellocchio — **Mundial/3** (14.00, 16.15, 19.00, 21.45) — **Lisboa**.
C — Real. Norman Jewison — **Alfa/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15); **Amoreiras/1** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); **Fonte Nova/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Gemini** (15.00, 18.00, 21.30); **S. Jorge/3** (15.30, 18.30, 21.30) — **Lisboa**.
D — Real. Steven Spielberg — **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Amoreiras/5** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30) — **Lisboa**.
E — Real. David Marnet — **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
F — Real. Bernardo Bertolucci — **Condes** (14.15, 18.15, 21.30), **Fonte Nova/1** (14.15, 17.45, 21.00).

Jazz

Em Lisboa decorre o festival «Jazz na Cidade 88». De hoje a domingo realizam-se ainda quatro concertos, os três primeiros no Pavilhão de «Os Belenenses».

Com os seguintes participantes:

— hoje, **Quarteto de Carlos Martins** e, de seguida, um trio formado por **John MacLaughlin**, **Jeff Berlin**, **Trilok Gurtu**;

— amanhã **Archie Shepp**, **Urled Pedersen** e **Horace Parlan** e, depois, um agrupamento liderado por **Abdullah Ibrahim**;

— sábado, o quarteto de **Larry Coryell** e, também, o especialmente aguardado quarteto de **Max Roach** — com **Cecil Bridgewater**, **Oden Pope**, **Tyrone Brown** e **Max Roach**.

O último concerto deste festival realiza-

-se no domingo às 16.00, no Coreto do Jardim da Estrela, com entrada livre, tocando a **Young Tuxedo Brass Band** (trompetes, tuba, saxofone, clarinete, bateria).

Mais música

O recital de piano por **Shirley Anne Seguin** na próxima segunda-feira às 18.30, e o único concerto programado esta semana para o Grande Auditório da Fundação Gulbenkian.

No S. Luís prossegue o ciclo preenchido com música do tempo dos Descobrimentos. No domingo, às 11.00, com os grupos **Coral Vértice** e **Capela Lusitana**; na terça-feira, às 18.30, com os **Segreiros de Lisboa**. Entrada livre.

Igualmente com entrada livre é o recital de canto e guitarra que terá lugar hoje às 18.00 na Sociedade Portuguesa de Autores (Av. Duque de Loulé, 31).

A **Nova Filarmónica Portuguesa** — orquestra dirigida por **Álvaro Cassuto** — interpreta obras de **Sousa Cardoso**, **Mozart**, **Marcos Portugal**, **Rossini**, **Braga Santos** e **Beethoven** em concertos no **Porto** (hoje, às 21 e 30, **Palácio da Bolsa**), em **Coimbra** (dia 27, às 21.30, **Teatro Gil Vicente**), **Santarém** (28, às 18.00, na Igreja da Graça).

Do **Festival de Música do Algarve**, destaque para os recitais de guitarra clássica pelo **Trio Holandês de Guitarras** que se realizam em **Portimão** (dia 27 às 21.30, Igreja Matriz) e **Olhão** (28, às 21.30, Igreja Matriz), para os concertos de música de câmara com **Pavel Kogan**, violino, e **Nina Kogan**, piano, que terão lugar em **Lagos** (dia 29, às 21.30, Igreja Santa Maria) e **Faro** (30, às 21.30, Teatro Lethes).

Dança

Dois espectáculos de música e dança tradicional indiana na **Fundação Gulbenkian**: hoje às 21.30 e amanhã às 18.30.

No **Porto**, o Ballet Gulbenkian apresenta-se hoje às 21.30. **Teatro Rivoli** com «Presley ao Piano», o espectáculo de **Olga Roriz** recentemente estreado.

Paul Robeson e Helga Dorn — amanhã, dia 27, às 18.30 (um e outro em versões originais).



PORTO
FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE EXPRESSÃO IBÉRICA
C. R. L.

FITEI

A 11.ª edição do FITEI começa hoje no Porto com dois espectáculos por companhias vindas da América Latina: **Carlos Alberto**, às 22.15, o Grupo Brasileiro de Ballet representa **A Casa de Bernarda Alba**, de Lorca; no Teatro do Campo Alegre, às 23.30, pode ser visto o Grupo Teatral do Centro Português de Caracas na peça de Humberto Orsini **La Verdadera Historia de Alma Llanera**.

O Festival prosseguirá até ao dia 12 e conta com a participação de numerosos grupos portugueses e estrangeiros, destacadamente brasileiros.



Cinema

Com **Pliumbum**, ou **Um Jogo Perigoso**, de **Vadim Abdrachitov** (um filme de 1986), prossegue hoje o ciclo organizado pelo **ABC Cine-Clube de Lisboa** com cinema soviético dos anos 80.

No Quarteto, às 18.45.

Próximo (e último) filme do ciclo: **O Arrependimento**, de **Tenghiz Abuladze**, a projectar na próxima 3.ª feira, dia 31, na mesma sala e à mesma hora.

De sessões especiais anunciadas para várias salas de Lisboa, destaque para as do **Forum Picoas**: nos dias 27 e 28 **Broadway**, **Danny Rose**, de **Woody Allen**, e dia 29 **Roma Cidade Aberta**, de **Roberto Rossellini**.

Na **Cinemateca**: — filmes de **Pre-minger**: **Anatomia de Um Crime** (1959) (dias 28 e 31, às 21.30) e **Tempestade Sobre Washington** (1962) (dia 30 às 21.30).

— de **Billy Wilder**: **A Águia Solitária** (1957) (dia 28, às 18.30) de **Hitchcock**: **A Janela Indiscreta** (1954) (dia 28, às 15.30); — de **André Techiné**, em antestreia: **«Les Innocents»** (1987) (dia 27, às 21.30).

Ainda na **Cinemateca**, dois filmes da **Cinemateca Sulca** — raros entre nós: **Frauentot**, **Frauentot**, **Frauentot** (1929) — uma obra de **Tissé** com supervisão de **Eisenstein** — hoje às 21.30, e **Boderline** (1930, de **K. Macpherson**, com

Cultura popular

Na Casa do Alentejo a sessão de apresentação da 2.ª edição de «Poetas Populares Alentejanos», de **Modesto Navarro**, a realizar na próxima 3.ª feira às 18.30, vai ter o concurso do Grupo de Tocadores de Viola Campanica e Cantadores de Despique, de **Castro Verde**; de três cantadores de Salão a Despique, de **Alandroal**, e de poetas populares de **Aljustrel**, **Montemor**, **Alandroal**, **Vale de Vargo** — Coordenados, nesta apresentação, por **Mário Barradas**.

Também na Casa do Alentejo estará patente nos dias 27 e 28 uma mostra de artesanato de **Viana do Alentejo** e **Portel**, numa iniciativa da **CM de Viana do Alentejo**. No último dia, a partir das 19.00, haverá um espectáculo com o grupo etnográfico «Seara Nova».

Exposições



Jair Mendes

• LISBOA

Álvaro Carneiro — Escultura. Soc. Nac. de Belas-Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a Dom. das 14 às 20 horas. (Até 9/6).

Ana Aragão — Pintura. Gal. O Varandim, Pç. Bernardino Machado, 11-B. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb. só de manhã. (Até 4/6).

Arte Portuguesa no Século XIX — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (excepto à 2.ª até 31/5).

Cabrita Reis — Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/6).

Caseirão — Pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (Até 30/5).

Chichorro (Moçambique) — Pintura. Gal. Sta. Justa, 93-2.ª. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 5/6).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro». — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª

a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Edith S. Ambuhl — Desenho. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 5/6).

Escultura Contemporânea de Moçambique (colectiva). Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 1/6).

«Faiança Portuguesa em Amsterdão» — Museu Nacional de Arte Antiga. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 5/6).

Filipe Rocha da Silva — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Helena Almeida — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 31/5).

Helena Justino — Pintura. Gal. Artex, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã. (Até 10/6).

Joaquim Bravo — Desenho. Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna (até 27/6).

Jorge Guimarães — Pintura. Aliança Francesa, R. Braamcamp, 13. 1.ª. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30. (Até 27/5).

José de Freitas Cruz — Pintura. Gal. Janela Verde, R. do Ollival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 31/5).

José Manuel Soares — «A aldeia de Monsanto», pintura. Gal. da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20-C. Das 16.00 às 24.00 (Até 30/5).

Kira — Pintura. Gal. Fonte Nova, C.C. Fonte Nova, Estrada de Benfica. Das 10.00 às 24.00 (Até 27/5).

Laranjeira Santos — Escultura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às

19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 31/5).

Lenços de Namorados — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Mário Cesariny — Pintura, técnicas variadas. Gal. EMI, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 17.00 (Até 9/6).

Martins Correia — Escultura e desenho. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167.

Milica Bravacic (Jugoslávia) — Pintura. Gal. das Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 6/6).

Minoru Nilzuma — EsR. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Paula Rego — Pintura (retrospectiva). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 5/6).

«Por Mar e Terra...» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

Rogério de Freitas — Pintura. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 31/5).

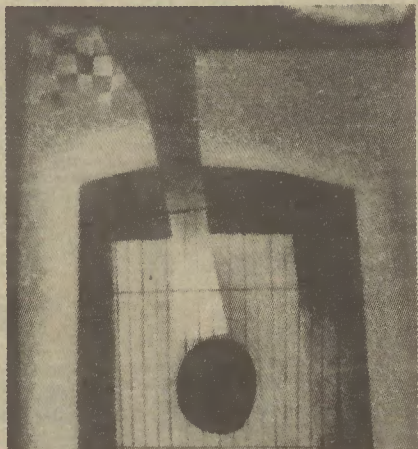
Sérgio Fonseca — Pintura. Gal. Miron, R. do Mirante, 14. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 30/5).

Silva Palmeira — «Lisboa, Cidade Mulher», pintura. Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30, sáb. das 10.30 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (Até 31/5).

Teatros de Papel (sécs. XVIII, XIX, XX). Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 9.00 às 23.00 (até 13/6).

Vítor Pi — Pintura e desenho. Centro de Estudos Judiciários, Lg. Limoeiro. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.30 (até 27/5).

Vítor Ribeiro — Escultura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9. De 3.ª a sáb. das 17.00 às 20.00 (até 8/6).



Chichorro

• PORTO

António Melo — «As Grandes Invasões», pintura. Gal. JN, R. Gonçalo Cristovão, 195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Fernando Marques Oliveira — Pintura. Coop. Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1 (até 30/5).

Fernando Pinto Coelho e Helena Liz — Pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

Sebastião Resende — Pintura, desenho, escultura. Gal. Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 67-68 (Até 31/5).

• OUTRAS LOCALIDADES

Argentina Zamora — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 24/6) **ALMANSIL**.

«20 Pintores Contemporâneos» (Armando Alves, Arpad Szénes, Jorge Pinheiro, Resende, Cargaleiro, Tudela, Rogério Ribeiro, Vieira da Silva, outros). Gal. do Casino, das 15.00 às 24.00 (até 29/5). **ESTORIL**.

Maria Beatriz — Pintura. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. (Até 5/6). **LOURES**.

Anos 60 — Documental sobre Maio de 68. Museu de Setúbal/Convento de Jesus. De 3.ª a dom. das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 (até 31/5). **SETÚBAL**.

«A Descoberta do Palácio» — Colectiva de Artes Plásticas sobre o Palácio Nacional de Sintra. No Palácio, das 10 às 12 e das 14

às 17 horas. (Até 5/6) **SINTRA**.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. **TAVIRA**



Excursão jovem à URSS

De 26 de Agosto a 5 de Setembro

Moscovo-Kiev-Leninegrado

Inscrições já abertas na sede da JCP (Rua Sousa Martins, 8 — Lisboa, telefones 530944 e 557364). Preço: 80 mil escudos, para jovens até 35 anos.

Tempo

Fim de Semana



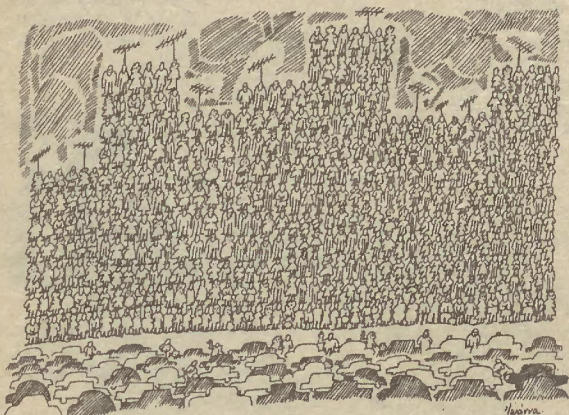
Tempo para o fim-de-semana: Céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do interior. Vento fraco ou moderado de noroeste. Neblinas matinais.

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.



Cesariny

a TV



Isto é o que é

Os juniores portugueses tiveram uma excelente carreira no plano europeu.

Então Silva Resende foi visitar o Primeiro-Ministro e o Telejornal, pois está visto, lá foi saber coisas, tinha a sua graça se o Telejornal deixasse de comunicar os grandes acontecimentos nacionais! Credo, nem eu quero isso!

Que disse Silva Resende, a respeito desse encontro? Disse que o Primeiro-Ministro tinha ficado muito sensibilizado com as vitórias do grupo juvenil e manifestara o seu contentamento e o seu interesse.

Resende acha que o Primeiro-Ministro faz bem. Porque o futebol representa uma importante «ocupação dos tempos livres da juventude, uma grande carreira para o seu futuro e sobretudo o grande lazer social que se põe a toda a juventude e a toda a sociedade».

Se me permiti sublinhar aquela passagem é apenas para sugerir o que no fundo preocupa o poder: a utilização do desporto como «lazer social», ou seja, como consumo passivo.

O sublinhado não é abusivo. Repare-se naquele **sobretudo** que sem querer se escapou dos lábios do entrevistado...

A verdade é que o Governo nada faz e nada prevê para a prática efectiva do futebol por parte da juventude: nem campos, nem técnicos, nem material, nem as condições mais elementares. Os êxitos dos nossos jovens são conseguidos à margem de qualquer programa elaborado de desenvolvimento desportivo.

Isto é o que é. O resto, por parte do Telejornal, sabemos nós o que é...

Análise ou fofoca?

Notícias da Hungria. Na falta de um jornalista da casa, a RTP socorreu-se de uma colaboração exterior. Um «especialista»...

A referência foi um conjunto de análises superficiais e de fofocas, com muitos nomes à mistura. Não houve informações concretas, objectivas? Houve. Foi tudo um acervo de subjectivismos, de desejos, de adivinhações? Claro que não. Nestas coisas é preciso pôr sempre uma pimentazinha de verdade, quanto baste...

Uma informação concreta, no entanto, estarreciu os telespectadores. Foi quando o especialista mencionou o descalabro social na Hungria. Po exemplo o desemprego. Aquilo é uma coisa tramada. Imagine que o número de desempregados na Hungria atinge um valor astronómico. Eles ascendem... a 30 mil...

A Hungria é um país que praticamente se equipara ao nosso em extensão e número de habitantes: tem 93 mil quilómetros quadrados e dez milhões de habitantes.

Fala-se nos 30 mil desempregados da Hungria, e comparando-os com os 500 mil que há (para mais e não para menos) no nosso país, atinge o tecto do ridículo...

Sem esquecer o muito que se cala: nível cultural, nível de vida, previdência, regalias sociais, etc., etc.

Mas isto não interessa. O que interessa é a fofoca, através da qual, habilidosamente, se insinuam preocupações doutro género...

Ainda o «critério»

Há coisas que, por mais que um sujeito queira manter a calma, não deixam de causar indignação. Hipocrisia, falsificação, descaramento — mas tanto também não, caramba, não exagerem!

Vem diante das câmaras um responsável da informação na RTP (que se diz, o que acresce a gravidade, avalizado pela administração!) e declara que a Televisão é isenta, que não privilegia nem o poder, nem a oposição! É tudo uma questão de critério jornalístico...

É por critério jornalístico que o Telejornal mete, em cada edição, por vezes, cinco e seis ministros a dizer banalidades...

É por critério que, sábado e domingo, mete em todos os noticiários imagens da reunião da juventude da JSD...

É por critério que possui câmara privativa para cobrir as passeatas do Primeiro-Ministro, recebido nas aldeias «com banda, foguetes e muita população» (onde foi, há muitos anos, que eu ouvi isto?) passeatas onde entrega uma chaves de habitações, inaugura um lar de terceira idade e só não implanta um chafariz porque enfim...

Trata-se de pura propaganda. Quando se confunde propaganda com critério jornalístico, o que é que se há-de pensar de certa informação?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A saúde está em foco. Não é propriamente a descoberta da pólvora sem fumo, sobretudo para aqueles que necessitam de recorrer aos serviços dos hospitais e centros de saúde...

Mas o facto é que se está a tornar cada vez mais evidente que, nisto de falta de saúde, as responsabilidades maiores cabem aos governos e aos governantes que tivemos e que temos, à política que levaram e levam a cabo.

Com a luta dos médicos, com a interpelação do PCP na AR, com problemas que já não cabem no silêncio pactuante, a política de saúde de Leonor Beza e Cavaco Silva teve esta semana lugar de destaque em todos os jornais.

«Não fui eu, foi ele»

• «Em pouco mais de dois anos e meio, desde a posse a 6 de Novembro de 1985, Leonor Beza conseguiu que a classe médica decretasse, autonomamente, 19 dias de paralisações, a que se juntou mais de uma semana de greve de zelo.

A pesada contabilidade do descontentamento e protesto dos médicos surpreendeu a opinião pública, e converteu um sector socialmente pacífico num vulcão de agitação. A causa radica na complexidade dos problemas, nos erros e carências, vícios e falhas. Mas, também há quem aponte à ministra erros crassos, que um voluntarismo, pontuado por atitudes eleitoralistas, não conseguiu esconder. «A ministra não sabe escolher quem a rodeia», diz um técnico, conhecedor de vários ministros e estilos, que já não se surpreende com a sucessão de planos e projectos.

«Não fui eu, obviamente, que escolhi vir para a Saúde. Foi o sr. Primeiro-Ministro que entendeu dizer-me que eu devia ser ministra da Saúde. Devo dizer que na altura foi uma enorme surpresa. Nunca me tinha passado pela cabeça e tive alguma dificuldade em perceber a opção do sr. Primeiro-Ministro».

Em entrevista à revista «Crítério», dos estudantes da Universidade Católica (respiçada por um vespertino a 28 de Janeiro deste ano), Leonor Beza fala da sua entrada para o Ministério da Saúde. («O Jornal», 20 de Maio de 1988)

Médicos: ampla unidade

• «Os médicos vão de novo para a greve, nos dias 6 a 9 de Junho, por proposta da Comissão Coordenadora dos Sindicatos Médicos, ontem fortemente apoiada durante uma assembleia que se realizou nas instalações da FIL, em Lisboa, e que foi considerada a maior reunião do sector.

Um dos pavilhões da Feira Internacional de Lisboa encheu-se com clínicos vindos de todo o País, para participarem no que chegou a ser designado como «jornada histórica».

Na mesa encontravam-se o bastonário da Ordem dos Médicos, Machado Macedo, e representantes de cada uma

das secções regionais deste organismo».

(...)

Jorge Brandão, da Coordenadora dos Sindicatos do Sul, declarou que ainda não tinham conhecimento de qualquer reacção do Ministério aos resultados da greve dos dois últimos dias, o que considerou não ser de admirar.

Ao que garantiu, «Leonor Beza diz-se aberta ao diálogo, mas não responde às cartas que lhe são enviadas, nem aos pedidos de audiência feitos desde Dezembro do ano passado».

A greve dos últimos dois dias, segundo as estruturas sindicais, deverá ter mobilizado mais de 90 por cento dos médicos a nível nacional.

Na zona Sul, a adesão à greve terá atingido os 95 por cento e, segundo Mário Jorge, vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Sul, foram registadas percentagens de paralisação que variaram entre os 70 por cento, em São Francisco Xavier, e os 100 por cento, em Santa Cruz e São Roque.»

(«Diário de Notícias», 21 de Maio de 1988)

• «A Relação entre os médicos e a actual equipa do Ministério da Saúde está totalmente deteriorada. A única coisa a fazer, na minha opinião, será substituir esta equipa por outra que esteja disposta a dialogar com os médicos. «Foi com esta opinião pessoal» que Machado Macedo, bastonário da Ordem dos Médicos, apresentou ao Expresso aquela que é actualmente a principal reivindicação desta classe — ainda que nunca tenha sido formalmente exigida.

Machado Macedo fez esta declaração ontem no decorrer de uma das maiores assembleias médicas nacionais de sempre, que teve lugar nas instalações da FIL — com cerca de 2000 médicos presentes, segundo algumas estimativas.

A assembleia, que quase assumiu a forma de um comício partidário e serviu, antes de mais, para vincar a firmeza dos médicos contra a actual política de Saúde (como «válvula de escape», segundo as palavras de um sindicalista), foi utilizada pelo bastonário da Ordem para relatar de forma muito sucinta a audiência concedida pelo Primeiro-Ministro ao organismo a que preside e para que os sindicatos anunciassem formalmente a próxima greve de 6 a 9 de Junho.

Quanto ao facto de se encontrarem unidas nesta con-

testação à actual titular da pasta da Saúde estruturas com orientações políticas e sensibilidades tão distintas como a Ordem e os vários sindicatos, Machado Macedo considerou não haver qualquer mal entendido nessa identidade de pontos de vista: «É evidente que existem na classe diferentes concepções do que deve ser a política de Saúde, mas, recusando-se ao diálogo, a ministra fez com que deixassem de estar em causa as diferentes opções políticas ou técnicas e passasse a tratar-se de uma questão de princípio, perante a qual não existem diferenças de pontos de vista.»

(«Expresso», 21 de Maio de 1988)

PSD: a «pontapé»

• «As posições assumidas por Leonor Beza ao longo do processo, levando a marcação de nova greve por parte dos médicos, estão a ser contestadas no seio do seu próprio partido.

«A situação começa a ser de conflito» disse, o Jornal de O Dia, uma fonte do PSD que pediu o anonimato.

Mesmo personalidades que inicialmente apoiavam Leonor Beza incondicionalmente, começam a considerar que ela terá ido longe de mais, colocando o Governo e o Primeiro-Ministro numa situação delicada» — disse-nos a mesma fonte.

«Há quem diga mesmo que o comportamento da ministra mais parece uma birra».

Quanto à eventualidade de Leonor Beza se demitir a mesma fonte declarou que isso não é previsível, «embora seja esperado no interior do PSD».

«Não podemos esquecer — acrescentou a mesma fonte — que entre os médicos há uma grande percentagem de social-democratas que contestam as posições de Leonor Beza, e isso não é bom para o próprio Partido».

(«Jornal de O Dia», 22 de Maio de 1988)

• «A ministra da Saúde, Leonor Beza, «aceitou receber» no próximo dia 30 o bastonário da Ordem dos Médicos, professor Machado Macedo, numa tentativa para se encontrar uma solução para o diferendo que opõe a ministra aos médicos portugueses.

Segundo o «Jornal de O Dia» apurou junto de fonte autorizada, que por razões óbvias solicitou o anonimato, poucas são as possibilidades de êxito dadas as posições extremadas de ambas as partes e o clima de descontentamento que grassa na classe médica pela atitude «nada dialogante da titular da pasta da Saúde».

A «flexibilidade» agora apresentada por Leonor Beza não deverá levar Machado Macedo a alterar a posição assumida até agora, tanto mais que a Ordem conta com o apoio de um número substancial de personalidades no interior do próprio PSD, que dão razão aos médicos e não se mostram inclinados para a posição de Leonor Beza.

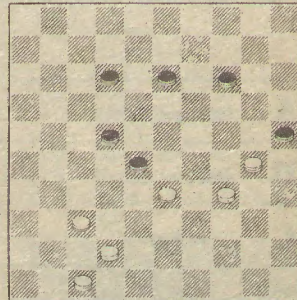
Sabe-se também que o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, não quer dar mostras de qualquer divergência profunda no seio do Governo, que, à excepção de alguns ministérios, tem constituído uma equipa coesa e operacional.

De acordo com a nossa fonte, tudo leva a crer que Cavaco Silva venha a optar por uma remodelação «limitada» do elenco, isto é, transferindo Leonor Beza para outro ministério, onde possa ter uma actuação menos polémica a controversa. Para usar uma imagem popular poderá dizer-se que «Beza vai levar um pontapé para cima».

(«Jornal de O Dia», 24 de Maio de 1988)

Damas

CLV - 26 de Maio de 1988
Proposição n.º 155
Por: Pierre Laurent (12 anos!)
Salles-de-Bearn (F.), 1980
Pr.: [6]: 12-13-14-22-25-28



Br.: [6]: 30-33-34-37-42-47

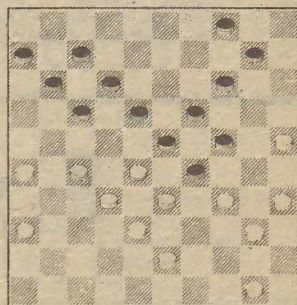
Jogam as brancas e ganham

Golpe n.º 155
Campeonato de França «Cade-tes» - 1980

(1.º Trofimzyck 19 pts; 2.º Bonnavé 19 pts; ... 7.º Rousset 9 pts...)

Pr.: Olivier Bonnavé - Br.: Rousset

Pr.: [13]: 4-6-7-10-11-12-14-17-18-19-23-24-29



Br.: [13]: 25-26-27-28-32-33-34-35-36-38-40-43-50

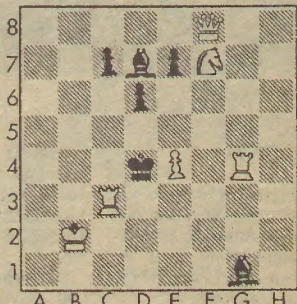
Jogam as pretas e fazem Dama

Soluções do n.º 155
N.º 155 (P. L.): 47-4+ (28x39); 34x43 (25x34); 43-39 (34x43); 42-38 (43x32); 37x10 B+
Golpe N.º 155 (O. B.): (17-22); 28x8 (18-22); 27x18 (23x3); 34x23 (19x48)=D+

A. de M. M.

Xadrez

CLV - 26 de Maio de 1988
Proposição N.º 155
Por: W. Smith - H. Bettmann
«Telegraph», 191
Pr.: [6]: Ps.c7,d6,e7 - Bs. d7,g1 - Rd4



Br.: [6]: P64-Cf7-Ts.c3,g4-Df8-Rb2

Mate em dois lances

Jogo N.º 155
Taça do Mundo/Bruxelas, Abril/1988

Br.: A. Beliavsky - Pr.: M. Tal

1. d4, d6; 2. e4, Cf6; 3. Cc3, g6; 4. f4, Bg7; 5. Cf3, c5; 6. Bb5+, Bd7; 7. e5, Cg4; 8. e6, B:b5; 9.e.f7+, Rd7; 10. C:b5, Da5+; 11. Cc3, c:d4; 12. C:d4, h5; 13. h3, Cc6; 14. C:e2, Ch6; 15. Be3, Ta8; 16. Dd3, Cf5; 17. Bf2, T:f7; 18. 0-0-0, h4; 19. Tb1, Tc8; 20. D64, b6; 21.a3, Cd8; 22. Th1, Da6; 23. Cd4, Dc4; 25. B:d4; e6; 26. C63, C:e3; 27. Te3, T:f4; 28. D:g6, Tf1; 29. T661, T:e1; 30. Dg7+, Re8; 31. Dh8+, Rd7; 32. Dg7+, Re8; 33.T:e1, D:c2+; 34.Ra1, Dd2; 35. Bc3, Df2; 36. Td1, Df7; 37. Dh8+, Rd7; 38. Dh4, Cc6; 39. g4, e5; 40. g5, Tg8; 41. Dg3, Dh5; 42. Dd3, Tg6; 43. h4, Te6; 44. Th1, e4; 45. Da6, d5; 46. Tc1, Rd6; 47. B61, D68; 48. h5, Re5; 49. Df1, e3; 50. Bg3+, Re4; 51. Df4+ 1-0.

Solução do N.º 155

Chave: 1. Da1! (Ameaça: 2. Da4++)
1. ..., c6; 2. Da4++
1. ..., e6; 2. e5++
1. ..., Bc6; 2. Da7++
1. ..., Be6; 2. Dh8++

A. de M. M.